

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL
MESTRADO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

**FÓRUMS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL:
algumas articulações no horizonte da Educação Ambiental**

IGOR VELHO DE SOUZA

RIO GRANDE

2007

IGOR VELHO DE SOUZA

**FÓRUNS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL:
algumas articulações no horizonte da Educação Ambiental**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação Ambiental. Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Fundação Universidade Federal do Rio Grande – PPGEA/FURG, que tem como área de concentração à Educação Ambiental.

Orientador: Prof. Dr. José Vicente de Freitas

RIO GRANDE

2007

S729f Souza, Igor Velho de
Fóruns de Educação Ambiental no Brasil : algumas
articulações no horizonte da educação ambiental / Igor Velho de
Souza - Rio Grande : FURG, 2007.
135f.

Dissertação (Mestrado) – Fundação Universidade Federal
do Rio Grande – Mestrado em Educação Ambiental.

1. Educação ambiental. 2. Eventos em Educação
Ambiental. 3. Constituição da Educação Ambiental.
4. Hermenêutica Filosófica. I. Título.

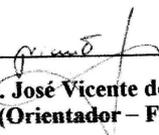
CDU 504:37:061.3(81)

Catálogo na fonte: Bibliotecária Alessandra Lemos CRB10-1530

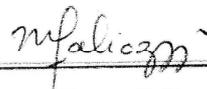
IGOR VELHO DE SOUZA

**FÓRUNS (BRASILEIRO) DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL:
ALGUMAS ARTICULAÇÕES NO CONTEXTO DO
HORIZONTE DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

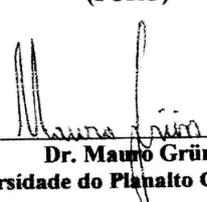
Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação Ambiental no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Fundação Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Comissão de avaliação formada pelos professores:



Dr. José Vicente de Freitas
(Orientador – FURG)



Dr. Maria do Carmo Galiuzzi
(FURG)



Dr. Mauro Grün
(Universidade do Planalto Catarinense)

Dr. Michèle Sato
(UFMT - parecer por escrito)

DEDICATÓRIA

Dedico esta pesquisa a todos os cidadãos e cidadãs que atuam em favor de uma sociedade planetária saudável e feliz, uma sociedade de paz e amor.

AGRADECIMENTOS

É com muita emoção que recordo das pessoas e momentos que marcaram a minha presença na Pós-Graduação. Para além de contribuírem com o resultado que apresento nesta Dissertação de Mestrado, essas pessoas e momentos foram e são importantes para a minha constituição em cidadão e educador.

Agradeço muito a minha família, ao meu pai Antônio, minha mãe Paula Regina e a minha irmã Patrícia, que estiveram juntos nos meus primeiros passos, nas primeiras palavras, nos primeiros acertos e erros, família batalhadora e amada, que sempre esteve disposta a enfrentar os desafios que fossem para o bem da família;

A minha amada companheira Grazielle, presença constante que me dá muita força e com quem compartilho a maior das emoções, pois é com muito amor e carinho que cuidamos da chegada da nossa primeira filha;

A família da minha amada, meu sogro Pasqual, minha sogra Luciane, os cunhados Andrie e Marcel, com quem tivemos bons momentos e com quem sempre pudemos contar;

Aos amigos que ficaram em Porto Alegre e que mesmo a distância enviaram boas vibrações;

As novas amigas que foram criadas em Rio Grande, que me receberam e que me acolheram como uma grande família;

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, que contribuíram muito para a minha formação em Educador;

Aos interlocutores Cláudia Macedo, Irineu Tamaio, Marcos Sorrentino, Martha Tristão, Patrícia Mousinho e Vivianne Amaral, que contribuíram para o resgate da memória dos Fóruns pesquisados nesta Dissertação;

A uma diversidade enorme de Educadores Ambientais que conheci ao longo dos últimos quatro anos, me motivando e inspirando a fazer esta caminhada na Educação Ambiental;

Ao meu orientador José Vicente, que contribuiu para que esta pesquisa se tornasse uma Dissertação de Mestrado.

Um passo à frente e você não está mais no mesmo lugar.

Chico Science

RESUMO

A produção organizada nesta Dissertação é reflexo de uma intensa e feliz vivência junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, da Fundação Universidade Federal do Rio Grande – PPGA/FURG. Tivemos como linha de pesquisa os “Fundamentos da Educação Ambiental”, questão que fica evidenciada na imersão teórica/filosófica empreendida para a elaboração do presente estudo. Foram diversos os aprendizados que significamos com esta vivência, em muito relacionada com a ampliação do nosso entendimento de como vem constituindo-se a Educação Ambiental no Brasil e no Mundo. Entre os aprendizados é importante evidenciar que o processo da pesquisa nos levou a um profundo repensar das nossas inserções e atuações no contexto das relações socioambientais. Esperamos que as reflexões aqui feitas, também possam proporcionar de maneira mais descentralizada, contribuições para a ampliação da visibilidade e compreensão de alguns dos Eventos que entendemos constituir um Horizonte de Saberes e Fazeres, no qual emerge a Educação Ambiental. O exercício interpretativo/compreensivo empreendido para essa pesquisa, emerge de uma postura científica que é influenciada pela Hermenêutica Filosófica, principalmente referenciada no pensamento do filósofo alemão Hans-George Gadamer (1900-2002). Para uma maior imersão de pesquisa foi escolhido um número restrito de Eventos, nos quais foram evidenciados os Fóruns de Educação Ambiental que aconteceram no Brasil. Estabelecemos para a realização desse estudo, uma interlocução com sujeitos que participaram da construção desses Fóruns, delas emergiram provocações e orientações que nos auxiliaram a produzir essa Dissertação, que de maneira geral, almeja contribuir para o fortalecimento da Educação Ambiental. De maneira mais específica, procuramos resgatar a história dos Fóruns de Educação Ambiental, ampliando a visibilidade da sua trajetória, na qual percebemos importantes articulações com a constituição da Educação Ambiental no território brasileiro, questão até então não organizada e publicada para o livre acesso a quem interessar.

Palavras Chave: Educação Ambiental. Eventos em Educação Ambiental. Fóruns de Educação Ambiental. Constituição da Educação Ambiental. Hermenêutica Filosófica.

ABSTRACT

The organized production in this Dissertation is a reflex of intense and happy existence in the Program Post-Graduation in Environmental Education of the Federal Foundation University of Rio Grande - PPGEA/FURG. We had as research line the "Foundations of the Environmental Education", subject that it is reflected in the immersion theoretical/philosophical undertaken for the elaboration of the present study. They were several learnings that we meant with this experience, like the enlargement of our understanding in the continuous constitution of the Environmental Education in Brazil and in the World. Among the learnings, it is important to evidence that the process of the research took us to rethink of our inserts and performances in the context of the socialenvironmental relationships. We think that the reflections here done, can also provide, in a decentralized way, contributions for the enlargement of the visibility and understanding in some of the Events that we understood to constitute a Know and Make Horizon, in which the Environmental Education emerges. The exercise interpretative/understanding undertaken for that research emerges of a scientific posture that is influenced by Philosophical Hermenêutica, mainly reference in the German philosopher Hans-George Gadamer (1900-2002). To a larger research immersion was chosen a restricted number of Events, evidencing the Environmental Education Forums in Brazil. We established for the accomplishment of that study, a dialogue with subjects that participated in the construction of those Forums, and with these provocations and orientations we produce this Dissertation, that in a general, it desires the contribution for the invigoration of the Environmental Education. In a more specific way, we tried to rescue the history of the Forums of Environmental Education, enlarging the visibility of her path, in which we noticed important articulations with the constitution of the Environmental Education in the Brazilian territory, the organized registrations of them, which were not existent, and published for the free access to who interests.

Key-Words: Environmental Education. Events in Environmental Education. Forum in Environmental Education. Constitution of the Environmental Education. Philosophical Hermeneutics.

SUMÁRIO

RESUMO -----	6
ABSTRACT -----	7
SUMÁRIO -----	8
1 INTRODUÇÃO -----	9
2 APRESENTANDO E EVIDENCIANDO O CONTEXTO EM QUE SE ARTICULAM OS FÓRUNS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL-----	29
2.1 ALGUNS EVENTOS QUE INFLUENCIARAM E QUE FORAM INFLUENCIADOS PELO HORIZONTE DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL -----	30
3 APRESENTANDO E EVIDENCIANDO OS FÓRUNS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL-----	66
3.1 OS FÓRUNS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL -----	66
3.2 O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OS FÓRUNS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL-----	67
3.3 AS REFERÊNCIAS VIVAS DOS FÓRUNS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL -----	68
3.4 RESGATANDO E AMPLIANDO A VISIBILIDADE DA TRAJETÓRIA DOS FÓRUNS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL-----	74
3.4.1 I FÓRUM -----	75
3.4.2 II FÓRUM -----	79
3.4.3 III FÓRUM -----	84
3.4.4 IV FÓRUM-----	88
3.4.5 V FÓRUM -----	97
3.4.6 VI FÓRUM-----	102
3.5 OS FÓRUNS E AS REDES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: ARTICULAÇÕES NO HORIZONTE DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL -----	103
3.6 COMPILANDO E EVIDENCIANDO A TRAJETÓRIA DOS FÓRUNS DE EDUCAÇÃO -----	116
4 CONSIDERAÇÕES QUANTO A TRAJETÓRIA DOS FÓRUNS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: LIMITES E POSSIBILIDADES NO HORIZONTE DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL BRASILEIRA -----	123
REFERÊNCIAS-----	133

1 INTRODUÇÃO

O processo de escolha da temática central desta pesquisa foi muito influenciado pela significativa experiência que vivenciei no contexto do V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental. Este Fórum aconteceu na cidade de Goiás/GO, no final do ano de 2004, reunindo cerca de quatro mil Educadores Ambientais de diferentes localidades do Território Brasileiro. Foi extremamente interessante ter participado desse Encontro, pois nele visualizei uma diversidade fascinante de Saberes e Fazeres da Educação Ambiental, reflexo da vivacidade cultural que constitui o Território Brasileiro. Em muitos dos casos vivenciados, percebi haver uma confluência entre esses Saberes e Fazeres, constituindo assim o que se denominou nesta dissertação de “Horizonte da Educação Ambiental¹”.

Neste V Fórum conheci e dialoguei com muitos Educadores, que reunidos neste Encontro emanavam vibrações das quais fiquei muito sensibilizado, principalmente pelos sentimentos de solidariedade e de fraternidade. Em meio a essas vibrações positivas, pude sentir a força transformadora que existe na Educação Ambiental Brasileira. Vibrações que me sensibilizam ao mesmo tempo em que me fortalecem, contribuindo assim para a constituição de minha identidade. Um dos movimentos propostos para este início de dissertação é justamente narrar alguns momentos da minha trajetória de vida, na qual fui me constituindo em Educador. Considero que desta narrativa surjam uma série de elementos que contribuam para o entendimento acerca das opções que foram assumidas na escrita desta Dissertação. Estas experiências narradas são muito presentes na minha memória, alimentando sonhos e esperanças, me fortalecendo ao longo dessa caminhada que faço junto a tantos outros sujeitos que também sonham com um mundo mais solidário e feliz.

A minha participação no V Fórum aconteceu logo após a conclusão da Licenciatura em Biologia, sendo que naquele momento já estava dando continuidade aos estudos através do Bacharelado em Ecologia. Ambas as formações mencionadas acima foram realizadas junto à Universidade Luterana do Brasil – ULBRA, na cidade

¹ Entende-se por Horizonte, o conjunto de Saberes e Fazeres sócio-historicamente construídos, que são apropriados e relacionados a um determinado tema, neste caso a Educação Ambiental. Os Saberes que se articulam neste Horizonte são entendidos como um conjunto de conhecimentos, e os Fazeres como um conjunto de práticas, sendo que os Saberes e Fazeres se constituem e se manifestam articulados de maneira interdependente.

de Canoas/RS. Nessa mesma Universidade, estava neste período (final de 2004), iniciando uma aproximação junto ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática – PPGECIM, no qual tinha a expectativa de ingressar tão logo fosse concluído o Bacharelado. Essa expectativa começou a ser repensada durante a vivência do V Fórum, onde conheci e fiz boa amizade com Álvaro Júnior, na época discente do Mestrado em Educação Ambiental da Fundação Universidade Federal do Rio Grande – MEA/FURG², curso que até então desconhecia. Ao retornar do Fórum, procurei mais informações a respeito do MEA, as quais me motivaram a participar do seu processo seletivo para ingresso. Vencidas as etapas da seleção e com a aprovação confirmada, restava-me tomar a difícil decisão por me afastar do que vinha construindo na ULBRA. Não foi simples decidir, pois durante a graduação se fizeram grandes amizades, espaço de trabalho, moradia, projetos que estavam em curso e outros em processo, nos quais se pretendia fazer a continuidade dos estudos junto aos professores e cursos daquela instituição.

O contexto que encontraria em Rio Grande seria bem diferente daquele do qual estava me distanciando, tinha uma única referência nesse novo contexto, era o Álvaro Júnior, companheiro de V Fórum, que se mostrou grande amigo, me recebendo e apoiando nesses momentos iniciais. Tão logo comecei a transitar por esse novo contexto, deu-se início a formação de uma nova rede de relações pessoais, nas quais surgem amizades, possibilidades de trabalho, e até mesmo uma paixão, que nasceu com o encontro da Grazielle Marchese, hoje minha companheira amada, que muito me ajuda a compreender e a viver as coisas belas da vida. Foram muitas as parcerias que se constituíram ao longo do Mestrado, período do qual guardo boas lembranças dos professores, dos colegas de curso e de uma série de outros sujeitos que conheci no contexto da FURG e de variados outros espaços em que transitei. Nesses lugares constituí verdadeiras famílias, amizades que signifiquei com muita alegria. Meus pais e minha irmã, querida família, mesmo à distância nunca deixaram de ser fonte de inspiração e de proteção, Paula Regina Velho e Antônio de Souza, mãe e pai a quem dedico e agradeço a força da vida, e minha mana Patrícia de Souza, por quem nutro estimas fraternas.

² A partir do ano de 2006, foi aprovado o curso de Doutorado em Educação Ambiental, então o MEA passou a Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA, para conhecer mais a respeito deste Programa acessem www.educacaoambiental.furg.br

No contexto do PPGEA, estabeleci uma parceria e uma relação de amizade muito significativa com o professor Dr. José Vicente de Freitas, um dos primeiros docentes que conheci e mais me aproximei, estabelecendo com ele uma boa relação de orientação, da qual resulta entre outras coisas essa Dissertação. Significativas experiências de aprendizado acadêmico e profissional foram oportunizadas por este amigo e orientador, que se refletem em parte através dessa pesquisa e nas atividades que desenvolvo junto ao Programa de Educação Ambiental do Porto do Rio Grande – ProEA-PRG. Relacionado ao Mestrado e a ao ProEA-PRG. Tive a satisfação de conhecer e trabalhar com André Lemes e com Isabel Gonçalves, amigos queridos, pelos quais tenho grande estima e venho construindo uma série de Saberes e Fazeres em Educação Ambiental.

Ainda no contexto do PPGEA, quero ressaltar a importância que atribuo as oportunidades de aprendizado proporcionadas pela professora Dr^a Maria do Carmo Galiazzi, por quem tenho grande carinho e admiração, que contribuiu para alimentar debates importantes quanto à construção da pesquisa. Da mesma maneira, outro professor por quem tenho grande admiração é o Dr. Humberto Calloni, que mesmo tendo a Teoria da Complexidade como tema dos seus estudos, me mostrou uma enorme simplicidade e solidariedade na sua conduta, postura que considero exemplar e da qual compartilho. Não será possível neste momento mencionar o nome de todos os professores, mestrandos, doutorandos, assim como todos aqueles sujeitos que me influenciaram ao longo da realização do Mestrado, porém, de maneira geral, quero agradecer e dedicar este trabalho a todos que direta e indiretamente participaram desta vivência.

Nessa pós-graduação vivenciei muitas experiências interessantes, na pesquisa, ensino e extensão, foram várias as parcerias que estabeleci com o PPGEA, entre elas lembro da promoção de Encontros em Educação Ambiental, sendo que destaco o planejamento e organização, em 2005, do IV Seminário sobre Pesquisa Qualitativa e do I Congresso Brasileiro de Alfabetização e Educação Ambiental, e junto a Pró-Reitoria de Pós-Graduação, na construção dos encontros de Pós-Graduação que a Universidade promoveu em 2005 e 2006. Igualmente pude contribuir na promoção da participação dos integrantes desse Programa em outros Encontros no Território Brasileiro, como foi o caso do V Congresso Ibero-Americano de Educação Ambiental e do IX Encontro Paranaense de Educação Ambiental. Estive envolvido na construção de projetos e atividades em parceria com outros Programas dessa

mesma Universidade. Para citar alguns exemplos, lembro da elaboração de dois projetos para acessar recursos da PETROBRÁS através de dois Editais, o “Fome Zero” e “Petrobrás Ambiental”, participei também da articulação em torno do edital dos Coletivos Educadores do MMA. Outras participações que gostaria de destacar foi à promoção de um mini-curso em Educação Ambiental para a Semana Acadêmica da Biologia da FURG, em 2005, de atividades virtuais para a Semana da Água de 2005, de um curso em Educação Ambiental oferecido a infratores da Lei de Crime Ambiental, em 2006. Nesse período de 2005 a 2006, fui indicado à representação discente no PPGEA, participando e encaminhando questões relativas à vida acadêmica na Pós-Graduação, tanto com os colegas discentes, docentes, com a Comissão de Curso do PPGEA e com a Superintendência de Pós-Graduação da FURG.

Durante o período do Mestrado fiz muitas viagens pelo Rio Grande do Sul e pelo Brasil, na maioria das vezes tendo como objetivo à participação em Encontros em Educação Ambiental, oportunidade importante para a minha aproximação com o debate sobre a Educação Ambiental no contexto Nacional. Em parte, essa aproximação se fez em função da minha participação junto às Redes de Educação Ambiental. Atualmente, sou membro da Rede Sul-Brasileira de Educação Ambiental – REASul e da Rede Brasileira de Educação Ambiental - REBEA. Participar dessas Redes está sendo uma experiência muito significativa para visualizar e compreender as múltiplas tendências em Educação Ambiental que se manifestam no Território Nacional. Dentre os Encontros que participei em 2005 e 2006, a convite da professora Dr^a. Michèle Sato, da UFMT, integrei a Comissão Científica da II Conferência Nacional do Meio Ambiente, em 2005. Michèle Sato é uma referência importante para a minha iniciação na Educação Ambiental, ao conhecê-la pessoalmente a admiração ampliou-se para o sentimento de um carinho especial. Participar dessa Conferência constituiu-se na minha maior vivência de construção Civil, o Poder Público e a de uma proposta coletiva. Foram três dias nos quais mais de 2.000 representantes, entre a Sociedade Iniciativa Privada, se reuniram para discutir e encaminhar propostas de políticas, no sentido de contribuir para a Política Nacional de Meio Ambiente. Logo após este encontro, representando a REASUL e em conjunto com representações de outras Redes de Educação Ambiental do país, participei de uma reunião com o Órgão Gestor da Política Nacional da Educação Ambiental, experiência significativa para a ampliação do entendimento quanto

alguns limites e possibilidades que se apresentam no contexto das Redes e das Políticas de Educação Ambiental no Brasil. Foram muitas as experiências que gostaria de narrar e que merecem reflexão, mas tenho consciência que elas poderão se constituir em temas de pesquisas futuras. Mas cabe ressaltar, que as vivências desse período foram e continuam sendo extremamente importantes para a minha constituição em educador, pesquisador e cidadão, ou seja, o sujeito que escreve este texto.

Tentarei contextualizar nesta Introdução parte dessa trajetória pessoal, na qual tento deixar “transparecer” para o leitor a identidade que vêm sendo constituída e que influencia os encaminhamentos dessa pesquisa. Trago para este momento inicial da dissertação uma narrativa, que conta um pouco sobre como se deu a minha aproximação com a temática da Educação Ambiental. Percebo a identidade enquanto algo que não possui uma linearidade ou homogeneidade, pelo contrário, percebo a identidade como algo que está sujeita a transformações, estas relacionadas ao momento e contexto no qual nos situamos. Um autor que contribui para compreendermos está e outras questões que se articulam no universo da Cultura, é o pensador Stuart Hall, que ao falar da constituição da identidade do sujeito pós-moderno trás a seguinte contribuição:

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente. (2002, p. 13)

Nesta tentativa de contextualizar alguns dos processos que influenciam na constituição da minha *cambiante* identidade, optou-se por utilizar a narrativa, escrita numa linguagem mais informal. A opção recebe destaque, pois percebo que este câmbio de identidades tenha uma história, influenciadas em diferentes discursos constituídos em diferentes espaços em que transitei.

Início esta breve apresentação narrando um pouco dos processos que se estabeleceram após a minha saída de Mostardas/RS, uma cidade pequena na qual vivi a infância e parte da adolescência, para Porto Alegre/RS, onde morei até o ano de 2005.

Fui para Porto Alegre com a finalidade de me especializar em informática, área com a qual já estava bastante familiarizado. Para tal especialidade, procurei a Escola Júlio de Castilho, onde cursei o “ensino técnico” em Processamento de Dados. Porém o contato com os diferentes professores dessa escola, principalmente com os de Biologia, foram influenciando para a mudança de objetivo na minha escolha daquilo em que iria me qualificar. Em princípio, tinha a idéia de me qualificar em informática para trabalhar em grandes empresas, depois já pensava em atuar na educação, este pensamento pesou tanto que quando percebi estava me inscrevendo para prestar vestibular em Biologia/Licenciatura. Ingressei em 1999, no curso de Biologia da ULBRA/Canoas, que na época tinha um currículo bastante voltado para as questões da Ecologia, tema pelo qual tinha e continuo tendo grande interesse.

A ampla formação proporcionada pelo curso de Licenciatura Plena em Ciências – Habilitação em Biologia na ULBRA/Canoas/RS foi e está sendo muito importante para a construção do olhar que tenho sobre as Coisas do Mundo³. Em algumas disciplinas desta Graduação (influenciadas pelas Ciências Exatas), o “objeto” de estudo era observado a partir de um olhar mais restritivo e fragmentado, situação diferente de outras disciplinas (influenciadas pelas Ciências Humanas), que estudavam seus “objetos” a partir de um olhar mais amplo e integrador. A opção por se estudar um “objeto” partindo de um olhar mais restritivo e fragmentado, ou diferente disto, de maneira mais contextualizada e integrada, mostraram ser posturas de pesquisa com distintas perspectivas ontológicas e epistemológicas, que conduzem a resultados e conseqüências diferenciadas. É a partir do diálogo com professores e colegas do curso que fui conhecendo estas diferentes abordagens, as quais articulam-se hoje influenciando na minha construção de Saberes e Fazeres (conhecimentos e feitos).

A minha participação em eventos, grupos e projetos de pesquisa foi ampliada nos dois anos finais da Graduação, sendo que nos três últimos semestres tive uma experiência interessante no Programa de Pós Graduação em Educação PPGEdu/ULBRA, no qual fui selecionado bolsista de Iniciação Científica -

³ Expressão que utilizo para representar todas as coisas que atribuo algum tipo de significado, incluindo aquelas que são percebidas pelos sentidos e que não chegam a ser significadas de maneira racional. Podemos inclusive estender este entendimento para aquelas Coisas que ainda nem foram significadas ou percebidas. Esta expressão tem influência nas leituras da Hermenêutica Filosófica de Hans-Georg Gadamer, importante referência para esta pesquisa como veremos adiante no texto.

PROICT/ULBRA. Neste Programa tive a oportunidade e a satisfação de conhecer e trabalhar com o professor Dr. Mauro Grün, pensador e amigo que tanto contribui para esta emocionante jornada que faço pelo Horizonte do Pensamento Humano. Ainda no PPGEduc, tive o prazer de conhecer a professora Dr^a Isabel Carvalho, por quem tenho um grande carinho, pesquisadora que também muito me ajuda a compreender o Horizonte da Educação Ambiental.

A Iniciação Científica no PPGEduc começou quase simultaneamente a um estágio que desenvolvia junto ao Programa de Prevenção à Dengue – PPD, na Secretaria Municipal de Saúde – SMS de Porto Alegre/RS. A formação que este Programa oferecia para capacitar os seus Agentes de Saúde para o desenvolvimento de práticas de Prevenção à Dengue, tinha como referência maior, os manuais técnicos do Ministério da Saúde. Percebia nessas práticas um agir mecânico na qual se empregavam técnicas de combate ao vetor da Dengue, muito marcadas por ações pontuais, descontinuadas e de caráter assistencialista. Estagiar no PPD viabilizou a minha aproximação com pessoas de diferentes comunidades da Capital Gaúcha, uma experiência fantástica que favoreceu um processo muito intenso de transformações na maneira como percebo a sociedade.

Foi nesse contexto do PPD, no segundo semestre de 2003, que comecei a perceber aproximações entre o que vinha desenvolvendo na Prevenção à Dengue, com a pesquisa da Iniciação Científica e da Graduação. Tratei de reunir alguns argumentos e parcerias para então propor à coordenação do PPD, a associação de iniciativas educacionais fundamentadas principalmente em princípios da Educação Ambiental e da Promoção da Saúde Coletiva às ações que o Programa já desenvolvia. Recebido o apoio desta Coordenação, passei a participar da elaboração e desenvolvimento de ações junto às associações de moradores e escolas de diferentes comunidades da periferia de Porto Alegre. Estas ações procuravam o estabelecimento de parcerias, para juntos atuar na Promoção da Saúde Coletiva. Houve através destas ações a elaboração de materiais didáticos e de divulgação, círculos de palestras e atividades de sensibilização como teatro e passeatas. Através dessas experiências fui percebendo como são importantes a aproximação e articulação entre a Pesquisa, Ensino e Extensão, processos que hoje entendo adquiririam ainda mais relevância quando ocorrem de maneira indissociável.

Conhecer pessoas e literaturas dedicadas às questões da Educação Ambiental, mais as vivências que fui construindo neste Horizonte, constituem uma caminhada na

qual amplio a percepção e compreensão quanto às dinâmicas socioambientais, questão que influencia diretamente na maneira como me relaciono com elas. É um conjunto de elementos que influenciam nos meus posicionamentos, nos quais são permeados pela defesa da aproximação e ampliação de espaços para o diálogo entre os “conhecimentos acadêmicos” e os “não acadêmicos”. Da aproximação destes conhecimentos surge, no meu entendimento, um contexto favorável para a ampliação da compreensão que temos quanto os limites e possibilidades de sustentabilidade das dinâmicas socioambientais.

Nas literaturas dedicadas à Educação Ambiental encontramos com frequência reflexões sobre as problemáticas geradas e geradoras do que tem se denominado de “crise de paradigma”, ou “crise civilizatória”. Entendo que esta “crise” esteja gerando e sendo gerada por uma sociedade que “inaugura” o século XXI atravessando e sendo atravessada por grandes impasses entre os diferentes entendimentos quanto o que seja qualidade de vida e os modelos de desenvolvimento adotados para se alcançar tal qualidade. Os modelos de desenvolvimento adotados em escala global chegam ao extremo de colocar em risco a própria continuidade da vida como a percebemos hoje. Esta discussão é bastante complexa e envolve diferentes Horizontes do Conhecimento, situação na qual percebo ser de extrema relevância haver a abertura e aproximação destes diferentes Horizontes para o Diálogo. Destaco a necessidade de se discutir nestes espaços, as abomináveis relações de expropriação e manipulação da força vital das pessoas e de todas as coisas que compõem o Planeta Terra. O entendimento que faço de Diálogo, Compreensão e Horizonte estão muito influenciadas pela perspectiva Hermenêutica Filosófica. Esta perspectiva me foi apresentada pelo professor Dr. Mauro Grün, principalmente através dos pensamentos do filósofo alemão Hans-George Gadamer, pensamentos muito influentes nesta pesquisa como veremos adiante em mais detalhes.

No conjunto das experiências citadas surgiram uma série de questionamentos com relação à participação da graduação e pós-graduação na formação de professores, sobre a estrutura curricular, as diferentes perspectivas didáticas e uma série de outras questões, reflexões que vem provocando um alargamento do meu Horizonte de Saberes e Fazeres quanto a Educação Ambiental. Conforme fui resignificando este Horizonte, é que passei da condição de apenas ouvinte, para a de um ouvinte que questiona e que contribui para o diálogo.

Contrariando a visão restrita que tinha a respeito da Educação Ambiental, a qual considerava como uma grande novidade, é que fui percebendo nela uma trajetória, uma história vivida e escrita por sujeitos e coletivos, que amplia em reflexões e práticas, que orientam e que são orientados por diferentes produções da Cultura Humana. Nessa imersão tento contribuir para a ampliação da compreensão de como a Educação Ambiental vem se constituindo, influenciando e sendo influenciada por uma série de outros Horizontes do Pensamento Humano, nos quais destaco os aspectos relacionados à solidariedade, a educação, ao ambientalismo, a paz e ao amor.

É absolutamente crucial para a concretização de um novo patamar societário que a produção em Educação Ambiental aprofunde o debate teórico-prático acerca daquilo que pode tornar possível ao educador discernir uma concepção ambientalista e educacional conservadora e tradicional de uma emancipatória e transformadora, e as variações e nuances que em ambas se inscrevem, problematizando-as, relacionando-as e superando-as permanentemente. (LOUREIRO, 2004, p. 139)

Tentando aprofundar este “debate teórico-prático”, é pensado para esta Dissertação um movimento de resgate da memória de alguns dos Eventos que constituíram e que são constituídos pela Educação Ambiental no Brasil e no Mundo. Nesta escrita chamo a atenção do leitor para atentar a estas diferentes perspectivas existentes na Educação Ambiental, questão que nos alerta o professor Dr. Frederico Loureiro. Percebo que a Educação Ambiental no Brasil se constitui de maneira bastante plural, reflexo da diversidade cultural que compõem o amplo mosaico de Saberes e Fazeres característico da miscigenada e sincrética sociedade Brasileira.

Nesse contexto apresentado, encontro sintonia com o pensamento do professor Dr. José Eduardo dos Santos e da professora Dr. Michèle Sato, organizadores da obra *A Contribuição da Educação Ambiental à Esperança de Pandora*, na qual logo de início falam do desejo em estar contribuindo para a atualização da identidade da Educação Ambiental:

[...] desejamos fortalecer a sua existência, ela não é uma educação qualquer, muito menos uma educação para uma coisa específica. É uma identidade que necessita ser constantemente repensada e avaliada, para que não caia no modismo, nem que permaneça estática em um mundo tão dinâmico. (2001, p. 1)

A transcrição acima explicita o desejo do qual também compartilho e que me faz pensar na possibilidade desta pesquisa também ser uma produção que possa estar contribuindo para o fortalecimento da Educação Ambiental. Chego a essa consideração em função da visibilidade e reflexão que nessa pesquisa é feita com relação a uma diversidade de Saberes e Fazeres que percebo articulados na constituição da Educação Ambiental.

Algumas das reflexões que emergiram no processo de construção dessa Dissertação foram organizadas e divulgadas em Encontros e Periódicos dedicados a temática da Educação. A intenção foi dar visibilidade a estas reflexões, nas quais depositava a expectativa de que as mesmas pudessem dialogar com outros sujeitos. O diálogo é bastante valorizado nesse processo de escrita da dissertação, a qual estimulou e revelou transformações na maneira como percebo e me relaciono com as Coisas do Mundo.

De maneira geral, pretende-se com essa pesquisa estar contribuindo com a ampliação da compreensão que se tem de como historicamente e socialmente a Educação Ambiental vem sendo constituída no Brasil e no Mundo. Frente às limitações de tempo para a realização dessa pesquisa, fez-se a opção em estabelecer um recorte temporal e espacial em torno de alguns Eventos considerados aqui como significativos para esta constituição. Nesse conjunto de Eventos, priorizou-se os encontros presenciais, tendo como foco os Fóruns de Educação Ambiental que aconteceram no Brasil entre os anos de 1989 a 2004, totalizando um histórico de cinco edições.

No resgate e estudo da memória desses Fóruns, ficou evidente a sua articulação com outros Eventos em Educação Ambiental e temas relacionados. Essas evidências nos levaram a empreender um movimento de pesquisa que buscou compreender essas articulações e as suas relações com a constituição de um Horizonte de Saberes e Fazeres que possam significar contribuições para se pensar a Educação Ambiental.

Como contribuição direta, este estudo pretende estar reunindo elementos para se repensar na maneira como são estruturados os Encontros Presenciais em Educação Ambiental. Outras contribuições podem surgir indiretamente dependendo das leituras e usos que se processem a partir da apropriação que o leitor fará desta pesquisa. Entre os espaços que esse estudo pode estar contribuindo destacamos os processos de formação de Educadores em qualquer esfera do ensino formal e não-formal, para o

repensar dos currículos do ensino formal, para o repensar das políticas e programas setoriais do governo federal, estadual e municipal, bem como, para as empresas privadas e para as diferentes organizações da sociedade civil.

No primeiro capítulo desta Dissertação é feita uma apresentação e discussão em torno de alguns dos Eventos que se articulam na Constituição da Educação Ambiental. Neste contexto aparecem os Fóruns de Educação Ambiental, tema da pesquisa que recebe destaque nos capítulos seqüentes. Para viabilizar o primeiro capítulo, foram estudados alguns dos trabalhos que fizeram o resgate histórico da Constituição da Educação Ambiental no Brasil e no Mundo, a partir do estudo dos documentos gerados em Reuniões Nacionais e Internacionais que discutiram a temática e nos documentos produzidos por instituições que atuam na gestão pública da Educação Ambiental do Brasil.

O tema do segundo capítulo são os Fóruns de Educação Ambiental no Brasil, que são apresentados dentro de uma trajetória cronológica das suas cinco edições. Para fazer o resgate da história desses Fóruns, se fez necessário construir uma base documental a partir da memória dos sujeitos que vivenciaram a construção desses eventos, o que se viabilizou por meio de entrevistas, que ao final forneceram um rico registro da trajetória desses Fóruns. Ao longo da escrita dessa pesquisa tentou-se evidenciar algumas das aproximações e articulações entre os Fóruns e os demais Eventos que se articulam na constituição da Educação Ambiental.

Em termos de fechamento, foi dedicado uma reflexão quanto alguns dos processos sócio-históricos envolvidos na construção e desenvolvimento dos Fóruns e as suas articulações para a constituição da Educação Ambiental no Brasil.

Essa pesquisa está muito relacionada à dedicação que tenho em compreender o contexto da Educação Ambiental e suas relações com a minha constituição em cidadão. Para expressar esse entendimento aproveitarei de uma linguagem metafórica, que num primeiro momento me parece facilitar a compreensão do conceito de Horizonte e da perspectiva Ontológica e Epistemológica que influencia no resultado dessa dissertação.

Venho a quase quatro anos me aventurando num Horizonte que cada vez mais percebo ser constituído ao mesmo tempo em que constitui uma ampla paisagem de Saberes e Fazeres. Vivenciei grandes e apaixonantes aventuras nesse Horizonte, conhecendo sujeitos e lugares que trouxeram novos sentidos a minha vida. Estou falando do Horizonte da Educação Ambiental, um espaço em que me senti abrigado

e ao lado de amigos, que me trouxe novos desafios e conforto. Nessa aventura, foi possível dialogar com uma diversidade de Saberes e Fazeres fantástica. Sempre que lancei olhares a este Horizonte, tive a sensação de avistar apenas uma pequena parte dele, pois a cada nova tentativa de mirada, percebia outros detalhes antes não observados. Nessa relação, tenho a sensação que tanto o Horizonte influencia no meu olhar, como o meu olhar influencia no que percebo desse Horizonte. Percebo assim, que os Saberes e Fazeres que caracterizam esse Horizonte, não estão organizados num único lugar. Acessá-los dependerá da aventura que cada um fará ao se lançar em sua direção. A aventura feita ao longo do processo de elaboração da dissertação foi extremamente significativa e desafiadora, pois em alguns momentos cheguei a perder o fôlego, frente a enorme amplitude em que este Horizonte se apresentou. Dentro de um Horizonte de Saberes e Fazeres historicamente e socialmente constituídos, vão se dando as nossas constituições humanas, processos nos quais as maneiras como interpretamos as Coisas do Mundo estão relacionadas intimamente com esse Horizonte. Isso significa dizer que as nossas constituições estão relacionadas a um conjunto de Saberes e de Fazeres que vivenciamos, ao mesmo tempo em que (re)produzimos Saberes e Fazeres que vão constituindo esse Horizonte. Percebe-se com esta relação, à formação de princípios ou pré-concepções que se relacionam diretamente com o nosso ato interpretativo.

Na Hermenêutica Filosófica, principalmente no pensamento do filósofo alemão Hans-Georg Gadamer (1997 e 2000), grande referência para este trabalho, na qual a interpretação é entendida como um movimento que faz parte do processo de fusão do Horizonte do intérprete com o Horizonte do Outro (Coisas do Mundo), sendo que através dessa “fusão de Horizontes” pode-se emergir a compreensão. Esta Hermenêutica é apresentada em profundidade e densidade na obra *Verdade e Método: Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica* (GADAMER, 1997), a qual trago para esse texto através do entendimento que tenho do que seja essa postura interpretativa, importante influência para a escrita dessa Dissertação.

Para Gadamer, a *experiência*⁴, tem a sua realização no diálogo, numa *abertura ao diálogo*, situação que pressupõem que o sujeito se disponha a interpretar o próprio Horizonte de Saberes e Fazeres (conhecimentos) que o constitui, ou seja, pensar a respeito das suas pré-concepções, daquilo que influencia na sua postura

⁴ Terminologia utilizada por Gadamer, que neste texto aparece também como sinônimo de vivência.

interpretativa. Estar aberto ao diálogo ainda pressupõe o desejo sincero por compreender o Outro, questão que envolve a pré-disposição em considerar o Horizonte que constituiu o Outro que se pretende compreender. Entendo que o sujeito ao assumir uma postura interpretativa considerando esses elementos da *abertura ao diálogo*, estará influenciando na geração de um contexto no qual poderá emergir uma compreensão em que o sujeito fica “vulnerável” a transformações⁵. Nessa perspectiva entende-se que não existam situações extremas, como algo totalmente concluído, ou totalmente inacabado, pois a abertura ao diálogo gera um contexto que favorece a formulação de novos questionamentos e de novas afirmações.

Percebe-se aqui, que o processo de interpretação parte da vivência que o intérprete estabelece com as Coisas do Mundo, uma vivência que é permeada pela relação de respeito ao Outro com o qual estabelecemos essa vivência. O entendimento aqui declarado permite estabelecer a condução de uma pesquisa numa perspectiva que venha contrapor a visão objetivista, que influencia na redução das nossas possibilidades de compreensão. Destaca-se aqui o entendimento que Gadamer construiu acerca desta Hermenêutica, na qual é valorizada a postura interpretativa em que se procura a *abertura ao diálogo* e a *fusão dos horizontes*, condições que favorecem na constituição de contextos que potencializam a construção de novas compreensões.

Longe da norma de que para ouvir alguém ou fazer uma leitura, não se pode concordar com preconceitos sobre o conteúdo e é preciso esquecer todas as opiniões próprias, a abertura à opinião do outro ou do texto implicará sempre colocá-la em relação com o conjunto das próprias opiniões, ou relacionar-se com ela aquele que passa por cima do que o outro realmente diz, ao final tampouco poderá integrá-lo na expectativa de sentido próprio e plural. (GADAMER, 2000, p. 145)

Nesse parágrafo acima citado, Gadamer apresenta um importante fundamento da sua hermenêutica, no qual ilustra muito daquilo que considerei um desafio enfrentado na construção dessa Dissertação, falo da atenção e sensibilidade necessárias para não *passar por cima* do que os interlocutores com quem dialoguei manifestavam. Nessa perspectiva, procurei incluir a fala dos entrevistados e demais

⁵ Entende-se por transformação, uma mudança na maneira que o sujeito percebe algo (Coisas do Mundo) e a si próprio.

interlocutores, sempre buscando *colocá-la em relação com o conjunto das próprias opiniões* que venho constituindo ao longo da minha existência, ao mesmo tempo em que busco deixar esta relação transparecer para o leitor.

Através da construção dessa pesquisa, fui ampliando a percepção quanto à existência de uma grande diversidade de Saberes e de Fazeres que se articulam na constituição da Educação Ambiental Brasileira. Nessa aventura perceptiva foi ampliado o encantamento pela história da Educação Ambiental, encanto que se dá através de um reconhecimento e agradecimento ao grande esforço que houve por parte dos tantos sujeitos que lutaram e de tantos outros que ainda lutam por um mundo melhor. Seja através de um viés mais teórico ou prático, mais voltado para o social ou para o ambiental, enfim, dentro das diversificadas contribuições que confluem na constituição de um Horizonte de Saberes e de Fazeres que caracterizam a Educação Ambiental.

Influenciado pelos professores, colegas e tantas outras referências, é que se constrói o entendimento de que a vivência da pesquisa ocorre em movimentos, um processo recursivo de imersão e emersão nesse contexto da pesquisa. Através da interpretação e re-significação dos conhecimentos que nos constituem, realiza-se o fenômeno da transformação, movimento em que o pesquisador tanto transforma como é transformado pela pesquisa.

Essa Dissertação proporcionou uma grande aventura, na qual novos caminhos se fazem presente, possibilitando assim outras novas aventuras por este amplo e diverso Horizonte da Educação Ambiental. Para me aventurar por esses novos caminhos, trago comigo alguns princípios que foram sendo constituídos ao longo de toda uma trajetória de vida, princípios que se apresentam como marcas em meu Ser. Penso que a repressão e a exclusão vivenciadas nessa constituição influenciam na maneira como significo a intolerância e o abuso de poder, que considero em qualquer escala, como expressões nocivas dessa sociedade que inaugura aos “trancos e barrancos” o século XXI. Também trago em meu Ser as marcas da solidariedade e da esperança, que foram fundamentais para a superação dos desafios e para a participação em coletivos que buscam a construção de um mundo melhor para todos.

Percebo que essas marcas influenciam os meus sonhos, assim como na tentativa de vivê-los. Sonho com um mundo no qual possamos viver livres sem comprometer a liberdade do outro, sendo a solidariedade um reflexo do mútuo respeito ao Outro, em que os sujeitos façam um convite à coletividade, um mundo de

Paz e Amor. Eis que encontro no Horizonte da Educação Ambiental muitos desses sonhos, articulando Saberes e Fazeres em diferentes escalas, reconhecendo e influenciando no nosso local e global cotidiano.

Através da minha imersão no Horizonte da Educação Ambiental, fui ampliando a percepção quanto à complexa e interdependente trama de processos que permeiam e sustentam a vida no planeta Terra. Uma trama que se percebe constituir e ser constituída por diferentes aspectos culturais, políticos, econômicos, pedagógicos..., (“aspectos sociais”), entendidos como interdependentes dos aspectos climáticos, faunísticos, florísticos, fisionômicos..., (“aspectos ambientais”). Essas interdependentes relações podem ficar melhor visualizadas na expressão socioambiental, já bastante usual entre os sujeitos que pensam a Educação Ambiental.

A questão da construção de novas expressões, ou a “adjetivação” de antigas, como acontece com a Educação, parece revelar uma preocupação com o significado do que se pretende fazer compreender com o enunciado. Entendo que essa seja uma das questões que alimentam debates acirrados entre muitos educadores ambientais, visto que não existe consenso quanto ao tipo e à necessidade de se adjetivar a Educação.

Eleger o adjetivo ambiental para nomear este universo já revela uma seleção. Longe de ser uma escolha óbvia, evidencia-se aqui a natureza do ato interpretativo. Nomeando este suposto objeto, trata-se não apenas de reconhecê-lo como já existente, mas também, seletivamente, de dar-lhe forma. Assim, cabe explicitar o que está sendo decidido nesta nomeação, principalmente quando o ambiental é içado do universo polissêmico no qual concorre, superpõem-se e recobre outros tantos nomes/atos de interpretação. (CARVALHO, 2002, p. 16)

Percebo que sejam muitas às questões que estão imbricadas nas escolhas que são feitas, nesse caso, quando nomeamos algo. Isso fica muito evidente na medida em que se procura entender qual o significado que “sustenta” aquilo que é dito no discurso (oral e escrito) da Educação Ambiental. A primeira questão que veio a tona é que essa frase faz mais sentido se escrita no plural, pois são variados os sentidos encontrados no discurso da Educação Ambiental.

Algumas das questões que me impulsionaram em direção à realização dessa pesquisa dizem respeito à emergência de uma série de Saberes e de Fazeres, no qual transparece a preocupação em se repensar as “conflituosas” relações socioambientais

de hoje. Tema pessoalmente instigante, pois também considero necessário se repensar os impasses científicos, econômicos, políticos, culturais e ambientais que se estruturam de maneira indissociável. A emergência da Educação Ambiental fica evidente quando olhamos para a sua trajetória, na qual percebe-se uma crescente troca de informações, ano após ano, intensificadas através dos meios virtuais de comunicação e através do crescente número de encontros presenciais, locais, nacionais e globais, discutindo às questões que dizem respeito à Educação e as dinâmicas socioambientais.

Uma outra questão que estimulou a realização dessa pesquisa foi o fato da Educação Ambiental possuir uma legislação própria, na qual entendo que devemos estar atentos ao que dizem estas leis, já que as mesmas influenciam nas políticas públicas de indução à Educação Ambiental, como veremos em mais detalhes no primeiro capítulo. Penso que essas reflexões acerca da Educação Ambiental devam ser intensificadas frente às crescentes problemáticas socioambientais que geram a cada dia impasses que tenciona de maneira destrutiva a teia da vida.

Foi possível constatar na pesquisa a emergência de uma série de Saberes e Fazeres que, em princípio, são construídos por sujeitos que se preocupam em estar repensando as relações socioambientais, e assim acabam contribuindo para pensar a própria Educação Ambiental.

Nessa tentativa de contribuir para a ampliação da compreensão que se tem do Horizonte da Educação Ambiental, procurou-se estabelecer uma rede de parcerias, com sujeitos que discutem a Educação Ambiental. Ampliou-se assim a interlocução para além da relação orientador/orientando com o estabelecimento de diálogos com variados interlocutores em variados espaços e tempos, sendo que fica o sentimento de que ainda temos pela frente uma longa trajetória de diálogos que não se esgotam com essa dissertação.

Um diálogo aconteceu quando deixou algo dentro de nós. Não é o fato de que nós experimentamos algo novo, o que faz o diálogo um diálogo, mas que algo outro veio ao nosso encontro que ainda não havíamos encontrado em nossa experiência própria do mundo... O diálogo possui uma força transformadora. (GADAMER, 2000, p. 135)

O favorecimento a esta transformação mediada pela “abertura ao diálogo” aparece como reflexo dessa dissertação, pois a mesma já foi pensada e conduzida de diferentes maneiras antes de chegar a essa versão final.

A Hermenêutica Filosófica em Gadamer mesmo não tendo como objetivo a formulação de um método, tem contribuído muito com o meu entendimento e postura de pesquisador frente às informações que emergiram na pesquisa. Percebo nesta postura, a existência de uma relação “pesquisador-pesquisado” que é caracterizada pela busca da compreensão e não pela dominação de um saber sobre os demais, questão que considero extremamente significativa e que se tornou uma importante referência para essa pesquisa e para a minha vida de modo geral.

Com relação às entrevistas, procurou-se fazer um resgate da história dos Fóruns de Educação Ambiental com base nas percepções de alguns dos organizadores e participantes desses Encontros. Essa interlocução não se limitou ao momento da entrevista, visto que os sujeitos entrevistados concordaram em continuar estabelecendo um diálogo, contribuindo assim para uma ampliação e aprofundamento do tema dessa pesquisa.

Após a escuta, transcrição e leitura das entrevistas, foi feita uma interpretação com relação às mesmas. Essa interpretação, associada à transcrição das falas foi remetida individualmente aos entrevistados, para que esses pudessem assim avaliar se a interpretação feita estava coerente com aquilo que os mesmos pretenderam fazer compreender.

Com base nas entrevistas e naquilo que foi publicado oficialmente pelos Fóruns, mais o referencial teórico da Educação Ambiental, e demais interlocuções e vivências, é que se realiza esse processo reflexivo interpretativo, o qual é condensado nessa Dissertação de Mestrado.

Entendo que o contexto no qual se deu a construção dessa pesquisa faz-se urgente o estabelecimento de uma práxis que reconheça as diferenças, não perdendo de vista a ação crítica e reflexiva do processo educativo. Nessa escrita, por diversas vezes, percebi fazer um movimento de retorno a Saberes e Fazer já antes visitados, mas que nesse retorno encontravam-se renovados, nos quais percebi novas possibilidades de compreensão daquilo que antes tinha uma outra percepção. Acreditamos que este seja o processo recursivo e sem fim da pesquisa.

A construção dessa pesquisa foi muito influenciada pela perspectiva filosófica que emergiu do estudo da Hermenêutica. As discussões em torno da Hermenêutica

provêm de uma longa tradição humanística, que está relacionada à interpretação dos textos bíblicos, à jurisprudência e à filologia clássica. Percebe-se uma polarização em relação às questões que estruturam a Hermenêutica Contemporânea, na qual Scheleiermacher e Dilthey propunham uma Hermenêutica como um corpo geral de princípios metodológicos, subjazendo a própria interpretação. Questão bastante diferente das reflexões feitas por Heidegger, que se deram em torno de uma Hermenêutica entendida como uma exploração filosófica das características e dos requisitos necessários a toda compreensão. Nessa perspectiva o pensador alemão Hans-Georg Gadamer aprofundou os seus estudos, nos quais produziu uma série de reflexões que nos influenciam nessa pesquisa. Para conhecer a Hermenêutica Filosófica Histórica, recomendamos a leitura de: (TESTA, 2004 e HERMANN, 2002).

Entende-se que a postura dialógica compreensiva que sugere essa Hermenêutica seja uma possibilidade para a emersão de uma “nova” maneira de compreendermos e interagirmos com o Mundo e suas Coisas. Procuramos pela compreensão das Coisas do Mundo de maneira integrada, no dialogo entre o macro e o micro, e nas suas múltiplas relações de interdependência.

Nesta tentativa de compreender as multifacetadas e complexas relações que constituem o nosso local/global cotidiano, é que se recebe nessa pesquisa algumas das contribuições do pensador francês Edgar Morin (2000 e 2001). Inicialmente, a questão do pensamento complexo me remetia a uma possibilidade de engessamento das práticas em Educação Ambiental, pois se as dinâmicas socioambientais são tão complexas, dificilmente poderemos nos mover (pensar/interferir) visto a nossa “incapacidade” de percepção do todo.

O pensamento complexo é, portanto, essencialmente um pensamento que trata com a incerteza e que é capaz de conceber a organização. É o pensamento apto a reunir, contextualizar, globalizar, mas ao mesmo tempo reconhecer o singular, o individual, o concreto [...] O modo complexo de pensar não tem somente a sua utilidade para os problemas organizacionais, sociais e políticos. O pensamento que afronta a certeza pode esclarecer as estratégias do nosso mundo incerto. O pensamento que une pode esclarecer uma ética da reunião e da solidariedade. (2000, p. 213)

Essa perspectiva holística e dialógica foi influenciando muito na resignificação quanto os conhecimentos que até então vinham se constituindo,

contribuindo assim para uma ampliação do entendimento quanto alguns dos processos que são percebidos na constituição de um Horizonte de Saberes e Fazeres que caracterizam a Educação Ambiental.

Para fazer essa imersão no Horizonte da Educação Ambiental, foi importante a leitura de uma série de produções feitas por brasileiros que estudaram a constituição da Educação Ambiental, entre eles destacamos: (LOUREIRO, 2004; LAYRARGUES, 2004; DIAS, 1992; CARVALHO, 2002, 2004; GUIMARÃES, 2000; MININI, 1997; SATO, 1996; SATO; CARVALHO, 2005; SANTOS; SATO, 2001 E GRÜN, 2001).

O olhar crítico quanto às lógicas que tentam engessar ou abafar as possibilidades da vida em função do interesse de um grupo ou de outro sobre os demais, é presente em muitos dos discursos que constituem e que são constituídos pelo Horizonte da Educação Ambiental. Entre as tantas contribuições que considero importantes para se entender a Educação Ambiental, aqui darei destaque à leitura feita pelo Loureiro:

A Educação Ambiental não é a busca da linguagem universal e única, mas o desafio constante de entender a relação entre particular e universal, de transposição de limites e fronteiras definidos por uma linguagem hermética feita para reforçar a distinção e o poder de certas ciências sobre outras e sobre os saberes populares e não científicos. (LOUREIRO, 2004, p. 77)

É tentando transpor estes *limites e fronteiras* que essa pesquisa, valendo-se de conhecimentos de diferentes Horizontes do Pensar Humano, procura articulá-los e encaminhá-los com a intenção de estar contribuindo para o pensar da Educação Ambiental.

Da primeira proposta de pesquisa encaminhada ao PPGEA até este momento, foi possível perceber algumas variações na estruturação e maneira de conduzir a mesma. Inicialmente, esteve mais voltada a um estudo que pretendia refletir sobre algumas das metodologias que referenciam as práticas em Educação Ambiental no Brasil. Logo em seguida, ocorreu o deslocamento para um estudo que procurava identificar as diferentes perspectivas conceituais sobre Educação Ambiental no Brasil. Antes de encerrar o primeiro semestre já começava a avistar a opção que preponderou, na qual se tenta contribuir com a ampliação da compreensão que se tem sobre como vem constituindo-se o Horizonte da Educação Ambiental a partir dos

encontros presenciais, dentre os quais foi feito destaque aos Fóruns de Educação Ambiental.

Percebo que esta imersão num Mestrado em Educação Ambiental esteja contribuindo para o processo de re-significação de valores que tinha quanto à pesquisa, as ciências, os processos de ensino/aprendizagem, as Coisas do Mundo. Muitos aprendizados foram significados nesse processo, e parte deles estão presentes nesta escrita. O maior desafio foi trazer estes aprendizados à tona, visto o acelerado processo de formação e de conclusão de um estudo que entendo merecer mais tempo e dedicação. Como esta é uma primeira grande pesquisa, fica o sentimento de que ainda tem muito a ser feito. Somente com os textos que foram elaborados e que não foram apresentados nessa dissertação, consigo visualizar uma série de outros estudos, que faço questão em dar continuidade.

2 APRESENTANDO E EVIDENCIANDO O CONTEXTO EM QUE SE ARTICULAM OS FÓRUNS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

No presente capítulo, apresentamos e discutimos alguns Eventos⁶ Nacionais e Internacionais, que entendemos contribuir de maneira significativa para a constituição de um Horizonte de Saberes e Fazeres que caracterizam a Educação Ambiental Brasileira. Este capítulo se articula com os demais em função do entendimento que temos acerca das inter-relações que se estabelecem entre o conjunto das produções e repercussões desses Eventos com os Fóruns de Educação Ambiental.

Construímos com esse estudo, o entendimento de que esses diferentes Eventos produziram e continuam produzindo conhecimentos que contribuem para a constituição da Educação Ambiental. Em muitos casos esses conhecimentos foram expressos em documentos e iniciativas, que aqui serão em parte resgatados. A partir desses Eventos percebemos uma ampliação das produções sócio-históricas que pensam e problematizam as relações sociais e ambientais. Problematizar e agir em oposição às forças que prejudicam a vida está atrelado a construção de um Horizonte de Saberes e Fazeres que agrega um número crescente de sujeitos, entre os quais muitos atuam atribuindo sentidos⁷ à Educação Ambiental Brasileira. Consideramos que os sentidos da Educação Ambiental são percebidos em função da leitura⁸ que fazemos deste Horizonte, sendo que na apropriação e transformação desses Saberes e Fazeres, novos sentidos podem se fazer presentes.

⁶ Acontecimentos que influenciam e que são influenciados na e pela construção de um Horizonte de Saberes e Fazeres que caracterizam a Educação Ambiental.

⁷ Esta re-construção está relacionada ao propósito daquilo que se pretende alcançar, influentemente referenciada no ponto de vista dos sujeitos e dos coletivos que o constituem. No estudo da lingüística, os sentidos são cada um dos significados que uma palavra ou locução podem ter num contexto determinado, neste caso a Educação Ambiental.

⁸ Modo de interpretar um acontecimento, que pode ser um texto, uma fala, um objeto, ou um ato de qualquer natureza.

2.1 ALGUNS EVENTOS QUE INFLUENCIARAM E QUE FORAM INFLUENCIADOS PELO HORIZONTE DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Para a apresentação desses Eventos, optamos por fazer alguns recortes temporais e espaciais, entretanto acreditamos que esses recortes sejam suficientes para reunir elementos e fomentar uma discussão com relação à constituição de um Horizonte da Educação Ambiental Brasileira.

Não necessariamente a denominação “Educação Ambiental” esteve presente em todos os Eventos que geraram conhecimentos e ações, que mais tarde foram apropriados de maneira a contribuir justamente para esta denominação. “Bem antes de se falar em educação ambiental no Brasil, ela já era praticada, pelo menos parcialmente, através de algumas iniciativas de professores criativos, em vários pontos do país.” (MEC/COEA, 2006b, p. 35).

Quem faz essa observação é Silvia Czapski, alertando para uma série de experiências que aconteciam já na década de 50, mas que tiveram pouco ou nenhum registro. Esta pesquisadora faz um resgate muito importante com relação a alguns dos movimentos iniciais da constituição do Horizonte da Educação Ambiental no Brasil, e que estão disponíveis na obra *A Implantação da Educação Ambiental no Brasil*⁹. Assim como esse trabalho, existem inúmeros outros que de alguma maneira também fazem este resgate histórico, e que foram publicados através de artigos, textos institucionais, monografias, dissertações, teses e livros.

Entre as contribuições que existem com relação a esse resgate histórico, destacamos os trabalhos de (DIAS, 1992; CARVALHO, 2002 e LOUREIRO, 2004), assim como as publicações do Ministério da Educação - MEC¹⁰, do Ministério do Meio Ambiente - MMA¹¹ e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA¹², que neste conjunto, foram grandes referências para a construção deste capítulo.

Nesta caminhada que fazemos pelos elementos constituintes da Educação Ambiental torna-se importante dar destaque ao entendimento de que não

⁹ Esta e outras obras produzidas pelo Ministério da Educação podem ser acessadas no site da SECAD/MEC <http://portal.mec.gov.br/secad> através do link da Educação Ambiental.

¹⁰ Idem 8.

¹¹ As publicações do MMA sobre Educação Ambiental podem ser acessadas no site www.mma.gov.br através do link Educação Ambiental.

¹² As publicações do IBAMA sobre Educação Ambiental podem ser acessadas no site www.ibama.gov.br através do link Educação Ambiental.

pretendemos resgatar uma essência neste Horizonte, ou então alimentar o que a Isabel Carvalho chamou de *mito de origem*:

Grande parte da história da EA sistematizadas ou relatadas por educadores, em que pesem as diferentes ênfases e cortes epistemológicos, resgata os grandes marcos internacionais, documentos e conferência(s) que nomeiam a educação ambiental e definem as práticas a ela associadas. Esse recontar dos fatos parece evidenciar, por um lado, que a leitura das grandes conferências foi ponto de partida para a inserção de muitos nessa nova prática educativa. De outro, esse efeito de repetição confere aos documentos internacionais certo caráter de mito de origem. Dessa forma, eles passam a ser os fiadores da legitimidade pretendida pela EA, tanto para o público interno quanto para efeito de reconhecimento externo, operando como um corpus discursivo unificador de uma memória comum. (CARVALHO, 2002, p. 152)

Alguns dos trabalhos que contribuem para esse resgate histórico da Educação Ambiental reportam-se a Eventos que ocorreram a milhares de anos atrás. Buscam muitas vezes ilustrar algumas das insustentáveis relações que se estabelecem entre os Humanos e o Meio em que vivem. Alguns trabalhos remontam ao período Neolítico¹³, no qual existem indícios de que comunidades inteiras tiveram que abandonar as suas Terras agriculturáveis, em função das mesmas terem se exaurido com o tempo, questão associada ao seu inadequado manejo. Do Neolítico até os dias de hoje, muitas transformações aconteceram com os Humanos e com o Meio no qual vivemos.

ESTA é a história do homem,
único dos animais a dominar o fogo feroz,
a tornar-se perito caçador e médico,
lavrador da terra e pastor,
e a vencer o frio e o mar
enquanto a força do sol o modificava.
Construindo rodas, fundindo e escrevendo,
ele forjou impérios com ferro,
rodeou seu planeta com canhões,
encontrou e conquistou um mundo novo –
de onde desafia o espaço com seus átomos
ao mesmo tempo que enfrenta o derradeiro desafio:
- ELE PRÓPRIO.

¹³ Período compreendido entre 7000 a.C. a 2500 a.C., onde o Humano começa a se fixar em comunidades mais estruturadas a partir do aprimoramento da agricultura, da domesticação de animais, da elaboração de técnicas para a construção de habitações e de peças para armazenamento e preparação dos alimentos.

Essa é a epígrafe, sem referência de autoria, que abre o livro *A História do Homem*¹⁴, na qual ilustra um pouco do entendimento que temos de que o Humano tem no Humano o seu maior desafio. Parece-nos esta ser uma das grandes questões existenciais a ser pensada!

Seguindo com o desafio de contribuir para a ampliação da compreensão que se tem de alguns dos processos constitutivos do Horizonte da Educação Ambiental, continuaremos a nossa caminhada por um Evento que simbolizou o final da Segunda Guerra Mundial. No início de Agosto de 1945, interesses de ordem política e econômica levaram as cidades Japonesas de Hiroshima e Nagasaki a se tornar alvos do artefato bélico mais destruidor que o Humano já produziu. As duas bombas atômicas lançadas pelo Exército Norte Americano sobre estas áreas urbanas, levaram em poucos segundos a morte de mais de duzentas mil pessoas, sendo que atualmente continuam surgindo vítimas desses ataques em função das alterações biológicas que a radioatividade dessas bombas provocaram nas pessoas e no ambiente que ficou exposto a elas.

Entendemos que a ganância por poder político e econômico alimentaram e continuam alimentando inúmeros conflitos entre os Humanos nas diferentes regiões do Planeta. Diversos são os motivos que percebemos levar os Humanos a estabelecer conflitos armados. Dentre estes motivos consideramos ter destaque a disputa pela conquista de territórios, pelo estabelecimento da hegemonia de uma etnia ou de um fundamentalismo ideológico, político ou religioso, pelo acesso aos bens Naturais e mercados de consumo, para movimentar a indústria bélica, e tantos outros, que geralmente estão associados à conquista e manutenção do poder político e econômico.

É importante lembrar que nem sempre esses conflitos estão relacionados a uma luta armada. Muitas vezes eles se estabelecem na dimensão da especulação política e econômica, favorecendo e enriquecendo alguns Estados e Corporações, muitas vezes em função da geração e manutenção da pobreza das parcelas mais vulneráveis da Sociedade. Situação que se estabelece quando os especuladores percebem haver alguma garantia de rendimento para o seu capital (dinheiro). Percebo que a especulação é mais intensa em lugares nos quais existam matéria prima e mão-de-obra de baixo custo, mercado de consumo, energia, facilidades e incentivos

¹⁴ Obra de autoria do Antropólogo Americano Carleton S. Coon, traduzido e publicado no Brasil no início da década de 60.

fiscais, e uma série de vantagens políticas e econômicas, caso contrário, o capital não é investido. Nesta lógica, a especulação tem por definição tirar proveito de circunstâncias favoráveis para se conseguir vantagens pessoais ou corporativas, garantias que muitas vezes se estabelecem na exploração da força de trabalho dos sujeitos, que a vendem em troca de capital.

O capital tornou-se o grande objeto de troca da sociedade capitalista, sendo que a alimentação, habitação, saúde, educação, segurança, enfim, a nossa condição de vida acaba sendo muito influenciada pelo poder de troca de cada sujeito. Em função do desejo e pela própria necessidade de consumir surge a questão: Quais são os bens e serviços que desejo e preciso consumir? O quanto tenho de capital para trocar por estes bens e serviços? Poderíamos seguir apresentando questões, porém entendemos que estas duas ilustrem bem as sociedades capitalistas. Essas questões aqui apresentadas foram motivadas a partir da leitura de autores que trabalham com a questão do modelo de desenvolvimento capitalista e a sua relação com a crise socioambiental, entre estes autores destacamos: (GONÇALVES, 2004; BARCELOS, 2004; LEEF, 2000, 2003).

Fazendo frente a este cenário, percebemos a emergência de uma série de Movimentos Sociais estruturando uma contestação ao modelo de desenvolvimento sustentado na exploração humana e subordinado ao poder Capital. Esses Movimentos Contestatórios ganham força a partir da década de 50, articulando diferentes pessoas, muitas vezes orientadas por ideologias que vão contra os interesses, principalmente, das classes dominantes,¹⁵ relacionadas direta ou indiretamente com a manutenção dos cenários de desenvolvimento apresentados anteriormente. Alguns desses Movimentos Contestatórios foram estudados no trabalho de (SOUZA, 2006). Embora muitos desses Movimentos nunca tenham mencionado a expressão “Educação Ambiental”, percebemos que muitas das suas discussões produziram Saberes e Fazeres que vieram a influenciar na constituição do Horizonte da Educação Ambiental.

Um dos Movimentos mais influentes no início das discussões sobre a Educação Ambiental está bem retratado na obra *Rumo ao Paraíso* do militante ambientalista John McCormick. Nesta obra é feita uma grande incursão por alguns

¹⁵ Parcela da sociedade que se distingue das outras por sua grande capacidade de ter acesso aos bens produzidos pela Humanidade, pelo seu poder de autoridade política, de propriedade privada e de Capital, questões que lhes garantem um status de elevada condição social.

dos Eventos que contribuíram para a constituição do Movimento Ambientalista. As questões ambientais mobilizaram e continuam mobilizando um grande número de pessoas em diferentes lugares do Planeta, sendo que muitas destas pessoas vieram estabelecer um importante diálogo com a dimensão da Educação. É importante ressaltar que o Movimento Ambientalista, assim como muitos outros Movimentos, acaba sendo formado por uma multiplicidade de Saberes e Fazeres que possuem a temática ambiental como algo em comum. O fato de ter uma temática em comum não significa garantir que as teorias e ações planejadas e desenvolvidas no âmbito do Movimento sejam coordenadas de maneira a assumirem uma mesma perspectiva. Para ilustrar esta questão é importante lembrar, por exemplo, que a perspectiva conservacionista presente no Ambientalismo recebe atualmente críticas em função do seu caráter pouco integrado com uma discussão que leve em consideração as questões sociais. Entretanto, fica desse Movimento uma série de contribuições, que levam McCormick já na abertura da sua obra afirmar que o Ambientalismo possuiu um caráter revolucionário.

De todas as revoluções conceituais do século XX, poucas forjam uma mudança tão universal e fundamental nos valores humanos quanto a revolução ambientalista. Gerado pelos amantes da natureza e filantropos vitorianos, nutrido por naturalistas amadores e planejadores profissionais, e finalmente inserido na agenda das políticas públicas por uma nova geração rebelde e idealista, o ambientalismo ultrapassou as divisões religiosas, nacionais e políticas para difundir-se em quase todos os países da terra. Ganhou dezenas de milhões de adeptos, criou novos órgãos e legislações, engendrou novos partidos políticos, encorajou uma reavaliação das prioridades econômicas e tornou-se tema de políticas internas e relações internacionais. Acima de tudo, mudou nossas percepções do mundo no qual vivemos. Pressuposições de séculos foram subvertidas em não mais que poucas décadas. Pela primeira vez a humanidade foi despertada para a verdade básica de que a natureza é finita e que o uso equivocado da biosfera ameaça, em última análise, a própria existência humana. (1992, p. 15).

No apêndice desta obra está um breve e denso relato do militante ambientalista brasileiro Alfredo Sirkis, no qual relata a constituição do Movimento Ambientalista no Brasil. Consideramos que este Movimento influenciou e continua influenciando na discussão da Educação Ambiental no Brasil.

No Ocidente, a teorização e as ações práticas relativas à Proteção da Natureza deram maior visibilidade ao Ambientalismo, que se fortaleceu primeiramente na Europa e nos Estados Unidos. Esta visibilidade e fortalecimento foram ampliados

com a publicação de obras que falam das interferências Humanas na Natureza, com a criação das grandes áreas de preservação (Parques Naturais), com a instituição de grupos que se organizaram fundando Sociedades, Federações e Órgãos voltados para a Proteção da Natureza. Um importante espaço para o desenvolvimento destas idéias e ações foram os Encontros e Conferências Nacionais e Internacionais, espaços nos quais concentraremos os nossos estudos.

Os primeiros Encontros discutindo as questões ambientais que se tem registro no Ocidente aconteceram nos países do Norte da Europa, havendo registros que datam desde os anos de 1913. O fortalecimento desses Encontros ampliou com a demanda em se instituir um Organismo Internacional que envolvesse as diferentes Nações em torno da Paz e da Segurança Mundial. Esse Organismo nasceu em meio à Segunda Guerra Mundial, durante a Conferência dos Aliados¹⁶, celebrada em Moscou, em 1943, recebendo o nome de Organização das Nações Unidas - ONU¹⁷, superando assim a Sociedade das Nações, também conhecida como "Liga das Nações". Essa Sociedade tinha sua constituição em conformidade com o Tratado de Versalhes, instituída em 1919, em função da Primeira Guerra Mundial. Da mesma maneira que a atual ONU, a Sociedade das Nações também pretendia articular uma cooperação Internacional para garantir a Paz e a Segurança Mundial.

Entre 25 de Abril e 26 de Junho de 1945, aconteceu em São Francisco - EUA, a primeira Conferência sobre Organização Internacional da ONU. Já nessa Conferência haviam 50 Nações representadas, sendo por elas construída a Carta das Nações Unidas¹⁸, na qual as Nações declararam estarem resolvidas: “A preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que, por duas vezes no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade”. (ONU, 2006a).

A fundação oficial da ONU data de 24 de Outubro de 1945, data na qual esta Carta foi ratificada pelo seu Conselho de Segurança, na época composto pela China, Estados Unidos, França, Reino Unido e a ex-União Soviética, assim como pelos demais países signatários. A sede atual da ONU está situada na cidade de Nova Iorque - EUA, já possuindo em 2006 a representação de 192 Países na condição de

¹⁶ As principais potências Aliadas eram a China, a França, a Grã-Bretanha, a União Soviética e os Estados Unidos, já a Alemanha, a Itália e o Japão, eram as principais potências que formavam as forças do Eixo.

¹⁷ Para saber mais sobre a ONU no Mundo visite o site www.un.org no Brasil visite o site www.onu-brasil.org.br

¹⁸ O preâmbulo da Carta das Nações Unidas expressa os ideais e os propósitos dos povos cujos governos se uniram para constituir as Nações Unidas, para ler a carta na íntegra acesse www.onu-brasil.org.br/documentos_carta.php

Estados-Membros. A ONU está estruturada através de uma série de Organizações que tratam de temas específicos, nas quais articulam-se Programas, Fundos, Conselhos e Cortes.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, iniciaram amplos movimentos buscando a definição de marcos para o Direito Internacional. Como resultado dessas buscas, a ONU aprovou em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos¹⁹, na qual os Estados-Membros reconheceram a dignidade e os direitos iguais e inalienáveis do ser humano fundamentados pela liberdade, justiça e paz. Os Direitos proclamados nessa Declaração pretendem atingir a todas as Nações do Planeta, na qual é ressaltada a importância da Educação como meio para esta conquista:

[...] com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades. (ONU, 2006b, Preâmbulo da Carta).

Essa Declaração vai completar 60 anos de existência, sendo que a sua história está marcada por enormes descompassos entre os compromissos que as Nações assumem ao assiná-la e as ações que por elas são desenvolvidas. A própria ONU revela em seus relatórios, uma série de indicadores do desenvolvimento humano que ilustram este descompasso, desenhando um cenário extremamente perturbador. É revoltante saber que: “mais de 800 milhões de pessoas vão se deitar todas as noites com fome; dentre elas, 300 milhões são crianças, onde a cada 3,6 segundos, mais uma pessoa morre de fome; em sua grande maioria, crianças com menos de 5 anos”. (ONU, 2006f – Números da Crise, Projeto do Milênio). Esses indicadores contrastam com as observações feitas nos relatórios da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação - FAO²⁰ em que se declara a existência de excedentes na produção mundial de alimentos, condição que seria suficiente para alimentar toda a população desse Planeta. Frente aos horrores e descompassos gerados pelos atuais modelos de desenvolvimento, a ONU tenta mobilizar esforços junto a seus Estados-

¹⁹ Para ler na íntegra este e outros documentos gerados pela ONU e que foram traduzidos para o português acesse www.onu-brasil.org.br/documentos.php

²⁰ Este organismo atua no combate à fome e à pobreza buscando a segurança alimentar, conheça a FAO no Brasil em www.fao.org.br

Membros no sentido de minimizá-los, nos quais se destaca o Projeto Milênio²¹, que está articulado a uma série de outros projetos.

Retornando um pouco no tempo, a partir dos anos 40 já podemos perceber em diferentes países uma movimentação social articulada a reivindicações que faziam frente aos problemas ambientais e sociais que se agravaram paralelamente aos “avanços” do modelo industrial e capitalista de desenvolvimento. Por muitas vezes estas movimentações eram influenciadas pelas iniciativas e reivindicações das militâncias estudantis que começavam a ganhar visibilidade ao receber o apoio de artistas e de cientistas. Em meio a esta movimentação começaram a gestação das Organizações da Sociedade Civil, que ficaram conhecidas pela denominação de Organizações Não Governamentais – ONGs. Já na Ata de Constituição da ONU, estas Organizações da Sociedade Civil aparecem como Organizações com as quais a ONU poderia estabelecer parcerias.

Nos anos 60 já começam a surgir grandes ONGs, muitas favorecidas pela criação do Fundo Mundial para a Natureza (Worldwide Wildlife Fund – WWF)²², isso em 1961. Com sede na Suíça, o WWF é atualmente a maior Rede de Conservação da Natureza, contribuiu bastante para o financiamento e conseqüente estruturação e fortalecimento de muitas ONGs Ambientalistas. O fortalecimento dessas ONGs foi um ganho importante para se disseminar a cultura do “Ambiental” em diferentes lugares do Mundo, questão que consideramos relevante para a posterior estruturação da Educação Ambiental.

Na Europa, em Março de 1965, a Educação Ambiental foi tema da Conferência de Educação na Universidade de Keele Staffordshire na Inglaterra, momento em que já se tinha o entendimento da necessidade da inclusão deste tema na Educação de todos os cidadãos.

A idéia de Educação Ambiental é concebida no interior do movimento ambientalista como um instrumento para envolver os cidadãos em ações ambientalmente corretas em busca de uma sociedade sustentável. Mas foi no universo da educação que o termo Educação Ambiental foi criado, com a recomendação de que deveria tornar-se parte essencial da educação de todos os cidadãos. (MEC/COEA, 2006a, p.52).

²¹ Tanto os números da crise quanto o Projeto Milênio, podem ser conhecidos no site www.pnud.org.br/milenio

²² O WWF possui representação no Brasil desde 1971, para conhecer esta Rede visite www.wwf.org.br

A preocupação com as questões ambientais e posterior associação a uma abordagem educativa, emerge na Inglaterra como reflexo dos problemas ambientais e sociais que atingiram este país na década de 50. É muito citada a catástrofe que ocorreu na cidade de Londres em Dezembro de 1952, que causou a morte de cerca de quatro mil pessoas em poucos dias, vítimas da poluição atmosférica que se acumulou sobre esta cidade.

No final dos anos 50 e início dos 60, ocorreram principalmente entre os países europeus nórdicos (Suécia, Noruega, Finlândia, Islândia e Dinamarca), propostas que buscavam a valorização da dimensão ambiental nos currículos da escola básica. Esse é um período muito interessante do ponto de vista da geração de um movimento organizado pela sociedade, que cada vez mais se articulava em torno das questões sociais e ambientais. Talvez o mais conhecido deles tenha iniciado em Paris, na França, através de uma série de protestos estudantis contra o então modelo de capitalismo industrial, que levava a formação dos monopólios, da exploração dos trabalhadores e do Meio Ambiente.

Eclodiu no primeiro dia de Maio de 1968, em Paris, um Movimento que alcançou uma grande repercussão local e global, ficando conhecido como Maio de 68²³. Havia uma série de grupos que participaram desse Movimento, entre eles o Solidarity, que chegou na época a receber contribuições de Cornelius Castoriadis²⁴. Esse Movimento teve início com as greves estudantis, e tão logo recebeu apoio dos trabalhadores industriais, de pesquisadores e da sociedade que se aliavam às idéias do Movimento, estima-se que dois terços dos trabalhadores franceses entraram em greve nesse período.

A movimentação contestatória do Maio de 68, ao então modelo de desenvolvimento, teve repercussões em diferentes lugares do mundo, influenciando, por exemplo, na organização de mobilizações em Berkeley/Estados Unidos, Berlim/Alemanha, Rio de Janeiro/Brasil e em outros lugares.

Conforme os relatos do grupo Solidarity, a maioria dos participantes dessas mobilizações tinha uma identidade que as aproximavam de um pensamento da esquerda política, que buscavam romper com “velhos valores” sobre a educação, a

²³ Um testemunho interessante deste movimento foi publicado originalmente em Junho de 68 pelo grupo Inglês Solidarity, que foi traduzido para o português e esta disponível para baixar no link www.ebooksbrasil.org/adobebook/maio68.pdf

²⁴ Filósofo Turco radicado na França, viveu de 1922 a 1997, é considerado um dos grandes filósofos do século XX.

sexualidade, o trabalho e a todos os valores conservadores que reprimissem a tão desejada liberdade e qualidade de vida.

A Europa e parte do Mundo ainda sentiam os reflexos do Maio de 68, quando o recém fundado Clube de Roma²⁵ se reuniu na Accademia dei Lincei, em Abril de 1968, na cidade de Roma - Itália. Nessa reunião, pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, empresários e diplomatas, discutiram a questão do crescimento econômico e os seus impactos sobre os Recursos Naturais e sobre o Desenvolvimento Humano.

Os debates desenvolvidos no Clube de Roma avançaram, tendo como um de seus resultados a publicação em 1972 da obra *The Limits of Growth*²⁶, que na língua portuguesa ficou conhecida como *Limites do Crescimento*. Nessa obra se alertou para a urgente necessidade da conservação dos recursos naturais e do controle demográfico, considerando necessária a construção de Políticas Internacionais que fossem prudentes com relação aos impactos ocasionados pelo desenvolvimento. Através dessa publicação foi gerada uma grande polêmica, pois foi apresentado nela a Teoria do Crescimento Zero, que foi rejeitada pelos países da Comunidade Internacional, que se articulavam em torno da ONU.

Mesmo que as observações desse Clube não tenham gerado o impacto esperado nas políticas de desenvolvimento que estavam em curso naquele momento, elas foram importantes a longo prazo, pois ainda hoje alimentam a discussão em torno da questão dos limites e das possibilidades de Desenvolvimento. Atualmente, o Clube de Roma conta com quatro brasileiros entre seus membros ativos, são eles: José Aristodemo Pinotti, Paulo Alcantara Gomes, Heitor Gurgulino de Souza e o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Outra importante obra que contribuiu para a compreensão da problemática da relação Desenvolvimento e Meio Ambiente foi o Informe Founex²⁷, publicado em Junho de 1971 na cidade de Founex – Suíça. Esse informe é fruto de uma grande reunião entre pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento. Nessa reunião foi feito um amplo balanço do processo de desenvolvimento nos países desenvolvidos e

²⁵ Saiba mais sobre o Clube de Roma no seu site oficial em www.clubofrome.org

²⁶ É possível baixar uma síntese deste documento na língua inglesa em www.clubofrome.org/archive/reports.php

²⁷ O informe na íntegra e em língua inglesa esta disponível em www.isc.niigata-u.ac.jp/~miyatah/nu/2004/N-S_relations/founex_report1971.pdf, consideramos este texto muito interessante, sendo que temos a intenção de traduzi-lo para o Português, disponibilizando-o junto as Redes de Educação Ambiental e para quem interessar.

naqueles em desenvolvimento. Com esses estudos pode-se perceber e alertar para os sérios riscos que o então processo de desenvolvimento acarretava para a qualidade de vida do planeta e dos sujeitos que nele habitam.

Foi sugerido no Informe Founex, que novamente os Governos considerassem a temática da problemática ambiental nos currículos do ensino formal, assim como da importância em disseminar essas questões ao público geral através dos meios de comunicação em massa. Esse Informe foi uma importante construção, que mais tarde influenciou na Conferência de Estocolmo em 1972, na qual foram retomadas muitas das questões apresentadas nele, porém neste momento sendo discutidas junto as Nações Unidas.

Entre os anos de 1968 e 1971, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO²⁸ promoveu uma série de Eventos em diferentes países, nos quais tinha a Educação Ambiental como tema a ser discutido. Identificamos já neste momento uma distinção conceitual e prática com relação ao que seria à Educação Ambiental. Percebemos duas grandes linhas de discussão uma pensando a dimensão ambiental contemplada em todo o currículo educacional e outra que percebia a Educação Ambiental enquanto uma disciplina de ensino em Ecologia. Entendemos que estes diferentes entendimentos acerca da Educação Ambiental foram alimentando uma série de discussões que continuam gerando conhecimentos para repensarmos as nossas relações com o mundo em que vivemos.

Ao final dos anos 60 já podemos visualizar uma série de conhecimentos que confluíam para a constituição de um Horizonte no qual se desenhavam parcerias e documentos registrando os Princípios e Diretrizes para a Educação Ambiental. Ressaltamos a importância de se resgatar os conhecimentos gerados nesses primeiros Eventos que discutiam a Educação Ambiental, pois no nosso entendimento eles continuam sendo importantes para repensarmos os processos educativos que estão em curso.

Um Evento que marcou muito para a ampliação de uma discussão Nacional e Internacional sobre as questões ambientais e sociais foi à primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano²⁹, que aconteceu no período de 5 a

²⁸ Fundada em 16 de novembro de 1945, esta Agência das Nações Unidas, atua colaborando para a construção das capacidades humanas e institucionais em diversas áreas do conhecimento. Para saber mais sobre a UNESCO no Brasil acesse www.unesco.org.br

²⁹ Para ter acesso aos documentos oficiais dessa conferência acesse: www.unep.org/Documents.multilingual/Default.asp?DocumentID=97&ArticleID

16 de Junho de 1972, em Estocolmo, capital da Suécia. Nessa Conferência foi construída a Declaração de Estocolmo sobre o Ambiente Humano³⁰, que ficou conhecida como a Carta de Estocolmo. Como fundamento essa Carta considera a necessidade do estabelecimento de uma visão global e do compartilhamento de princípios que sejam comuns entre os indivíduos dos diferentes lugares deste planeta. Esses fundamentos são apresentados como necessários para que seja possível conduzirmos as nossas vidas com qualidade, no sentido de preservar e melhorar as condições do Meio Ambiente. Dentro deste entendimento, o Princípio 19 da Declaração aborda a temática da Educação, no qual considera que:

É indispensável um trabalho de educação em questões ambientais, visando tanto às gerações jovens como os adultos, dispensando a devida atenção ao setor das populações menos privilegiadas, para assentar as bases de uma opinião pública, bem informada e de uma conduta responsável dos indivíduos, das empresas e das comunidades, inspirada no sentido de sua responsabilidade, relativamente à proteção e melhoramento do meio ambiente, em toda a sua dimensão humana. (ONU, 2006c - Declaração de Estocolmo, p. 6).

No conjunto dos 26 Princípios que constituem essa Declaração, à necessidade de se preservar e melhorar as condições do meio em que vivemos, assim como a garantia da qualidade de vida humana, são questões que aparecem de maneira bastante marcante. Apoiado no conjunto desta Declaração foi proposto pela Conferência de Estocolmo um Plano de Ação Internacional com 109 recomendações, que objetivavam estabelecer novas relações entre a Sociedade e o Meio Ambiente. Na recomendação de número noventa e seis trata-se especificamente da Educação Ambiental, sendo ela dirigida especialmente à UNESCO. Nessa recomendação é sugerida a criação de um Programa Internacional de Educação Ambiental - PIEA, na qual aparece em destaque a sua proposta de ter um enfoque interdisciplinar, escolar e extra-escolar, envolvendo diferentes níveis de ensino e indivíduos, educando-os para que possam controlar de maneira responsável o meio em que vivem. Esse Programa só pôde ser efetivado em 1975, com apoio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA³¹.

³⁰ Veja esta Declaração traduzida para o Português em: www.vitaecivilis.org.br/anexos/Declaracao_Estocolmo_1972.pdf

³¹ Criado em 1972 por recomendação da Conferência de Estocolmo, o PNUMA se constituiu voltado para as questões das relações entre Meio Ambiente e Desenvolvimento, para conhecer esta agência da ONU no Brasil, acesse: www.onu-brasil.org.br/agencias_pnuma.php

Outra questão que consideramos importante e que já esteve presente nas primeiras Conferências da ONU, foi a sua aproximação com a Sociedade Civil, que através das ONGs contribuiu para articular os interesses da Sociedade junto aos Chefes de Estado das Nações Unidas. Com relação a essa questão, sugerimos a leitura do Trabalho *Las Naciones Unidas Y La Sociedad Civil*³², que traz um resgate histórico quanto esta aproximação entre a ONU e as ONGs.

A Conferência de Estocolmo contribuiu para a criação de diversos Programas e Órgãos Governamentais de Meio Ambiente em muitos dos seus Estados-Membros, contribuiu também para a construção de Encontros Nacionais e Internacionais para a discussão das relações sociais e ambientais. Consideramos muito significativas as contribuições mencionadas acima, tornando-se uma oportunidade de se avançar na discussão e implementação de ações em Educação Ambiental, questão importante para a ampliação do seu Horizonte conceitual e prático.

Nessa Conferência foram articuladas muitas mobilizações como já podemos perceber, entre elas houve um acordo no conjunto dos países membros da ONU, no qual foi sugerido a criação de uma Comissão Mundial para estudar as relações entre Meio Ambiente e Desenvolvimento (WCED). Esta Comissão só se estabeleceu em 1983, tendo como finalidade estudar a então atual problemática ambiental nas suas relações com o desenvolvimento humano. Tinha também como objetivo, projetar um cenário para ano de 2000, ao mesmo tempo em que deveria propor estratégias para um desenvolvimento que se desse de maneira sustentável. Tendo como presidente a então primeira ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, essa Comissão acabou ficando conhecida como Comissão Brundtland, que ganhou visibilidade ao publicar em 1987, o relatório denominado *Our Common Future*³³, que em língua portuguesa ficou conhecido como *Nosso Futuro Comum*. Nesse relatório foi apresentado um amplo estudo sobre os modelos de desenvolvimento que estavam em curso, os quais foram muito questionados visto a sua inerente insustentabilidade social e ambiental.

O relatório *Nosso Futuro Comum* não só apontou para os problemas sociais e ambientais acarretados pelos modelos de desenvolvimento em curso, mas também sugeriu diretrizes para um desenvolvimento que chama de sustentável, que em linhas gerais é apresentado neste relatório como sendo “o desenvolvimento que satisfaz as

³² Este trabalho esta disponível em www.un.org/spanish/civil_society/index.html

³³ Leia o relatório original em:

http://www.are.admin.ch/imperia/md/content/are/nachhaltigeentwicklung/brundtland_bericht.pdf?PH_PSESSID=d235472deb84076b2611f620d1150135

necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”.

O termo Desenvolvimento Sustentável acabou ganhando ampla projeção nos mais variados discursos pró-desenvolvimentistas, apropriação que na prática se apresenta de diferentes maneiras. Entendemos que esta apropriação é facilitada pela amplitude deste conceito, que sendo vago pode assumir diferentes perspectivas. Teoricamente se espera alcançar um modelo de crescimento econômico junto com a equidade social e o equilíbrio ecológico. Porém o que percebemos hoje é que se não houver redução de consumo dos bens renováveis e não renováveis (pelo menos a curto e médio prazo) o Planeta não suportará por muito tempo, visto que a atual taxa de consumo já é maior do que a capacidade de suporte do Planeta. Isto significa dizer que o ritmo de consumo destes bens é maior do que a capacidade do Planeta de reciclá-los para serem novamente disponibilizados. Essa é uma das faces do que chamamos de insustentabilidade socioambiental. Existem outras que se situam na dimensão das relações humanas, como por exemplo, na desigualdade de condições básicas de vida entre as diferentes “classes” da sociedade, questão profundamente atrelada aos conflitos humanos que se manifestam no caótico cenário de violência urbana e rural nos pequenos, médios e grandes municípios.

O termo Desenvolvimento Sustentável foi sendo crescentemente incorporado no discurso e nos planos de ação da ONU, principalmente após a divulgação do Relatório *Nosso Futuro Comum*. Atualmente encontramos esse termo em todos os programas que são desenvolvidos por qualquer organismo das Nações Unidas. A apropriação e uso indiscriminado do termo Desenvolvimento Sustentável é uma questão que vem gerando grandes debates entre os Educadores Ambientais, principalmente no contexto da América Latina, questão que logo será retomada neste capítulo.

Ainda sobre a Conferência de Estocolmo, vale ressaltar um episódio que marcou a presença da delegação Brasileira, que frente aos demais chefes de Estado declarou que o país estava aberto à poluição. O argumento utilizado por essa delegação estava orientado pela necessidade que o Governo Brasileiro via de crescer economicamente. Mesmo declarando estar aberto à poluição, o Governo Brasileiro acatou as recomendações dessa Conferência, sendo que entre elas estava à necessidade de se criar um Organismo Federal que tivesse como objetivo gerenciar as questões relacionadas ao Meio Ambiente. Com essa iniciativa e por orientação

dessa Conferência, posteriormente se iniciou a formação de organismos semelhantes nas Esferas Estaduais e Municipais. O Organismo Federal do qual estamos tratando foi criado em 1973, com a denominação de Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA³⁴, Secretaria esta que ficava atrelada ao Ministério do Interior³⁵.

Consideramos que a instituição da SEMA tenha sido uma importante iniciativa para a inclusão da Educação Ambiental junto o Poder Público. Nessa Secretaria foi instituído um Grupo de Trabalho que tinha por finalidade discutir e implementar a Educação Ambiental no Brasil. Em 1976, esta Secretaria representada através do seu Grupo de Educação Ambiental, junto a Fundação Educacional do Distrito Federal - FEDF, e a Universidade de Brasília - UnB, se articularam e conseguiram realizar o primeiro curso de Extensão em Ecologia para professores do Ensino Fundamental do Brasil. Através dessa parceria foram desencadeados alguns projetos em Educação Ambiental nos arredores de Brasília. Em função desses projetos foram elaborados textos abordando temas ecológicos, tendo como base, princípios da Educação Ambiental. A partir desse material foram capacitados cerca de três mil professores para atuarem no Ensino de Ciências de 1ª à 8ª séries. Na época, já havia algumas orientações quanto as metodologias e quanto as problemáticas a serem abordadas nessas capacitações, porém percebiam que o foco temático e de público estavam voltados para a Ecologia e para o Ensino de Ciências. Aproveitamos aqui para chamar a atenção à habitual e reduzida relação que se faz da Educação Ambiental aos temas Ecológicos e ao Ensino de Ciências, como sendo essas as únicas áreas para se pensar a Educação Ambiental. Queremos ressaltar a Educação Ambiental enquanto uma perspectiva que percebe a educação de maneira integrada, para isso torna-se importante considerar e dialogar com todas as áreas do conhecimento.

Com essa pesquisa percebemos que já na metade da década de setenta, havia no Brasil alguns reflexos da discussão Internacional sobre a Educação Ambiental, principalmente através de ações que envolviam o Poder Público Federal. Esse reflexo junto ao Poder Público se justifica em função dos acordos Internacionais que estavam sendo construídos entre os Estados-Membros das Nações Unidas. Como referimos no início dessa dissertação, a escolha dos Eventos apresentados nesse

³⁴ Criada Decreto nº 73.030, de 30 de outubro de 1973, com o objetivo de discutir junto à opinião pública a questão ambiental, visando a sua preservação.

³⁵ Criado em 1967, entre outras competências, era responsável por assistir as populações atingidas por calamidade pública em todo Território Brasileiro.

Capítulo se justificam na medida em que eles estruturam um contexto que direto e indiretamente refletem no planejamento e desenvolvimento dos Fóruns de Educação Ambiental, tema gerador dessa pesquisa a ser apresentado em destaque nos próximos capítulos.

Deve ser incluído nesta trajetória, o Seminário Internacional em Educação Ambiental, Evento que a UNESCO e PNUMA promoveram em parceria com o Centro para Estudos Internacionais da Universidade de Belgrado. Esse Seminário ocorreu entre os dias 13 e 22 outubro de 1975, na cidade de Belgrado, capital da ex-Iugoslávia, atual Sérvia. Nesse encontro que reuniu 96 participantes de 60 países, foi construída a Carta de Belgrado³⁶, na qual consideramos já reunir princípios e diretrizes que constituem um conceito de Educação Ambiental ainda bastante atual e usual no contexto da América Latina.

A Educação Ambiental é apresentada na Carta de Belgrado, enquanto um importante processo para a formação de conhecimentos e competências, para que individualmente e coletivamente cheguemos à resolução das dificuldades enfrentadas na nossa atualidade e impedindo que as mesmas se manifestem no futuro. Nessa Carta também foi sugerido que a Educação Ambiental fosse implementada enquanto um processo de educação continuada, interdisciplinar e integrada, considerando as particularidades regionais e a necessidade de se revisar o então modelo de ensino, alerta para a necessidade de se estabelecer: “[...] novos relacionamentos e produções entre estudantes e professores, entre escolas e comunidades, e entre o sistema de instrução e a sociedade em geral”. (ONU, 2006d. Introdução da Carta, Tradução nossa). A recomendação da Conferência de Estocolmo para a criação de um Programa Internacional de Educação Ambiental – PIEA³⁷ foi fortalecida no Seminário de Belgrado, onde se deu um amplo debate com relação à institucionalização da Educação Ambiental entre os diversos países. Um dos resultados desse Seminário foi o encaminhamento de uma solicitação de apoio à ONU, para que houvesse a convocação de uma Conferência Intergovernamental tendo como objetivo discutir e implementar Programas de Educação Ambiental entre os seus Estados-Membros. Como preparatório para essa Conferência aconteceram

36 Para ler a Carta Oficial acesse http://portal.unesco.org/education/en/ev.php-URL_ID=33037&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html documento que pretendemos traduzir e disponibilizá-lo junto as Redes de Educação Ambiental e a quem interessar.

37 O Programa não está disponível no site da UNESCO, mas pode se ter uma boa idéia do mesmo, assim como da dinâmica do Seminário de Belgrado em documento oficial no site <http://unesdoc.unesco.org/images/0001/000161/016188eb.pdf>

entre 1975 e 1977, uma série de encontros discutindo a temática da Educação Ambiental, seus princípios, diretrizes e planos de ação. Esses encontros ocorreram nos cinco continentes, sendo que tiveram como objetivo reunir elementos para serem apresentados e debatidos nessa Conferência.

Tendo o apoio principalmente da UNESCO e do PNUMA, a ONU realizou entre os dias 14 e 26 de outubro de 1977, na cidade de Tbilisi - Geórgia, ex-União Soviética, a Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental de Tbilisi³⁸. Foi o auge da primeira fase do PIEA, que havia iniciado em 1975 no Seminário de Belgrado. Em Tbilisi o PIEA foi referendado e complementado com contribuições dos 66 Estados-Membros que estavam presentes. Esta Conferência ficou conhecida como o Encontro que melhor organizou, até aquele momento, os objetivos, as características, e as estratégias pertinentes à Educação Ambiental, na sua dimensão Nacional e Internacional.

O Brasil não esteve representado em Tbilisi, situação na época justificada pela ausência de relações diplomáticas do Brasil com o antigo bloco da União Soviética. Independente dessa situação, muitas das características atribuídas a Educação Ambiental nesta Conferência repercutem na vigente Política Brasileira de Educação Ambiental, como veremos adiante.

Outra discussão Internacional, porém de caráter mais regional, foi proposto pela UNESCO entre 29 de Outubro e 7 de Novembro de 1979, em San José na Costa Rica, onde aconteceu o Seminário de Educação Ambiental para América Latina³⁹. Esse Seminário aconteceu atendendo as recomendações da Conferência de Tbilisi, fazendo então parte do processo de formação de indivíduos e coletivos para atuarem em Educação Ambiental no contexto da América Latina. Conforme estava previsto no PIEA, Seminários como esse, acabaram acontecendo em vários países dos cinco continentes, nos quais recebia destaque a preocupação com a identificação e o desenvolvimento de Políticas Nacionais em Educação Ambiental. Esses Seminários também foram marcados pela discussão em torno do desenvolvimento de material didático e incorporação da dimensão ambiental na formação de professores e no currículo do ensino formal.

³⁸ Todo o processo desta Conferência, assim como, as suas recomendações estão disponíveis em <http://unesdoc.unesco.org/images/0003/000327/032763eo.pdf>

³⁹ Para ler o relatório final deste seminário em Espanhol acesse: <http://unesdoc.unesco.org/images/0003/000395/039557sb.pdf>

No final da década de 70, influenciado por esses Eventos até aqui mencionados é que percebemos um pequeno aumento da produção de material e de projetos em Educação Ambiental envolvendo as esferas do Poder Público Brasileiro em nível Federal e Estadual. Só para citar alguns exemplos, o antigo Ministério da Educação e da Cultura - MEC junto a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental Ciência e Tecnologia a Serviço do Meio Ambiente de São Paulo - CETESB/SP, publicaram em 1979, o documento Ecologia uma Proposta para o Ensino de 1º e 2º Graus. Nesse mesmo período, na Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul foi proposto o Projeto Natureza (1978/1985), que anunciava ter por base princípios da Educação Ambiental. Mais uma vez encontramos iniciativas ditas em Educação Ambiental relacionadas à Ecologia e a Natureza, questão que consideramos marcar a Educação Ambiental Brasileira nos anos 70, a qual era em muitos casos sinônimo de ensino da Ecologia.

Ainda no final da década de 70, influenciada pela ampla discussão Internacional sobre Meio Ambiente e Educação, iniciou-se no Brasil à criação de cursos voltados para as questões ambientais em várias Universidades. A instituição desses cursos em diferentes lugares do Território Brasileiro refletia a demanda e carência por se discutir as questões ambientais dentro das estruturas de ensino, pesquisa e extensão, situação que já acontecia nos países do Hemisfério Norte.

Nessa caminhada por alguns dos Eventos que consideramos importantes para a Constituição de um Horizonte da Educação Ambiental no Brasil, recuperamos e discutimos a seguir alguns Eventos ocorridos na década de 80.

Percebemos nos anos 80 uma ampliação e diversificação dos Eventos em Educação Ambiental no Brasil, que se manifestam através da oferta de uma série de Cursos, Projetos e Encontros, articulados pela aproximação de diferentes instituições. Para citar alguns exemplos, em 1986 ocorreu a organização do primeiro Curso de Especialização em Educação Ambiental na Universidade de Brasília - UnB, que foi realizada através de mais uma parceria entre essa Universidade e a SEMA. Ainda nesse mesmo ano foi realizado na UnB o I Seminário Nacional sobre Universidade e Meio Ambiente, o primeiro de uma série que discutiu a relação e a atuação das Universidades frente as questões ambientais. O II Seminário aconteceu em 1988 na Universidade Federal do Pará - UFPA, o III em 1989 na Universidade Federal do Mato Grosso - UFMT, o IV em 1990 na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e o V em 1992 na Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

Identificamos nessa década uma série de Movimentos da Sociedade Civil Brasileira contribuindo para a produção de conhecimentos, que em muitos casos alimentavam as discussões em torno da Educação Ambiental. Entre esses Movimentos estava o da Educação Popular, que tinha uma importante referência em Paulo Freire, que trouxe grandes contribuições através dos seus Saberes e Fazeres, para se pensar a Educação Ambiental no Brasil. A dimensão Social ganhava destaque em muitas das ações em Educação Ambiental, nas quais a conquista da cidadania tornava-se um grande objetivo. Neste momento já se percebe uma sensível distinção entre uma Educação Ambiental mais voltada para as questões Sociais e outra mais voltada para as questões Ambientais. Não que exista um movimento sincronizado e coordenado de mudanças na Educação Ambiental de uma perspectiva mais ambiental para uma mais social, muito menos que elas sejam perspectivas excludentes uma da outra. O que percebemos acontecer é uma ampliação na discussão da Educação Ambiental como um todo, dentro da qual investimos na perspectiva que aproxima e inter-relaciona o ambiental ao social. Nesse movimento de ampliação do entendimento da problemática social e ambiental, surgem expressões que tentam dar conta da articulação do social ao ambiental, nas quais popularizou-se à expressão “socioambiental”.

Na série de Encontros que aconteceram no final dos anos 80, teve um que marcou especial presença no cenário Internacional. Referimo-nos ao I Congresso Internacional sobre Educação e Formação Relativas ao Meio Ambiente⁴⁰. Esse Congresso aconteceu em 1987 em Moscou, capital da Rússia, no período de 17 a 21 de Agosto. O objetivo desse Congresso foi o de avaliar as conquistas e dificuldades da Educação Ambiental desde a Conferência de Tbilisi (1977). Constitui-se em mais uma contribuição da UNESCO em parceria com o PNUMA, que buscavam dar continuidade a uma discussão Internacional sobre a Educação Ambiental. Nesse Congresso foram definidas ações para o fortalecimento das orientações de Tbilisi, porém, adaptando-as a perspectiva da crescente discussão a respeito do Desenvolvimento Sustentável. Nesse momento, para boa parte dos Estados-Membros da ONU, principalmente nos países do Hemisfério Norte, a Educação Ambiental já era considerada como sinônimo de Educação para o Desenvolvimento Sustentável.

⁴⁰ Para conhecer a dinâmica deste encontro assim como as suas recomendações acesse <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000805/080583eo.pdf>

Como resultado desse Congresso de Moscou, foi elaborado um documento que traçou uma estratégia Internacional de ação em educação e formação ambiental para a década de 1990. Nessa estratégia ressaltava-se a importância da formação de indivíduos para atuarem nas áreas formais e não formais da educação, incluindo a dimensão ambiental nas atividades e nos currículos escolares em todos os seus níveis. Percebiam que essas recomendações também estão contempladas no PIEA, porém mais de uma década depois da sua implantação, essas questões ressurgem em outro documento, que nos pareceu mais ampliado ao mesmo tempo em que menos crítico.

A estruturação do Estado e das Políticas Públicas em Meio Ambiente e Educação no Brasil foram significativamente ampliadas nos anos 80. A criação da SEMA em 1973 foi extremamente significativa para que em 1981, através da Lei 6938 de 31 de Agosto, fosse instituída a Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA⁴¹. Através desta Política foram criados o Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA⁴², o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA⁴³, e o Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente – SINIMA⁴⁴. Para conhecer estas e outras estruturas e programas governamentais, nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, recomendamos o acesso ao portal do Governo Federal⁴⁵.

O final da década de 80 no Brasil é um momento de muita movimentação em torno da Educação Ambiental. Aconteceu nesse período à criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis - IBAMA, a partir da fusão da Secretaria Especial de Meio Ambiente - SEMA, com a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca - SUDEPE, mais a Superintendência do Desenvolvimento da Borracha - SUDEHVEA e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF. No IBAMA, foi instituído uma Divisão de Educação Ambiental, que continua atuante até os dias de hoje, conhecida pela sigla CGEAM – Coordenação Geral de Educação Ambiental. Para citar um exemplo de atividade dessa Coordenação,

⁴¹ Para conhecer toda a legislação brasileira com relação ao Meio Ambiente e Educação, assim como a estrutura e programas relacionados aos mesmos acessem os sites do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis www.ibama.gov.br – Ministério do Meio Ambiente www.mma.gov.br – Ministério da Educação www.mec.gov.br

⁴² Conheça o CONAMA no site www.mma.gov.br/conama

⁴³ Conheça o SISNAMA no site www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=23&idConteudo=2809

⁴⁴ Conheça o SINIMA no site www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=58

⁴⁵ Conheça o Portal do Governo Federal no site www.brasil.gov.br

ressaltamos a sua importante influência para o estabelecimento de Programas de Educação Ambiental com financiamento de empreendimentos (principalmente industriais) que geram impacto ambiental. A instituição vem exigindo de maneira crescente, que haja implementação e financiamento desses Programas como parte das condicionantes para que esses empreendimentos obtenham as licenças ambientais.

No plano das Políticas Públicas, entendemos que em 1987 foi tomada uma importante decisão Política pelo Plenário do Conselho Federal de Educação, que aprovou por unanimidade as considerações da Câmara de Ensino do MEC com relação à proposição do Parecer 226/87. Esse Parecer considera urgente a inclusão da dimensão da Educação Ambiental na escola Brasileira, estando presente através de uma abordagem interdisciplinar. É também sugerido nesse parecer, a criação de Centros de Educação Ambiental – CEA⁴⁶ para atuarem nos Estados como pólos irradiadores dessa dimensão educacional.

As estruturas administrativas que se estabelecem com a Política Nacional de Meio Ambiente – PNMA em 1981, como já vimos anteriormente, foram influenciadas pelas orientações dos Organismos das Nações Unidas, e que são retomadas e declaradas na Constituição da República Brasileira de 1988. Para ilustrar esse momento, fazemos referência ao Art. 225 da nossa Constituição, com especial atenção ao Capítulo VI, que trata do Meio Ambiente, no seu Inciso VI, que destaca a necessidade de: “[...] promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”.

Para cumprimento dos preceitos constitucionais, inicia-se no país um amplo processo de criação de Leis, Decretos, Portarias, Pareceres e Acordos entre as Esferas Públicas Federal, Estaduais e Municipais, gerando assim toda uma regulamentação com relação as questões do Meio Ambiente e da Educação. Cabe lembrar que esse processo de regulamentação dos princípios e diretrizes da base legal no Brasil aconteceu e continua acontecendo em diversas áreas, como por exemplo, na Saúde, Habitação, Alimentação, Transporte, enfim, para conhecer toda a base legal do Brasil sugerimos a busca por conhecimento através do Poder Legislativo na Câmara⁴⁷ e no Senado⁴⁸.

⁴⁶ Para além da perspectiva instituída pelo MEC, com o passar dos anos foram sendo criados CEAs com as mais variadas características, inclusive foi organizado em 2003 uma Rede Nacional de CEAs, onde é possível de se visualizar essa diversidade, para saber mais visite <http://www.redeceas.esalq.usp.br>

⁴⁷ Para saber mais sobre a Câmara visite o site www.camara.gov.br

Toda essa trajetória até aqui percorrida nos revela um cenário de ampla institucionalização da Educação Ambiental no Brasil, principalmente junto às esferas do Poder Público. Havia até então pouca participação dos Movimentos da Sociedade Civil na constituição de uma Base Legal e de Programas que pudessem colocar em ação uma Política Pública em Educação Ambiental. Essa situação se repetia em outros temas, como no caso da Saúde, da Segurança, da Moradia, e outros, como bem lembra Loureiro, esse início da Educação Ambiental no Brasil aconteceu durante o Regime Militar que durou de 1964 a 1985.

Num breve olhar para o passado, constatamos que o debate ambiental se instaurou no país sob a égide do regime militar nos anos setenta, muito mais por força de pressões internacionais do que por movimentos sociais de cunho ambiental, nacionalmente consolidados. Até a promulgação da Constituição Federal de 1988 a política ambiental brasileira foi gerida de forma centralizada, sem a participação popular efetiva na definição de suas diretrizes e estratégias. (LOUREIRO, 2004, p. 79/80).

Quando pensamos a respeito do que foi o período do Regime Militar, os períodos que o antecederam e aqueles que o sucederam, fica para nós o sentimento de que ainda temos muito que melhorar neste país quando o assunto é Planejamento e Desenvolvimento de Políticas Públicas. Entretanto, encontramos dentro desse contexto centralizador do Poder uma significativa ampliação dos marcos legais e estruturas administrativas voltadas para tratar das questões ambientais. Relacionada a essa institucionalização, percebemos a criação de uma margem de diálogo no qual a Educação Ambiental passou a ser temática de reflexão de um crescente número de pessoas. Além de contribuir para o debate, foram construídos espaços que atualmente ofereceram um importante suporte aos Educadores Ambientais. Entendemos que ter pessoas trabalhando com a dimensão da Educação Ambiental dentro das estruturas administrativas do Poder Público foi e continua sendo importante para a elaboração de políticas e ações que venham a fortalecer essa dimensão junto ao Poder Público, a Sociedade Civil e a Iniciativa Privada. Reforçamos aqui o nosso entendimento de que apenas garantir um espaço para a Educação Ambiental dentro das estruturas do Poder Público não significa de fato estar incluindo essa dimensão nas ações desse Poder. Outra questão importante de se ressaltar é a necessidade de estarmos atentos para a capacidade que as pessoas que ocupam essas estruturas possuem em colocar em

⁴⁸ Para saber mais sobre o Senado visite o site www.senado.gov.br

prática o interesse da sociedade a qual ela representa e na qual possui amparo na Legislação Brasileira.

Todo esse processo de institucionalização da Educação Ambiental, seja junto ao Poder Público, seja nas Organizações da Sociedade Civil, com o tempo influenciam na elaboração de um Horizonte de Saberes e Fazeres, que vai atribuindo características a Educação Ambiental brasileira. É nesse Horizonte que nos percebemos transitando e trazendo à tona os nossos significados quanto à trajetória da Educação Ambiental no Brasil.

Os primeiros Encontros Nacionais discutindo a Educação Ambiental aconteceram no final da década de 80, sendo que em 1989 aconteceu o Primeiro Encontro Nacional sobre Educação Ambiental no Ensino Formal. A promoção deste Encontro foi feita pelo IBAMA em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco e realizado no Recife. Neste mesmo ano ocorreu na cidade de Ibirubá - Rio Grande do Sul o Primeiro Congresso Brasileiro de Educação Ambiental. Poucos meses após a realização desse Congresso em Ibirubá, nascia o I Fórum de Educação Ambiental, um Encontro que pretendia ser representativo da Região de São Paulo, mas que na sua terceira edição em 1994, passou a ser considerado a sua vocação por se tornar um Encontro Nacional. Esta trajetória dos Fóruns de Educação Ambiental será apresentada em maiores detalhes nos próximos capítulos. Neste final dos anos 80 percebemos uma ampliação da participação da sociedade nas discussões que estavam acontecendo em torno da Educação Ambiental, situação favorecida com o início dos Encontros presenciais em nível Regional e Nacional.

Retomando a esfera administrativa do Poder Público, nesse ano de 1989, foi criado junto ao Ministério do Meio Ambiente – MMA o Fundo Nacional de Meio Ambiente - FNMA⁴⁹. Importante Fonte de Financiamento Público, este Fundo auxiliou na estruturação de muitas ONGs no Brasil, sendo que atualmente uma de suas linhas de Financiamento é voltada para a Educação Ambiental.

Na década de 90, os Eventos em Educação Ambiental, tornaram-se ainda mais freqüentes e diversificados, era crescente o número de Educadores que se aproximavam destas discussões. Frente ao grande número de Eventos que entendemos contribuir para constituição da Educação Ambiental, é que os recortes para a sua apresentação tornam-se necessários. Nesse contexto, ressaltamos a

⁴⁹ Conheça o FNMA através do site do MMA em www.mma.gov.br

importância que atribuímos à realização de pesquisas que procurem fazer este resgate histórico, oportunizando maior visibilidade aos inúmeros esforços que continuam contribuindo para a constituição da Educação Ambiental Brasileira.

Dentro do recorte que será apresentado adiante, chamamos a atenção para ampliação do número de parcerias que articularam diferentes grupos que se aproximavam da Educação Ambiental, questão que vai fortalecendo e ampliando o seu Horizonte de Conhecimentos e de Ações (Saberes e Fazeres).

No período de 1990 a 1994, foi realizado em Cuiabá/MT o I Curso Latino-Americano de Especialização em Educação Ambiental, uma promoção da parceria entre o PNUMA/IBAMA/CNPq/CAPES/UFMT. Outra parceria importante foi entre o MEC/ IBAMA/ UNESCO/ e Embaixada do Canadá, que em 1991 organizou o Encontro Nacional de Políticas e Metodologias para Educação Ambiental. Esse encontro que ocorreu em Brasília, teve como finalidade discutir diretrizes para a definição da Política Nacional em Educação Ambiental.

Fruto de uma crescente articulação entre a Universidade de São Paulo – USP junto à ONGs, mais o Governo Estadual e Municipal de São Paulo, foi realizado em 1992 na cidade de São Paulo, o II Fórum de Educação Ambiental. Este Fórum reuniu um grupo de Educadores que já naquele momento buscavam pela constituição de uma organização que pudesse aproximar os Educadores Ambientais de todo o Território Brasileiro. Poucos meses depois da realização deste II Fórum, parte desse mesmo grupo estaria novamente se reunindo, porém neste momento em torno do Fórum Global dos Movimentos Sociais, evento que aconteceu paralelo a Conferência Intergovernamental para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Rio 92. Buscamos nos próximos capítulos apresentar e discutir parte dessa dinâmica que emerge desses Eventos e suas relações com os Fóruns e com a Constituição da Educação Ambiental Brasileira.

Ainda em 1992, o IBAMA começa a instituir os Núcleos Estaduais de Educação Ambiental – NEA em todas as suas superintendências estaduais. Visava com esta implementação estimular a Gestão e a Educação Ambiental nos estados, contribuindo assim para a descentralização e implementação das Políticas Públicas em Meio Ambiente.

Ao logo dos anos 90 a Educação Ambiental brasileira foi recebendo um maior detalhamento da sua fundamentação legal, ampliou-se assim as Políticas Públicas Nacionais em Educação Ambiental. Apresentamos a seguir alguns

exemplos de iniciativas do Poder Público Federal em implementar a Educação Ambiental no Território Nacional. Em Maio de 1991, o MEC reiterou através da Portaria 678/91, o entendimento de que a Educação Ambiental deveria estar permeando todo o currículo escolar nos diferentes níveis e modalidades de ensino, Portaria na qual também foi reforçada a necessidade de haver investimentos para a capacitação de professores com relação aos princípios da Educação Ambiental. Outra contribuição que surgiu nesse mesmo ano foi a Portaria 2421/91 do MEC, o objetivo desta Portaria era o de instituir Grupos de Trabalho em Educação Ambiental junto as Secretarias Estaduais de Educação. Estes Grupos tinham como objetivo estabelecer metas e estratégias para a implementação da Educação Ambiental nos Estados e Municípios. A elaboração dessa Portaria aconteceu num momento em que havia toda uma preparação do Governo Brasileiro para sediar uma grande Conferência Intergovernamental que teria como tema central a relação entre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Existia nesse período toda uma orientação para que o MEC elaborasse suas políticas já pensando em apresentá-las nessa Conferência. Esse tipo de orientação também pode ser visualizado em diversas outras instâncias Governamentais.

O Encontro referido acima foi a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento⁵⁰, que aconteceu no Rio de Janeiro de 3 a 14 de Junho de 1992, ficando mais conhecida como Rio 92. Essa Conferência foi pensada a partir do documento *Nosso Futuro Comum* publicado em 1987. Em função dos apontamentos desse documento foram organizadas diversas Convenções, cada uma discutindo um tema específico, havia Convenção sobre Biodiversidade, Clima, Florestas, Desertificação, Direito Internacional e Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável, Educação para o Desenvolvimento Sustentável, e outras, que juntas confluíam na Rio 92. Muitos foram os acordos e compromissos que se firmaram entre as Nações que participaram destas Convenções. Percebemos através dos documentos oficiais dessa Conferência que é muito presente o discurso que considera necessário que os Estados implementassem políticas de desenvolvimento que fossem compatíveis com a preservação ambiental e com a melhoria da qualidade de vida das populações. A base conceitual que uniam esses discursos era o do princípio do desenvolvimento sustentável, um princípio amplo e maleável que continua

⁵⁰ Não encontramos informações disponíveis sobre a Rio 92 no site oficial da ONU www.un.org

agradando muitos chefes de Estado e Empresários até os dias de hoje. Nos discursos percebemos muito mais a manifestação de uma boa vontade das Nações, que utilizam de termos simpáticos e maleáveis aos seus interesses, do que o estabelecimento de metas de ação que envolvam a articulação entre diferentes países. Um exemplo para ilustrar essa dificuldade que os diferentes países possuem em estabelecer parcerias nos parece surgir no momento em que uma Nação percebe que poderá estar comprometendo a expansão da sua economia ao assumir um determinado compromisso.

Uma síntese das questões debatidas na Rio 92 pode ser encontrada num grande documento que foi organizado numa agenda de prioridades e compromissos para o Século XXI. Este documento recebeu o nome de Agenda 21⁵¹, nela está reunido o resultado do debate entre chefes de Estado de 179 países. O Capítulo 36 desta Agenda trata da questão da *Promoção do Ensino, da Conscientização e do Treinamento*. Neste capítulo é feita uma referência aos princípios da Educação Ambiental firmados em 1977 na Conferência de Tibili, porém o termo “Educação Ambiental” começa a ser substituído por “Educação para o Desenvolvimento Sustentável”, questão que foi retomada do Congresso de Moscou em 1987.

Entre os quarenta capítulos que compõem a Agenda 21, encontramos uma série de diagnósticos, estratégias e busca por soluções em grandes Áreas Temáticas. Os Temas abordados foram: Cidades Sustentáveis, Agricultura Sustentável, Redução das Desigualdades Sociais, Gestão dos Recursos Naturais, Gestão dos Dejetos, Infra-Estrutura Regional, Gestão das Águas Doces, Proteção dos Oceanos e Mares, Gestão Racional dos Solos, entre outros. Além dessa Agenda, quatro outros grandes acordos⁵² foram feitos nessa Conferência, eles estão expressos na Declaração do Rio, na Declaração de Princípios sobre o Uso das Florestas, na Convenção sobre a Diversidade Biológica e na Convenção sobre Mudanças Climáticas.

Paralelo a Rio 92 foi realizado o Fórum Global da Sociedade Civil, um grande encontro articulado pelo Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - FBOMS⁵³. Dentro desse Fórum Global

⁵¹ Conheça a Agenda 21 no site www.mma.gov.br

⁵² No momento da pesquisa eles não estavam disponíveis no site oficial da ONU www.un.org mas eles estão disponíveis através dos links do site sobre desenvolvimento sustentável www.are.admin.ch/are/en/nachhaltig/international_uno/unterseite02331/index.html

⁵³ Criado no início da década de 90, o FBOMS vem articulando a Sociedade Civil Organizada em torno das discussões Nacionais e Internacionais sobre Meio Ambiente e Sociedade, saiba mais em www.fboms.org.br

ocorreram trinta e seis Fóruns Paralelos, cada um tratando de um tema específico. Muitos dos temas que estavam sendo discutidos na Rio 92 e outros que não estavam na pauta dessa Conferência, mas que tinham relação direta com a mesma, estiveram neste Fórum Global. Para ilustrar a movimentação que foi o Fórum Global da Sociedade Civil, destacamos a grande representatividade da sociedade civil que se reuniu naquele momento, segundo o FBOMS, estiveram envolvidos nesse Fórum mais de 2.500 ONGs de um total de 150 países.

Cada Fórum Temático desse Fórum Global elaborou um documento a ser encaminhado aos Chefes de Estado que estavam presentes na Rio 92, esses documentos receberam na sua maioria a definição de Tratado⁵⁴. Entre os Tratados aprovados nesses Fóruns, estavam o da Educação Ambiental, que recebeu o nome de Tratado de Educação Ambiental para as Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. A construção desse Tratado foi um processo bastante interessante, ele teve início através de uma carta que rodou os cinco continentes durante dois anos, recebendo diversas contribuições de pessoas que pensavam a Educação Ambiental. Essa carta foi organizada em torno da constituição de princípios para a Educação Ambiental, assim como do estabelecimento de um plano de ação, de uma lista de públicos a serem envolvidos e de idéias para captar recursos. Já na sua origem o Tratado de Educação Ambiental foi apresentado como fruto de uma construção coletiva que se apresentava aberto a futuras contribuições. A história da Construção deste Tratado está relatada no texto *Somos todos Aprendizes: Lembranças da construção do Tratado de Educação Ambiental*⁵⁵, escrito pela educadora Moema Viezzer.

Uma “Carta de Educação Ambiental” foi o ponto de partida. A idéia inicial era convocar educadoras e educadores do mundo inteiro a trazerem sua mensagem para a Rio 92, tendo na educação ambiental um eixo articulador, paralelamente ao que poderia ocorrer em relação ao tema na Conferência Oficial. (Viezzer, 2006, p.1).

A Rede Brasileira de Educação Ambiental – REBEA foi se constituindo dentro do contexto mencionado acima, no qual o Tratado de Educação Ambiental foi escolhido como a sua Carta de Princípios. A história dessa Rede e a sua relação com

⁵⁴ Estes Tratados podem ser visualizados no site www.vitaecivilis.org.br/default.asp?site_Acao=mostraPagina&paginaId=2013

⁵⁵ Conheça este e outros textos sobre Redes de Educação Ambiental através do site www.rebea.org.br

os Fóruns e as demais articulações que influenciam e que são influenciadas na e pela Constituição da Educação Ambiental Brasileira, serão temas abordados no nosso próximo capítulo.

Depois de ocorrido a Rio 92, o MEC promoveu no CIAC - Rio de Janeiro, um Workshop sobre Educação Ambiental. Os resultados desse seminário encontraram-se na Carta Brasileira de Educação Ambiental⁵⁶, documento que destaca a necessidade de se capacitar pessoas para o desenvolvimento da Educação Ambiental no Território Nacional. Logo após a realização desse Workshop, o MEC publicou a Portaria 773 de 1993, que instituiu o caráter de permanente ao Grupo de Trabalho em Educação Ambiental. Esse grupo foi criado no MEC para entre outras coisas, preparar a participação brasileira na Rio 92, no sentido de aproveitar esse momento para discutir a Educação Ambiental junto as outras Nações. Após a publicação da Portaria 773, esse Grupo ficou instituído com objetivo de coordenar, apoiar, acompanhar, avaliar, orientar e elaborar metas e estratégias para a implementação da Educação Ambiental no ensino brasileiro em todas as modalidades e níveis, seguindo para isso, as recomendações que foram aprovadas na Rio -92.

Com a finalidade de criar e difundir metodologias em Educação Ambiental nas diferentes bases do Território Brasileiro, o MEC estimulou em 1994, à criação dos Centros de Educação Ambiental. Nesse momento foi implementado no MEC um banco de dados, que em 1997 já contava com mais de 1200 experiências em Educação Ambiental até então implementadas pelo Poder Público, pela Sociedade Civil e pela Iniciativa Privada.

O primeiro Programa Nacional de Educação Ambiental - PRONEA foi proposto em 1994 através de uma parceria entre o IBAMA, o MEC, o MCT, e o MINC. Nesse documento a Educação Ambiental é vista enquanto um processo que visa à construção de novas relações entre Sociedade e Meio Ambiente. Em linhas gerais, esse Programa apresenta duas frentes de ação: uma voltada para processos de Educação Não Formal, linha coordenada pelos Núcleos de Educação Ambiental do IBAMA; e outra voltada para o Ensino Formal, coordenada pelo MEC. O ProNEA foi retomado em 1999 com a instituição da Diretoria de Educação Ambiental no Ministério de Meio Ambiente.

⁵⁶ Encontramos essa Carta na Biblioteca da Secretaria de Estado de Santa Catarina em www.sds.sc.gov.br

Nos anos que se seguiram à Rio 92, ambientalistas, líderes religiosos, intelectuais, políticos e ativistas de grupos e movimentos sociais deram continuidade na construção de um documento que ficou conhecido como a Carta da Terra⁵⁷. Esse documento teve um longo percurso de construção que iniciou enquanto uma sugestão da Comissão Mundial das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1987, sendo que a versão final dessa Carta só foi assinada no ano de 2000, em Reunião realizada na Sede da UNESCO. Nessa Carta são apresentados os princípios éticos e diretrizes de condutas para orientar os indivíduos, organizações e países para a sustentabilidade do planeta.

Uma importante discussão que se iniciou em 1992 e que foi retomada pelo MEC em 1999, foi à proposição dos Parâmetros Curriculares, reforçando assim a diretriz que recomendava a inserção da Educação Ambiental de maneira integrada e transversal aos currículos do Ensino Fundamental. Essa discussão foi ampliada para todos os níveis de ensino com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, Lei 9.394/96. Para contribuir com a inserção da Educação Ambiental nos Currículos do ensino Formal, o MEC propôs cursos de Capacitação em Educação Ambiental. Num primeiro momento esses cursos estiveram voltados para os técnicos das Secretarias de Educação dos Estados - SEDUC e das Delegacias de Educação do MEC nos Estados - DEMEC. A segunda etapa desses Cursos de Educação Ambiental aconteceu em 1997, sendo que o objetivo nesta etapa foi o de atingir as escolas Técnicas no Território Brasileiro. Com o avanço das tecnologias de Comunicação, aliada a necessidade em se dar visibilidade a discussão da Educação Ambiental, o MEC organizou em 1997, a I Teleconferência Nacional de Educação Ambiental, que segundo esse mesmo Ministério, foi assistida por mais de um milhão de pessoas.

É possível perceber uma grande ampliação na visibilidade dada a Educação Ambiental nesse final da década de 90. Esse período ficou marcado pela instituição de Comissões, Grupos e Colegiados em diferentes instâncias governamentais. Foi também um período em que se ampliaram articulações que viabilizaram um grande número de Cursos e Encontros em Educação Ambiental. Estes fatores apresentados, no nosso entendimento, contribuíram de maneira significativa para a ampliação da discussão da Educação Ambiental no contexto do Território Brasileiro. A exemplo

⁵⁷ Conheça a Carta da Terra na seção da Educação Ambiental/Agenda 21 no site do MMA em www.mma.gov.br

disso, ressaltamos a criação da Comissão Interministerial de Educação Ambiental, uma iniciativa do MEC em parceria com a UNESCO. Essa iniciativa foi retomada e fortalecida em 1997, com a instituição de uma Comissão de Educação Ambiental do MMA, que em 1999 foi transformada em Diretoria de Educação Ambiental. Entendemos que essas articulações dentro das esferas governamentais foram importantes para o estabelecimento de parcerias e do entendimento de que a dimensão da Educação Ambiental deva estar presente nos diferentes setores do Poder Público.

Em função da sucessão de Eventos que ocorreram nessa década de 90 e na tentativa de não perder as suas conexões, gerou-se uma trama extremamente complexa de ser apresentada. Surge nesta Dissertação um grande desafio, que se estabelece no íntimo da vontade de desenvolver um bom trabalho, no qual requer a superação dos próprios entendimentos que foram constituídos ao longo desta pesquisa.

Retornando a essa “parcial” cronologia dos Eventos que contribuíram para a Constituição do Horizonte da Educação Ambiental, chegamos em 1994, ano em que aconteceu o III Fórum de Educação Ambiental. Realizado na PUC de São Paulo, esse foi o Fórum que demonstrou ter capacidade de se tornar um espaço de encontro dos Educadores Ambientais Brasileiros. Para dar conta do desafio de montar este espaço de acolhimento dos Educadores de todo o Brasil, a REBEA foi indicada e já saiu deste III Fórum como coordenadora do IV Fórum. Entendemos que esse momento foi bastante significativo para aumentar a capilaridade das discussões em Educação Ambiental no Território Brasileiro, questão que será aprofundada no próximo capítulo.

Ainda em 1994, dá-se início a uma série de Encontros que discutiram a Educação Ambiental no âmbito dos Países Ibero-Americanos, uma iniciativa que surge no México, com a participação de Enrique Leff⁵⁸. O I Congresso Ibero-Americano de Educação Ambiental aconteceu em 1994 e o II Congresso em 1997, ambos ocorreram em Guadalajara, no México. O III Congresso teve lugar em 2000 na cidade de Caracas, na Venezuela, no qual já se podia perceber a necessidade de haver uma maior integração entre os países Ibero-americanos, sendo então sugerida e iniciada a criação de uma Rede de Educação Ambiental entre os países Ibero-

⁵⁸ Pesquisador que na época coordenava o PNUMA para a América Latina e o Caribe.

Americanos. Já o IV Congresso aconteceu em 2003 na cidade de La Habana, em Cuba, e o V Congresso em Joinville, no Brasil. Em ambos, a questão da integração dos países Ibero-Americanos foi retomada como uma importante estratégia para o fortalecimento da Educação Ambiental nesses diferentes países.

O IV Fórum de Educação Ambiental aconteceu junto ao I Encontro da Rede Brasileira de Educação Ambiental, em 1997, na cidade de Guarapari - Espírito Santo. Destacamos aqui o processo realizado para a preparação do IV Fórum que contou com oito Fóruns Regionais, abrangendo todas as Regiões do Brasil, discussão aprofundada no próximo capítulo.

Nesse mesmo ano de 1997, ocorreu a I Conferência Nacional de Educação Ambiental – ICNEA, em Brasília – DF. Nessa Conferência foi elaborada a Declaração de Brasília, um documento tratando da Educação Ambiental Brasileira, que tinha como objetivo ser apresentada na Conferência de Thessaloniki, que naquele momento já estava sendo preparada para ser realizada na Grécia. Nessa Declaração foi reconhecida a contribuição das Conferências Internacionais para o entendimento e fortalecimento da Educação Ambiental no território Nacional. Igualmente foi reforçada a necessidade de que seus planos de ação fossem implementados pelos governos, pela sociedade civil e pelo setor privado. Essa também fala das políticas em Educação Ambiental que vinham sendo implementadas no País, com o objetivo de compartilhá-las com os demais membros das Nações Unidas que estariam reunidos em Thessaloniki.

Semelhante ao que aconteceu nessa Conferência em Brasília, houve em diferentes países, uma série de Encontros preparatórios para, em Dezembro de 1997, na cidade de Thessaloniki, ser realizada a Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade⁵⁹. Essa Conferência aconteceu 20 anos após Tbilisi, encontro que marcou as bases para o desenvolvimento da Educação Ambiental. Essas bases foram retomadas e reforçadas em inúmeros outros Encontros que se sucederam até Thessaloniki. Nessa Conferência chegou-se a conclusão de que os esforços para implementar a Educação Ambiental Nacional e Internacionalmente, ainda eram insuficientes. O conceito de sustentabilidade ambiental esteve bastante presente nas considerações e recomendações desse Encontro, tanto que na Declaração Final desta Conferência

⁵⁹ Pode-se acessar a informações a respeito desta Conferência e da sua declaração em documento oficial no site <http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001177/117772eo.pdf>

recomendava-se a implementação da Educação para o Meio Ambiente e a Sustentabilidade. Como recomendação para essa implementação se reforçou a necessidade do estabelecimento de articulações entre as escolas, a comunidade científica, as ONGs, os meios de comunicação, e dos Governos.

No Brasil, a ampliação da oferta de cursos de capacitação para se trabalhar com Educação Ambiental, no fim da década de 90, é um bom indicador de que já havia nesse momento um grupo significativo de sujeitos apropriados e constituído de conhecimentos para trabalhar com essa questão. Abaixo citaremos alguns indicadores de atividades desenvolvidas pelo MEC, porém é importante lembrar que havia nesse mesmo período uma importante atuação do IBAMA na promoção de capacitações para se trabalhar com a Educação Ambiental.

Em 1997 a Coordenação de Educação Ambiental do MEC promoveu sete Cursos de Capacitação de Multiplicadores e 5 Teleconferências em Educação Ambiental. Essas ações foram ampliadas para a formação de professores, através da promoção de oito Cursos de Capacitação de Multiplicadores, cinco teleconferências, dois Seminários Nacionais e pela produção de dez vídeos para serem exibidos pela TV Escola.

Outro indicador importante foi à incorporação de uma série de Pareceres que vinham sendo publicados no país, que culminam nessa década de 90 com a promulgação da Lei 9.795, de 27 de Abril de 1999⁶⁰, constituindo assim a atual Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA. Os pontos abordados nessa Política possuem grande sintonia com as considerações que estão nos documentos que foram construídos nos encontros promovidos pela UNESCO e PNUMA, principalmente na Carta de Belgrado, de 1975, e na de Tbilisi, de 1977.

Entre o Parecer 226/87 (considera urgente à inclusão da dimensão da Educação Ambiental na escola Brasileira) e a Lei 9795/99 existe um espaço de doze anos, e entre esse parecer e a produção dessa dissertação, existe um espaço de vinte anos. Percebam quanto tempo já se passou e o debate sobre a dimensão da Educação Ambiental estar presente ou não nos currículos do ensino formal ainda é bastante atual.

⁶⁰ A legislação brasileira pode ser acessada através do site da Câmara dos Deputados <http://www2.camara.gov.br/legislacao>

Em 2005, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP⁶¹ divulgou o Senso Escolar de 2004, no qual a Educação Ambiental aparece presente em 94% das escolas de Ensino Fundamental no Território Brasileiro. Esta questão estimulou uma segunda pesquisa também financiada pelo INEP em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD⁶². Neste segundo estudo, uma amostragem dessas escolas foi escolhida para uma visita na qual está sendo verificada a perspectiva como a Educação Ambiental está sendo desenvolvida. Em linhas gerais, podemos perceber dois pensamentos bastante distintos com relação à inclusão da Educação Ambiental nas escolas. Ao mesmo tempo em que os números apontados pelo Senso Escolar se apresentam como muito animadores, eles também se apresentam como muito questionáveis. Esse é um dos pontos que baliza uma discussão polarizada entre um discurso que é favorável a inclusão da Educação Ambiental na escola através da implementação de uma disciplina específica, e outro que condena essa atitude e propõe a sua inserção de maneira interdisciplinar. Argumentos existem em ambos os lados, a questão é que passados vinte anos após a publicação do Parecer 226/87, ainda existem uma série de dúvidas e dificuldades em se implementar a Educação Ambiental no Ensino Formal. Chegamos a esse argumento quando pensamos nas perspectivas que são apontadas nas Cartas de Belgrado e de Tbilisi, que no Brasil são retomadas e reforçadas através da Lei 9795/99. O primeiro e o segundo artigo dessa Lei já explicitam de maneira geral o entendimento do que seja a Educação Ambiental:

Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 2º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal. (BRASIL, 2006, p. 1).

⁶¹ Conheça o Instituto e as suas publicações em <http://www.inep.gov.br>

⁶² Atualmente a Coordenação de Educação Ambiental do MEC está situada no âmbito da SECAD, para saber mais acesse <http://portal.mec.gov.br/secad>

No nosso entendimento, a implementação da Educação Ambiental na Educação Brasileira exige um grande exercício por parte dos Educadores e de toda a estrutura política e administrativa do Sistema Educacional Brasileiro.

Fruto de um amplo processo sócio-histórico, que aqui está sendo em parte apresentado, o Brasil vivencia neste início do século XXI um importante momento para a Educação Ambiental. Chegamos a esse entendimento em função da ampliação dos espaços que a cada ano reúnem um número crescente de Sujeitos. Ainda no sentido de transitar por alguns desses processos, abaixo apresentaremos Eventos que constituíram parte da história da Educação Ambiental no século XXI. Alguns desses Eventos estabelecem relações muito próximas com a realização dos Fóruns de Educação Ambiental, e, portanto, serão retomados e aprofundados no próximo capítulo.

Em 2002 foi aprovado um importante marco para a Educação Ambiental Brasileira, através do Decreto Nº 4.281, de 25 de Junho de 2002, regulamentando assim a Lei 9795/99, e ainda Instituído o Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental⁶³. A coordenação da Política Nacional de Educação Ambiental fica a cargo deste Órgão Gestor, que atualmente é estruturado dentro de uma parceria entre o MMA e o MEC, e uma série de outras parcerias envolvendo pessoas que atuam na temática da Educação Ambiental em diferentes segmentos da sociedade e do poder público.

Dez anos após a Rio 92, aconteceu em Johannesburgo na África do Sul, uma Conferência Intergovernamental sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento que ficou conhecida como Rio+10⁶⁴. Na avaliação geral dessa conferência, se percebeu que os compromissos que estavam na Agenda 21 Global, assinada na Rio 92, não estavam sendo respeitados entre todos os Estados-Membros da ONU. Questão que foi agravada com a recusa de alguns países em reafirmar compromissos e estabelecer novas metas para o seu desenvolvimento. O exemplo que mais circulou na mídia foi à recusa do Governo Norte Americano em assinar o Protocolo de Quioto, que foi retomado na Rio+10 com uma tentativa para que os Estados-Membros da ONU se comprometessem com a redução das emissões de gases do efeito estufa. Outra

⁶³ Para conhecer mais a respeito desse Órgão Gestor acesse o site www.mma.gov.br e veja em Educação Ambiental.

⁶⁴ Mesma situação encontrada com relação a Rio 92, onde no site www.are.admin.ch/are/en/nachhaltig/international_uno/unterseite02344/index.html, pode-se encontrar link para os documentos originais.

polêmica gerada, pelo menos entre alguns Educadores Ambientais, foi o entendimento de que o período de 2005 a 2015 seria considerado a Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, tema que já havia sido apresentado na Rio 92, e que foi reiterada e oficialmente proposto na Rio+10. O debate a respeito dessa nova Década está aparentemente mais presente no contexto da América Latina, sendo que em 2006, os professores Mauro Guimarães e Michèle Sato, elaboraram um Manifesto em favor da Educação Ambiental⁶⁵, que foi assinado por 851 Educadores e depois encaminhado ao representante da UNESCO no Brasil.

Uma outra importante instância de articulação de políticas e parcerias Internacionais em torno da Educação Ambiental se estabeleceu através do Foro de Ministros de Meio Ambiente da América Latina e Caribe⁶⁶, que em Novembro de 2003, no Panamá, durante a sua XIV Reunião, debateram e oficializaram o Programa Latino-americano e Caribenho de Educação Ambiental – PLACEA⁶⁷.

Dentro do entendimento de que as Políticas em Educação Ambiental devam emergir da participação da sociedade, em Setembro de 2004, foi realizada pelo Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental – OG/PNEA, a Consulta Pública do Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA, o qual reuniu contribuições de mais de 800 Educadores Ambientais do país. Encontramos muita afinidade entre o ProNEA e o PLACEA, ambos Programas que estabelecem uma grande sintonia com o Tratado de Educação Ambiental para as Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Dois meses depois da Consulta do ProNEA, esse Programa volta a Público, agora para ser referendado por um grande número de Educadores Ambientais, que estavam reunidos em Goiânia/GO para o V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental. Muitas coisas foram articuladas nesse V Fórum, algumas delas serão recuperadas e aprofundadas no próximo capítulo.

Face à impossibilidade de mencionar o grande número de Eventos que influenciam e que são influenciados pela Educação Ambiental, estamos tentando indiretamente recuperar contextos e situações que entendemos contribuir para a ampliação da discussão e entendimento dos limites e possibilidades que emergem da Educação Ambiental.

⁶⁵ Conheça o manifesto através do site da REBEA em www.rebea.org.br.

⁶⁶ Este Foro nasceu sob a influência da Rio 92 e da necessidade crescente dos governos da região (América Latina e Caribe) de se proteger o meio ambiente e promover o desenvolvimento sustentável, este Foro resulta de um esforço histórico do PNUMA.

⁶⁷ Conheça o PLACEA no site www.mma.gov.br/port/sdi/ea/placea/index.htm.

Encerrando esse Capítulo, reforçamos aqui o entendimento de que vivemos um período em que se constitui uma significativa ampliação de espaços para a discussão da Educação Ambiental, através do crescente número de Encontros Regionais, Nacionais e Internacionais, cursos de Pós-Graduações, elaboração de Políticas Públicas e iniciativas de Programas e Projetos dentro dessa Temática.

Muitas das questões apresentadas até aqui são retomadas no próximo Capítulo, no qual fazemos um exercício de resgate da história dos Fóruns de Educação Ambiental, ao mesmo tempo em que estabelecemos algumas pontes entre a constituição dos Fóruns e as suas relações com estes Eventos já apresentados.

3 APRESENTANDO E EVIDENCIANDO OS FÓRUNS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

Neste Capítulo intentamos apresentar, a partir do depoimento dos entrevistados, uma reconstrução da história dos Fóruns e do contexto que os envolveu, bem como buscamos sinalizar o caminho que percorremos nesse exercício.

Para esse estudo interpretativo, procuramos trazer à tona, alguns dos processos Sócio-Históricos envolvidos com esses Fóruns, para os quais tentamos deixar transparecer aquilo que foi percebido pelas pessoas que estiveram comprometidas com a sua construção. Buscamos assim, dar visibilidade a algumas das articulações que interpretamos em torno desses Fóruns, ao longo dos seus quinze anos de existência.

No fechamento do Capítulo, evidenciamos a temática das Redes de Educação Ambiental e a sua articulação com os Fóruns, essa escolha se deu visto a relação Redes e Fóruns, esteve muito presente nas considerações dos entrevistados.

3.1 OS FÓRUNS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Até esta altura da Dissertação, apresentamos alguns dos Eventos que entendemos contribuir para o estabelecimento de um contexto no qual surgem e se articulam os Fóruns de Educação Ambiental. Um dos entrevistados nessa pesquisa, o Educador Ambiental Marcos Sorrentino, apresenta a seguinte consideração: *Os Fóruns Brasileiros de Educação Ambiental são resultados de uma ampla agitação educadora ambientalista que ocorria desde os anos 70, que ganha maior relevância nos anos 80.* (Sorrentino, informação verbal).

Esta constatação é um dos argumentos que sustentam o entendimento que temos quanto à influência de outros Eventos para a constituição dos Fóruns de Educação Ambiental. Da mesma maneira, emergiram nas entrevistas questões que reforçaram nossa compreensão quanto ao fato dos Fóruns constituírem-se em espaços importantes que influenciaram na constituição de outros Eventos em Educação Ambiental. Segundo Patrícia Mousinho, também entrevistada nesta pesquisa: *Os Fóruns desde o início tiveram a importância de serem pontos de agregação e continuam tendo, pois estes encontros presenciais possuem uma*

capacidade de sinergia, e de potencializar as ações em Educação Ambiental. (Mousinho, informação verbal).

Entendemos que sejam nessas relações de mútua influência, que surgem os contextos em que se desenha o Horizonte da Educação Ambiental, no qual diferentes Saberes e Fazeres se articulam numa relação dinâmica, em que tanto os Fóruns quanto os demais Eventos se constituem ao mesmo tempo em que são constituídos por esse Horizonte.

3.2 O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OS FÓRUNS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

As entrevistas constituíram-se em instrumentos indispensáveis na reunião de informações sobre os Fóruns de Educação Ambiental. Com esse instrumento de pesquisa, buscamos, na interlocução com os entrevistados, caracterizar, pelo depoimento, o contexto e atuação no qual eles estavam inseridos quando se envolveram na promoção dos respectivos Fóruns.

Inicialmente, havíamos estruturado um roteiro de entrevista bastante detalhado, mas que não chegou a ser criteriosamente utilizado em função da nossa familiaridade com as questões da pesquisa. Nessa perspectiva, as entrevistas foram realizadas de maneira muito espontânea, não sendo então necessário seguir o roteiro questão por questão. Optamos pela entrevista do tipo semi-estruturada, conduzindo-a de maneira a dar liberdade para o entrevistado acessar na sua memória aqueles aspectos que mais lhes chamaram a atenção com relação à história dos Fóruns.

O procedimento da entrevista consistiu, num primeiro momento, de uma breve apresentação do pesquisador e da intenção dessa pesquisa e, logo após, foi solicitado aos entrevistados que realizassem um breve relato da sua trajetória pessoal, bem como do processo de aproximação e vivência com a temática da Educação Ambiental e com os Fóruns de Educação Ambiental.

O vínculo e o envolvimento com a história dos Fóruns foram, portanto, o critério que definiu a seleção do universo de entrevistados, que prestaram seus depoimentos na seguinte seqüência: Martha Tristão, Patrícia Mousinho, Claudia Macedo, Vivianne Amaral, Cristina Guarnieri, Marcos Sorrentino e Irineu Tamaio.

Todas as entrevistas estão preservadas em meio digital, assim como providenciamos transcrições das mesmas, o que gerou uma base impressa, material que foi posteriormente devolvido aos entrevistados para revisão e ajustes.

No processo de transcrição, optamos por não incluir os “vícios de linguagem”. Acordamos com cada entrevistado que, após a leitura e interpretação das transcrições, os textos correspondentes seriam devolvidos com o objetivo de avaliarem não somente o texto resultante da transcrição, mas igualmente da interpretação que realizamos, pois a certificação significaria confiabilidade das informações produzidas, podendo assim ser incluídas nesse texto dissertativo por meio de citações diretas e indiretas. Buscamos assim, estabelecer um movimento interpretativo, no qual solicitamos aos entrevistados que confirmassem a coerência das informações e das idéias expressas oralmente. Esse se constitui num exercício circular, no qual a interlocução não se esgota numa entrevista, mas segue dando voltas, nessa intenção de compreensão daquilo que foi dito pelos interlocutores. Empreendemos um esforço para expressar nesse texto uma interpretação coerente com a intenção manifestada pelos entrevistados. Essa é a perspectiva metodológica que orienta a pesquisa, muito influenciada pela Hermenêutica Filosófica Histórica, conforme apresentamos na Introdução dessa Dissertação.

3.3 AS REFERÊNCIAS VIVAS DOS FÓRUMS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Todos os entrevistados concordaram em manter uma interlocução após a entrevista, em função das lacunas ou questões que poderiam surgir ao longo do processo da construção dessa Dissertação. Da mesma maneira, foi unânime a autorização para divulgar as informações prestadas em nossas conversas, acompanhado dos respectivos nomes dos entrevistados nas citações diretas ou indiretas. Abaixo segue uma breve descrição dos entrevistados:

a) Martha Tristão

A entrevista com a Prof^ª Dr^ª Martha Tristão, foi realizada no dia 23 de outubro de 2006, às 9 horas, na sua sala de estudos, que fica na Universidade Federal do Espírito Santo - UFES.

Marta é professora titular nessa Universidade, atuando com ensino, pesquisa e extensão, envolvendo a graduação e a pós-graduação em educação, questão valorizada e oportunizada pela criação do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Estudo em Educação Ambiental e Ensino de Ciências Naturais – NIPEEA, no qual é coordenadora.

A professora Tristão é Bióloga de formação, mas considera ter perdido à especificidade desse curso em função de ter feito Mestrado e Doutorado em Educação. A sua militância cidadã teve início na década de 70, período que Tristão ficou entre os estudos da graduação e o movimento de ONGs Ambientalistas no Estado do Espírito Santo. Eram ONGs de destaque naquela época, a Associação Capixaba de Proteção ao Meio Ambiente – ACAPEMA, e o Centro de Conservação da Natureza do Espírito Santo.

A trajetória profissional de Tristão iniciou nos anos 80, já trabalhando com a questão do ensino envolvendo a dimensão da Educação Ambiental. Nesse período, começou a surgir no Brasil várias instituições governamentais para tratar do tema ambiental. A entrevistada já atuava na Prefeitura de Vitória-ES, quando em 1991, foi convidada para dirigir o recém estruturado Departamento de Educação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Espírito Santo. Foi nesse momento que começou a sua inserção nos Fóruns de Educação Ambiental, no qual procurou espaço para compartilhar experiências em Educação Ambiental. Tristão só não participou do I Fórum, a partir do II Fórum iniciou a sua articulação com o grupo que constituiu a Rede Brasileira de Educação Ambiental – REBEA, no Espírito Santo, onde iniciou a articulação da Rede Capixaba de Educação Ambiental – RECEA, na qual atuou contribuindo para a organização do IV Fórum.

b) Claudia Jurema Macedo

A entrevista com Claudia Jurema Macedo, foi realizada no dia 25 de Outubro de 2006, às 14 horas, na sala da coordenação da ONG Roda Viva, que fica na cidade do Rio de Janeiro – RJ.

Claudia Macedo teve a sua formação em geografia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, tendo trabalhado com as questões da geografia física. Concluído o bacharelado, retornou a mesma Universidade, para então cursar a Licenciatura em Geografia. Nesse retorno, em 1991, conheceu a professora Wanda Engel Aduan, que contribuiu para a sua formação em Educação, e para a sua aproximação com a Associação Projeto Roda Viva, espaço no qual a entrevistada percebeu a possibilidade de juntar a perspectiva política da Geografia com um trabalho concreto. O debate político esteve bastante presente na sua vida, por ter um pai sindicalista, que estava inserido na militância política de oposição a ditadura militar.

Atualmente Macedo é Gerente Executiva da Associação Projeto Roda Viva, uma organização não governamental, cuja missão é a promoção do desenvolvimento e o estabelecimento dos direitos cidadãos de crianças e jovens, principalmente os socialmente marginalizados, mediante a coordenação de ações integradoras de capacitação e apoio técnico, que visem o fortalecimento de recursos materiais e humanos, de instituições governamentais e não governamentais. Essa Associação desenvolve sua missão através de três áreas de atuação integradas, a saber: desenvolvimento comunitário, fortalecimento da educação pública e educação ambiental. A Facilitação Nacional da REBEA estava situada junto a Associação Roda Viva, tendo Macedo uma posição de referência nesta Rede, essa situação se manteve de 1992 a 1997, ano em que aconteceu o IV Fórum de Educação Ambiental, no qual foi Coordenadora Executiva. De todos os Fóruns, Macedo só não participou do primeiro.

c) Patrícia Mousinho

A entrevista com Patrícia Mousinho, foi realizada no dia 26 de Outubro de 2006, às 12 horas, numa sala de reuniões da ONG Ecomarapendi, situada na cidade do Rio de Janeiro – RJ.

Mousinho é Bióloga pós-graduada em Planejamento e Gerenciamento Ambiental na UERJ, e Mestre em Ciências da Informação (UFRJ). Essa sua diversificada formação, influenciou nos trabalhos que veio a desenvolver nas áreas de conservação ambiental, gestão de resíduos sólidos, comunicação e Educação Ambiental. Começou a trabalhar com Educação Ambiental no Rio de Janeiro em 1992, sendo que a sua vivência nas Redes de Educação Ambiental deu-se a partir de 2000, momento em que já estava atuando junto a ONG Ecomarapendi, instituição que atualmente abriga a secretaria executiva da REBEA, da qual Mousinho é Secretária Executiva. Essa posição foi assumida no final do V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental, Encontro que coordenou, situação que se repete para a coordenação do VI Fórum, que será realizado no segundo semestre de 2007 na cidade do Rio de Janeiro/RJ. A entrevistada não chegou a participar das três primeiras edições dos Fóruns.

d) Vivianne Amaral

A entrevista com Vivianne Amaral, foi realizada no dia 27 de Outubro de 2006, às 19 horas, na sua residência, que fica na capital São Paulo/SP.

A aproximação de Amaral com as questões ambientais ampliou-se em 1985, situação influenciada por uma atividade de assessoria parlamentar que estava desenvolvendo junto a um deputado, que se empenhava em desenvolver políticas voltadas para as questões do Meio-Ambiente no Mato Grosso/MT. Para apoiar esse Deputado, Amaral fez uma pesquisa no Brasil com relação às políticas em Meio-Ambiente, conhecendo assim, a lei sobre agrotóxicos no Rio Grande do Sul, ao mesmo tempo em que conheceu a ONG Ação Democrática Feminina Gaúcha – ADFG, que vinha influenciando essa lei. Esse contato com pessoas do movimento ambientalista, aliada à questão que vinha desenvolvendo junto o parlamento do MT, foram um convite a Amaral ingressar numa militância pelos movimentos ambientais e sociais. Atuou durante muitos anos no movimento pela Chapada dos Guimarães, através da Associação Mato-grossense de Ecologia – AME, entidade que reuniu, além de Amaral, Heitor Medeiros, Sérgio Guimarães e outros conhecidos ativistas que continuam ainda hoje discutindo as questões ambientais, em diferentes espaços dos setores público, privado e da sociedade civil.

Vivianne Amaral fundou o Instituto Ecologista de Desenvolvimento - Bioconexão, em que atuou no MT, no período entre 1991- 1999. Nesse intervalo de tempo, elaborou, coordenou e executou alguns projetos em Educação Ambiental, entre as suas atividades, participou da articulação da Rede Mato-Grossense de Educação Ambiental – REMTEA, na qual se envolveu com a organização do pré-Fórum da Região Centro-Oeste, que foi preparatório para o IV Fórum de Educação Ambiental. A partir dessas experiências é que Amaral se aproximou da secretaria executiva da REBEA, que após o IV Fórum (1997), ficou sob responsabilidade de Heitor Medeiros, com quem trabalhou nesse período. Heitor deixou de ser o responsável por essa secretaria em 1999, assumindo Amaral, que fica Secretária Executiva da REBEA até 2004. Atualmente mora em São Paulo/SP, é Jornalista e atua como consultora sobre redes organizacionais para o Terceiro Setor.

e) Maria Cristina de Lourdes Guarnieri

A entrevista com Maria Cristina de Lourdes Guarnieri foi realizada no dia 29 de Outubro de 2006, às 14 horas, no restaurante dos professores da Universidade de São Paulo - USP, que fica no campus da Capital São Paulo – SP.

Guarnieri teve a sua formação acadêmica em Sociologia nessa mesma Universidade. Após a obtenção do título de graduação, trabalhou na Prefeitura de Osasco (município da Região Metropolitana de São Paulo), ficando por cinco anos junto ao setor de habitação popular e tendo se ausentado da universidade nesse período.

Retornou a USP em 1988, iniciando um trabalho que deu continuidade por muitos anos na posição de Coordenadora Executiva do Programa de Cooperação Universidade-Comunidade, e também na condição de Diretora de Cooperação Universitária da Coordenadoria Executiva de Cooperação Universitária e Atividades Especiais da USP – CECAE/USP. Essa Coordenadoria é um órgão da Reitoria da USP, na qual se desenvolviam atividades, que proporcionaram a Guarnieri um espaço de aproximação e articulação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, na qual atuou no sentido de gerar e potencializar ações de cooperação e interação entre a USP e a Sociedade. É nesse contexto que nascem os Fóruns de Educação Ambiental, tendo Cristina Guarnieri como Coordenadora Executiva das três primeiras edições, de todos os Fóruns, Guarnieri só não participou da quinta edição. Atualmente, Guarnieri é assessora do Prefeito desse campus, atuando na área da Gestão Organizacional da Prefeitura.

f) Irineu Tamaio

A entrevista com Irineu Tamaio foi realizada no dia 20 de Dezembro de 2006, às 18:00 horas, na sala da Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, Brasília-DF. Essa entrevista foi realizada com o apoio do professor José Vicente de Freitas, orientador dessa pesquisa, viabilizando-a em função de estar integrando a equipe da Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, dirigida pelo professor Dr. Marcos Sorrentino.

Tamaio se aproximou da Educação Ambiental a partir de uma trajetória que é muito influenciada pelos movimentos da esquerda, de “convergência socialista”, e pelo envolvimento nos movimentos estudantis, no qual militava. Essa aproximação

também foi potencializada pela ONG que se chamava Resistência Verde, que atuava na Região Norte da Serra da Cantareira – SP.

Atuou na prefeitura de São Paulo, na administração da Prefeita Luiza Erundina, trabalhando na Secretaria de Educação, como coordenador da Educação Ambiental, desenvolvendo um projeto que envolvia 700 escolas. Chegou a trabalhar nessa secretaria no mesmo período que São Paulo teve o professor Paulo Freire como secretário de educação, uma referência importante para a Educação Ambiental Brasileira. A sua aproximação com os Fóruns de Educação Ambiental se deu através dessa secretaria, tendo contribuído para a realização do II, III e IV Fórum, Irineu Tamaio só não participou do I Fórum.

g) Marcos Sorrentino

A entrevista com o prof. Dr. Marcos Sorrentino foi realizada no dia 20 de Dezembro de 2006, às 19:30 horas, na sala da Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, Brasília-DF. Essa entrevista foi igualmente realizada com o apoio do professor José Vicente de Freitas.

A trajetória do Biólogo e Pedagogo Marcos Sorrentino no movimento da Educação Ambiental, se articula com a sua iniciação política e de cidadania. Em 1973, já influenciado pelo movimento ambientalista, escrevia cartas para jornais. Nessas primeiras ações, já procurava encontrar respostas para os problemas ambientais, que somado a inquietação provocada pela censura e pela repressão às liberdades democráticas, foram influenciando Sorrentino para o seu imediato engajamento no movimento estudantil e para a criação da Associação para a Proteção Ambiental de São Carlos - APASC (1977). Nessa Associação começou a realizar atividades em Educação Ambiental, principalmente com crianças e escolas, no qual atuava com intervenção direta junto aos problemas socioambientais da região. No seu mestrado se dedicou a estudar as conexões entre a militância ambientalista e a Educação Ambiental. Neste período, participou na cidade de Assis/SP, da criação do Grupo Ecológico de Assis, bem como atuou de forma mais intensa na Associação de Proteção do Meio Ambiente - APEDEMA e no Conselho Municipal de Meio Ambiente de São Paulo - CONSEMA-SP, como representante de entidades ambientalistas.

O entrevistado lembra que a Universidade de São Paulo – USP fez um chamamento de vários atores para participarem da organização do I Fórum de

Educação Ambiental. Naquele momento, Sorrentino estava saindo da UNESP e entrando na USP, contexto em que aderiu à convocação feita pela CECAE/USP, começando a participar das reuniões que já vinham acontecendo para o I Fórum. Sorrentino esteve presente em todos os Fóruns e nos movimentos de criação da REBEA.

Nas próximas seções desse Capítulo, tendo como referência as entrevistas realizadas, tentamos recuperar a história dos Fóruns, desde o momento da sua criação, estendendo-se até o presente, momento que está em curso com a organização do VI Fórum Brasileiro de Educação Ambiental.

3.4 RESGATANDO E AMPLIANDO A VISIBILIDADE DA TRAJETÓRIA DOS FÓRUNS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

No intuito de resgatar e dar visibilidade a memória dos Fóruns de Educação Ambiental, entendemos ser importante uma breve contextualização do ambiente no qual surgiu a idéia para a sua criação.

O ano foi 1989 e o ambiente era a Coordenadoria Executiva de Cooperação Universitária e Atividades Especiais da USP – CECAE/USP, que tinha menos de um ano de existência. Essa Coordenadoria havia sido criada um ano antes, constituindo-se na época em duas linhas de ação: uma mais voltada para a educação e outra para a integração social, sendo essa última coordenada por Cristina Guarnieri. A criação dessa Coordenadoria refletia muito a circunstância que a USP estava vivendo, um momento de abertura e de ampliação da sua inserção junto à sociedade, processo assumido por sujeitos comprometidos com essa questão. Segundo a entrevistada, *tinha acabado de constituir uma coordenadoria de extensão universitária que teve como primeira coordenadora a antropóloga Eunice Durham e, em seguida, o físico Luís Carlos de Menezes que por muitos anos – e até hoje – são pessoas preocupadas com o papel da universidade na relação com a sociedade... a CECAE, então, abrigou uma série de demandas, e eu era responsável por trabalhar com os movimentos sociais, as ONGs e com grupos sociais constituídos ou não que buscavam na Universidade uma parceria para a solução de problemas complexos.* (Guarnieri, informação verbal). A seguir os Fóruns são apresentados na ordem da sua realização.

3.4.1 I FÓRUM

Neste final dos anos 80, em função da aproximação do CECAE/USP com os grupos sociais, começam a haver reuniões entre os representantes dos movimentos da sociedade, professores da USP e organizações do estado que trabalhavam com a temática da educação e do meio ambiente, indivíduos e instituições vinculadas ao estado de São Paulo. Essas reuniões ocorriam em média a cada quinze dias, contexto em que surgiu uma discussão sobre a temática da Educação Ambiental, primeiramente para se debater a relevância de torná-la ou não uma disciplina. E foi neste momento (1989) e contexto (CECAE/USP) que surgiu à idéia de se criar um Fórum permanente para discutir a Educação Ambiental no Estado de São Paulo.

Um objetivo inicialmente concebido para esse Fórum, foi o de diminuir a distância entre a Sociedade e a Universidade. O cumprimento desse objetivo, pela fala de Cristina Guarnieri, refletiu-se no modelo de organização do evento, que buscou avançar pela construção de uma estrutura de encontro menos rígido e menos formal: *a gente queria que isso desse certo, acreditávamos que esse era um espaço importante, e a CECAE tinha esse caráter, tinha esse perfil, não estava muito preocupada com formalidades, queríamos fazer acontecer, queríamos diminuir a distância entre a Universidade e a Sociedade.* (Guarnieri, informação verbal).

Na tentativa de consolidar essa idéia, a entrevistada procurou e conseguiu apoio na Reitoria da USP e, por decorrência, passa a assumir a condição de Coordenadora Executiva do processo de elaboração do I Fórum de Educação Ambiental. Mesmo tendo o objetivo de não se constituir num evento formal, o fato foi que a instituição proponente do Fórum era a USP, e forçosamente exigia o atendimento a alguns critérios acadêmicos, tanto que os primeiros Fóruns tiveram a figura de uma coordenação acadêmica. O I Fórum, por exemplo, contou com a colaboração do Prof. Dr. Arlei Macedo, do Instituto de Geociências da USP.

A organização desse primeiro Fórum foi realizada com um pequeno grupo de instituições. A USP coordenava o processo, mas tinha o apoio da Secretaria de Meio Ambiente e da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental – CETESB, que é uma agência do Governo do Estado de SP, e a ONG SOS Mata Atlântica: *fomos nós que assumimos o protagonismo do evento.* (Guarnieri, informação verbal).

Um importante parceiro que se aproximou da organização dos Fóruns de Educação Ambiental foi a Assembléia Permanente de Entidades em Defesa do Meio

Ambiente de São Paulo – APEDEMA-SP, que através do professor Marcos Sorrentino, esteve presente. Apesar de Sorrentino ter se aproximado da organização do I Fórum, foi a partir do II que ele passa a integrar efetivamente o grupo da organização.

Reunidas as condições favoráveis para a sua implementação, nasceu, portanto, em Outubro de 1989, o I Fórum de Educação Ambiental, espaço para o diálogo e articulação entre a USP e outras organizações que tinham o interesse em discutir a temática da Educação Ambiental. O período entre o início da organização e o seu desenvolvimento foi bastante pequeno, mas mesmo assim o evento contou com a participação de um bom público, que se reuniu nas dependências da Faculdade de Direito da USP, no Largo do São Francisco, no centro histórico da cidade de São Paulo: *ele era restrito a São Paulo, tanto que a gente organizou em dois meses. Em Agosto saiu à idéia e em Outubro ele aconteceu, sem infra-estrutura nenhuma, sem um recurso, e mesmo assim a gente conseguiu reunir cerca de 400 pessoas.* (Guarnieri, informação verbal).

Como mencionamos no Capítulo I, no final da década de 80 já existia no Brasil uma enorme demanda em torno do debate sobre a Educação Ambiental, tanto que os Eventos sobre essa temática já iniciam tendo uma grande participação de público, que com o passar do tempo foram reunindo um número crescente de sujeitos. Esses Eventos possuíam características variadas. Verificava-se um momento de muita efervescência na Educação Ambiental e as suas diferentes perspectivas já podiam ser percebidas. Ilustra essa situação, uma reflexão construída a partir da entrevista realizada com a professora Martha Tristão, da Universidade Federal do Espírito Santo. A entrevistada comentou sobre a experiência de participar, em 1989, do primeiro Congresso Brasileiro de Educação Ambiental, que aconteceu em Ibiruba – RS, promovido como uma iniciativa da prefeitura desse município. Tristão apresenta uma situação que recorrentemente é narrada pelos indivíduos que participaram desse Congresso, que foi repleto de polêmicas. Relata que ali se podia perceber uma orientação do Encontro no sentido de se firmar uma perspectiva de educação bastante comportamentalista, idéia defendida numa região que, já naquela época, estava sendo cooptada pelo poder do *agro business*. Contando com a participação de educadores do Sudeste, Centro-Oeste e, principalmente do Sul, apresentava-se já naquela oportunidade a demanda por disponibilização de espaços que viabilizassem a convivência entre os Educadores. Esses participantes, movidos

por esse desejo e intenção e com grande capacidade de articulação, tornaram o próprio evento foco de questionamentos, dirigindo suas críticas quanto à estrutura proposta e condução do mesmo. Segundo o relato de Martha Tristão: *o evento era muito formal dentro de uma lógica ainda repassador do conhecimento e a gente já na época queria algo mais participativo, mais engajado.* (informação verbal).

Alguns Educadores do estado de São Paulo, que participaram deste polêmico Congresso, no mesmo ano, poucos meses depois, estiveram envolvidos na organização e realização do I Fórum de Educação Ambiental. Pelo relato dos sujeitos que participaram dessa construção, ficou claro que este Fórum não chegou a ser idealizado com a intenção de substituir o Congresso Brasileiro de Educação Ambiental: *esse Evento (I Fórum), foi um evento localizado na cidade de São Paulo, era um evento que se pretendia ser regional, um evento Estadual, só que a demanda era maior do que a oferta, ou seja, nós tínhamos poucos eventos, tanto que a gente sai daqui e se despenca para o Sul.* (Tristão, informação verbal).

Embora o Fórum, quando criado, não tivesse a pretensão de se tornar Nacional, existia no seu núcleo de formação alguns indivíduos que estavam articulando a constituição de uma Rede Brasileira de Educação Ambiental. Com o passar do tempo, a idéia dos Fóruns e da Rede se aproximaram a ponto de serem confundidas como uma mesma história, questão que apresentamos em maiores detalhes na terceira parte desse Capítulo.

O movimento de institucionalização da Educação Ambiental no Brasil, que desde a década de oitenta marca presença nas políticas públicas de Educação, como vimos no capítulo anterior, foi o tema que orientou o debate do I Fórum, tendo como destaque a questão relativa à presença da Educação Ambiental no currículo das escolas: *o I Fórum teve como mote discutir se era viável e se tinha a ver transformar Educação Ambiental numa disciplina de ensino médio, porque se estava discutindo a reorganização da lei de diretrizes e bases da educação, que foi logo após a Constituição de 88.* (Guarnieri, informação verbal). Esta temática esteve bastante presente na época, tanto que o público que participou do I Fórum era formado, em maioria, por professores que atuavam no Estado de São Paulo: *tinha muito professor, a temática era candente na época. Era o período pré-votação da LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação e havia um movimento e um contra-movimento na época que discutia se a Educação Ambiental deveria ou não ser transformada em disciplina.* (Guarnieri, informação verbal).

O debate com relação à questão da Educação Ambiental se tornar ou não uma disciplina no currículo escolar continua, nos dias de hoje, ainda marcada por posicionamentos bastante firmes de ambos os lados, conforme apresentamos no Capítulo anterior.

Uma questão bastante comentada por todos os entrevistados nessa pesquisa, e que também percebemos ao longo dos encontros em Educação Ambiental, refere-se à existência de diferentes entendimentos conceituais e práticos com relação ao que seja a Educação Ambiental. As diferenças foram apresentadas em linhas gerais pelos entrevistados, como existindo uma tendência mais voltada para uma educação comportamentalista (tradicional) e, em outra direção, uma educação mais emancipatória (crítica), essas diferenças já puderam ser visualizadas desde o I Fórum de Educação Ambiental: *no primeiro Fórum a divisão era nítida, dessas duas tendências, (os tradicionais e os críticos)... tanto na organização como na pós-organização.* (Guarnieri, informação verbal). Essa diversidade de posturas e temperamentos, segundo a entrevistada, constituía um elemento complicador no processo de organização do I Fórum, mas que também foi visto como espaço de aprendizado: *o trabalho não foi fácil, mas foi um espaço para aprendizagens, eu tinha uma missão a cumprir, o evento tinha que sair, e aí fui aprendendo a lidar com a diversidade, fui aprendendo nesse processo.* (Guarnieri, informação verbal).

O I Fórum foi bastante restrito a cidade de São Paulo, reunindo assim diferentes sujeitos que trabalhavam com a Educação Ambiental numa mesma região e, como existiam diferentes ideologias e práticas reunidas naquele espaço, logo emergiu rivalidades que tencionaram o diálogo, em que lembra a Cristina Guarnieri: *foi um grande momento que rivalizou nesse I Fórum.* (informação verbal). Essa questão da presença de diferentes perspectivas em Educação Ambiental e das tensões que se estabeleciam nos debates, é uma questão muito recorrente na fala dos entrevistados.

Todos os trabalhos apresentados no I Fórum foram publicados em anais, que ficaram prontos logo após a realização do encontro: *esses anais reuniram cerca de 20 trabalhos, na sua maioria de professores, mas também de algumas ONGs, como a APEDEMA-SP, a Associação Pró-Juréia e outras.* (Guarnieri, informação verbal).

Desse Fórum saíram uma série de moções, uma delas exigia que a cada dois anos fosse realizada uma nova edição do Encontro, tendo sempre uma temática

diferenciada a ser discutida: *saímos de 89 com a missão de em 91 fazer um novo Fórum.* (Guarnieri, informação verbal).

3.4.2 II FÓRUM

Para o II Fórum ocorreu uma ampliação das parcerias que atuaram na sua construção, que com o passar do tempo, chegou a algo em torno de 20 instituições. Somava-se ao grupo que organizou o I Fórum a UNICAMP, a PUC-SP, a Prefeitura de São Paulo, a Prefeitura de Guarulhos, a Associação Pró-Juréia, o Instituto Ecoar, a APEDEMA, a ONG GAIA e outras instituições, como lembra Cristina Guarnieri: *era um monte de gente, as reuniões inicialmente mensais, depois quinzenais e por fim semanais, reuniam de 20 a 30 pessoas para discutir a organização do evento.* (informação verbal).

A coordenação acadêmica neste Fórum chegou a ser iniciada pelo professor Arlei Macedo, que abandonou a tarefa em função da necessidade de retornar aos Estados Unidos para dar continuidade aos seus estudos, tendo assumindo no seu lugar o professor Marcos Sorrentino, docente da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - ESALQ/USP. Sorrentino coordenou a segunda metade do período de organização do II Fórum e o III por inteiro. Acabou atribuindo ao Fórum uma outra perspectiva: *quando o Marcos assumiu, ele deu um outro caráter para o evento, ele ficou menos rígido, mesmo porque nesse período éramos mais de 20 organizações e não fazia sentido, e nem dava, para a USP concentrar tudo.* (Guarnieri, informação verbal).

Esse foi o primeiro Fórum que se tentou captar recursos, porém o responsável por essa questão desapareceu, o que exigiu dos parceiros uma presença ainda maior para que pudesse acontecer. Um dos parceiros que foi crucial para a questão da infraestrutura nesse II Fórum, envolvendo-se desde a questão do espaço para a realização do evento e mesmo com a impressão de panfletos e dos anais, foi a Prefeitura de São Paulo: *a assessoria de meio ambiente, na época com a professora Helena Sobral, foi muito importante, ela viabilizou o aluguel do Anhembi. Toda a parte de impressão de folhetos foi via Secretaria Estadual do Meio Ambiente de São Paulo – SMA/SP e CETESB, que foram grandes parceiras nas três primeiras edições do Fórum.* (Guarnieri informação verbal).

Essa parceria foi viável em função do perfil dos sujeitos que estavam na SMA/SP, pois igualmente preocupavam-se em discutir a temática da Educação

Ambiental e acabaram contribuindo para o seu fortalecimento: *era um pessoal diferenciado, bastante preocupado com essa temática e que não se travavam nos meandros da burocracia do Governo do Estado.* (Guarnieri, informação verbal).

Esse apoio político do poder público está muito presente em todos os Fóruns de Educação Ambiental. Muito do que foi viabilizado nos Fóruns teve uma parceria com setores públicos nas esferas Federal, Estadual e Municipal. Parte das parcerias que se estabeleceram com o Poder Público para viabilizar os Eventos em Educação Ambiental, consideramos ser facilitada pela institucionalização da Educação Ambiental que, no Brasil, teve início na metade da década de 70, como apresentamos no capítulo anterior.

Muitos dos sujeitos que estavam organizando e participando do Fórum tinham alguma inserção na política pública, mas nem todos assumiam a mesma perspectiva política, o que gerava muitos debates. A exemplo disso, foi a participação do então Secretário Estadual de Meio Ambiente de São Paulo – SMA/SP, Fábio Feldmann, que na época favoreceu, através desse órgão, a realização destes primeiros Fóruns. Feldmann tinha e ainda tem uma inserção e atuação na política pública, ficando conhecido pela sua atuação no movimento ambientalista brasileiro e pelo encaminhamento do projeto de lei aprovado na lei 9795/99, que corresponde ao marco legal da Educação Ambiental Brasileira: *alguns dos organizadores olhavam para o Fábio com sorrisos, outros com o nariz torto, porque tinha um movimento muito político e muito ideológico envolvido nessa questão da Educação Ambiental.* (Guarnieri, informação verbal).

Neste II Fórum, percebemos a existência de uma grande demanda por discutir a questão da Educação Ambiental, não só na região de São Paulo, pois mesmo com pouca divulgação, esse Encontro atraiu um grande público de educadores de diferentes Estados, principalmente da Região Sudeste do Brasil. Ocorreu nessa edição a proposta de algumas prefeituras de Estados vizinhos a São Paulo para que as suas experiências em Educação Ambiental fossem apresentadas. Segundo os entrevistados, os dois primeiros Fóruns desenvolveram uma discussão mais regional (Sudeste) e com a predominância de questões do ambiente urbano, sendo que na sua segunda edição, já se podia perceber uma maior aproximação de sujeitos advindos de outros Estados.

A ampliação da dimensão do Fórum também foi percebida pelos demais entrevistados que dele participaram. Para Marcos Sorrentino, essa tendência já podia

ser percebida em função do grande público que se fazia presente, algo em torno de 1.200 pessoas, três vezes mais participantes que na primeira edição: *já nesse II se percebeu que a dimensão dele era mais ampla que o estado de São Paulo; se percebeu que havia um fluxo de participantes de outros estados muito grande e, a partir do II Fórum criou-se o envolvimento e a participação de entidades de todo o Brasil ... já foi massivo, porque ali já se podia contar em milhares o número de participantes.* (Sorrentino, informação verbal).

À fim de viabilizar o II Fórum frente a grande procura que estava se apresentando, a parceria com a Prefeitura de São Paulo foi fundamental, pois a mesma viabilizou a infra-estrutura e o centro de convenções do Anhembi: *nós reunimos 1.200 pessoas, e aí que a gente se deu conta que havia gente de muitos lugares do Brasil, sendo que nós mal divulgamos essa história.* (Guarnieri, informação verbal).

A comunicação naquela época não tinha os recursos e a dinâmica que possuímos hoje e, mesmo assim, as informações circulavam o país, muitas vezes através de cartas, fax e telefone, meios dos quais os Educadores se utilizavam quando pretendiam fazer alguma articulação.

A temática do II Fórum foi ampliada com relação à discussão do anterior, que girou em torno da Educação Ambiental no Ensino Formal e Informal. Nesse II Fórum, o debate esteve focado na Temática Ambiental sob a perspectiva da Educação: *foi muito ampla a temática do II Fórum, porque a gente pegou a questão da mídia, dos recursos naturais, não ficou restrito a questão do Ensino Formal e Informal, se discutiu a temática ambiental sob a perspectiva da educação, esse era o diferencial, foi o mote do pensar globalmente e agir localmente.* (Guarnieri, informação verbal).

Mesmo tornando-se mais flexíveis, os entrevistados lembram dos dois primeiros Fóruns como espaços que tinham uma característica mais acadêmica, nos quais as discussões conceituais estiveram bastante presentes, das quais se destacou a temática da disciplinaridade ou não da Educação Ambiental.

As duas primeiras edições do Fórum, segundo Guarnieri, ficaram marcadas por grandes debates: *tinha muito uma discussão conceitual.* Ilustrando esse debate, comenta sobre dois teóricos da Educação Ambiental que, na segunda edição, rivalizaram bastante, embora ambos concordassem que a diversidade fosse importante para a Educação Ambiental: *tanto um como o outro na época entendiam*

que essa diversidade era importante para que essa discussão pudesse tomar corpo, pudesse se ampliar. (Guarnieri, informação verbal).

Muitas coisas aconteceram antes, durante e depois dos Fóruns de Educação Ambiental, sendo que a maioria desses momentos ficaram registrados apenas na memória dos participantes. Cristina Guarnieri recorda da presença do índio Airton Krenak no II Fórum, participação que sensibilizou os presentes nesse Encontro. Foi um Fórum com grandes emoções: *o Airton na época era um mito, com toda essa questão ambiental,... e quem o viu e o ouviu no II Fórum, chorou de emoção. São coisas legais de se lembrar.* (informação verbal). São poucos os registros oficiais desses primeiros Fóruns, foi somente a partir do IV Fórum que se começou a ter um maior registro dos acontecimentos que estiveram articulados com a sua realização. Foi tentando contribuir para o resgate e visibilidade dessa memória, que estamos encaminhando essa pesquisa, na qual já podemos inferir que mesmo nos primeiros Fóruns, de maneira geral, surgiam contribuições para o fortalecimento e articulação dos Educadores, *era o momento da troca, momento do compartilhar, e não tinha quando fazer isso a não ser quando você reunia um monte de gente que estava trabalhando na área.* (Guarnieri, informação verbal).

Uma das questões que ganhou destaque no II Fórum, na palavra dos entrevistados, foi à necessidade por se criar uma Rede de contatos, através da qual os Educadores Ambientais pudessem trocar experiências: *a idéia de uma Rede foi muito forte no II Fórum, eu lembro que no último dia, na ante-sala do anfiteatro Elis Regina, do Anhembi, tinha um Grupo de Trabalho batendo em cima da necessidade da constituição dessa Rede.* (Guarnieri, informação verbal).

Naquele momento, ainda pouco se falava em internet, o uso de computadores era muito restrito, tanto que a possibilidade da Rede usar a Internet como meio de contato foi questionada por muitos educadores. Embora existisse o entendimento da importância de se constituir um coletivo Nacional, não havia no grupo um consenso quanto à maneira de organizá-lo: *tinha muita discussão, se vai ter estatuto, não vai ter, vai ter regimento ou não, formaliza ou não formaliza, tinha um grupo que defendia a formalização e outro que não defendia, e ganhou o grupo pela não formalização.* (Guarnieri, informação verbal).

A questão da interação entre os Educadores Ambientais é considerada pelos entrevistados como muito importante para o processo de constituição da Educação Ambiental, pois são muitas e diferenciadas as experiências em Educação Ambiental

que acontecem no Brasil. É essa diversidade que proporciona a riqueza da Educação Ambiental Brasileira, potencializada na medida em que pôde ser compartilhada e transformada em espaços que permitiram a formação de uma coletividade de Educadores Ambientais. Outro fator que contribuiu significativamente nesse processo de agregação de Educadores Ambientais foi à articulação permanente, mesmo que à distância, promovida pela Jornada Internacional de Educação Ambiental, que ocorreu no Fórum Global das ONGs, evento paralelo a Rio 92: *de fato, o grupo motor dos Fóruns de Educação Ambiental e da REBEA, era o mesmo que conduziu a Jornada e a elaboração do Tratado Internacional de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global.* (Macedo, informação verbal).

Nesse movimento pré-Rio 92, havia um forte envolvimento de indivíduos que logo estariam constituindo a REBEA e que, mais tarde, estariam ocupando espaços nas esferas governamentais. Assim, desde cedo, já existe uma discussão política nesse movimento da Educação Ambiental. O Tratado de Educação Ambiental para as Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global exemplifica bem essa questão. O II Fórum ocorreu poucos meses antes da Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida por Rio 92. O Fórum ocorreu em abril e a conferência em junho, e ambos os eventos tiveram como temática a questão do “pensar globalmente e agir localmente”: *o II Fórum estava muito inspirado por conta da Rio 92 e acredito que esse foi um dos motivos de seu sucesso de público e de conteúdo.* (Guarnieri, informação verbal).

Com relação ao perfil dos sujeitos que estavam coordenando a constituição da REBEA e dos Fóruns de Educação Ambiental, destacam-se as suas inserções no meio acadêmico, no poder público e nas ONGs: *os Fóruns eram produzidos aqui em São Paulo, por grupos de ONGs, governo, pessoal da Universidade, com o passar das edições, foi criando uma Rede de pessoas e um acúmulo sobre a questão da Educação Ambiental, e que daí está todo esse povo, o Sorrentino, a Cristina, a Claudia, a Martha Tristão, essas pessoas estavam fazendo a articulação no campo acadêmico, eram alunos e professores nas pós-graduações.* (Amaral, informação verbal). A questão da constituição de uma Rede de Educação Ambiental e a sua articulação com os Fóruns, recebeu muito destaque na fala dos entrevistados.

Na segunda edição do Fórum já houve a participação de Claudia Macedo, que de todos os Fóruns só não participou do primeiro. Nesse momento, ela fazia parte da

ONG Roda Viva e esforçava-se para que esta instituição pudesse também se apropriar do tema e da discussão sobre Educação Ambiental.

Em função da proximidade da Rio 92, o momento era de muita efervescência, no qual haviam opiniões controversas no que se referia ao fortalecimento dessa “nova” educação, como lembra a entrevistada: *estávamos próximos a Rio 92 e existia uma corrente de pessoas na Roda Viva, oriundas dos movimentos de educação popular, que achavam que entrar na discussão da Educação Ambiental, as vésperas da Rio 92, soava como oportunismo. Esses educadores e educadoras, consideravam o Ambiental como uma adjetivação a mais à Educação, como acontece com a Educação para o Trânsito, para a Paz...* (Macedo, informação verbal).

Por força desse ambiente controverso estabelecido na Roda Viva, algumas educadoras dessa instituição sentiram necessidade de buscar apoio, técnico e político, no universo de educadores ambientais externos a ONG, com o intuito de sustentar o nascimento e a permanência de uma área de Educação Ambiental na organização da Roda Viva. Nessa procura, a equipe buscou nos encontros de Educadores Ambientais, um espaço no qual poderia ampliar e aprofundar um diálogo quanto aos saberes e fazeres do Horizonte da Educação Ambiental: *nessa busca externa de espaço para a Educação Ambiental na Roda Viva, fomos participando de todos os Fóruns e discussões que existiam, o que para mim foi ótimo e acho que para toda a equipe. Foi com o objetivo de responder aos que nos questionavam se estávamos sendo oportunistas ou se tínhamos senso de oportunidade que iniciamos a construção de uma grande rede de amigos e parceiros que acabaram dando sustentação as propostas de Educação Ambiental da Roda Viva.* (Macedo, informação verbal).

A entrevistada Claudia Macedo se aproxima do grupo que estava articulando a criação da REBEA, de tal maneira que, após a Rio 92, assumiu a Facilitação Nacional da Rede, uma posição de referência para os demais participantes da Rede. Nesse momento, portanto, a Facilitação ficou sediada na Associação Roda Viva, local em que trabalhava e a partir de onde buscou a partir do III Fórum, influenciar na Nacionalização desses Encontros, como veremos adiante.

3.4.3 III FÓRUM

A construção do III Fórum ocorreu ainda sob muita influência do processo iniciado em torno Fórum Global da Sociedade Civil, visto que muitas dos sujeitos

que participaram deste movimento eram as mesmas que estavam em torno dos Fóruns de Educação Ambiental: *já no início dos anos 90 a gente começou esse grupo de trabalho pra organizar a participação brasileira na Rio-92 e, boa parte das pessoas que estavam envolvidas com o Fórum da Sociedade Civil da Rio-92, com o GT de Educação Ambiental nesse Fórum, eram pessoas que estavam envolvidas também com a organização do III e depois com o IV Fórum de Educação Ambiental, então as discussões que a gente fazia auxiliava a se pensar o Tratado de Educação Ambiental e, também a temática do III Fórum Brasileiro de Educação Ambiental.* (Sorrentino, informação verbal).

A terceira edição do Fórum foi pensada de maneira a oferecer aos participantes uma grande diversidade de atividades, envolvendo palestras, cursos, apresentações artísticas: *tinha muita coisa para fazer no III Fórum.* (Guarnieri, informação verbal). A organização dessa terceira edição foi a que mais deu trabalho, segundo Cristina Guarnieri, em função justamente da intenção de oferecer inúmeras atividades, o que exigiu muito dela, tanto que algumas coisas ficaram apagadas da sua memória: *fiquei tão estressada com a organização que teve muita coisa que deletei, deu muito trabalho.* (informação verbal).

Guarnieri lembrou da Sílvia Pompéia pela sua importante participação no processo de construção desses primeiros Fóruns de Educação Ambiental, figura muito envolvida com a questão ambiental e que representava a Fundação Prefeito Faria Lima, órgão do Estado de São Paulo que trabalha com prefeituras municipais. Foi ela quem iniciou um trabalho de mapeamento da Educação Ambiental brasileira no início dos anos 90. Hoje, Sílvia encontra-se na condição de consultora da Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Lideranças: *a Fundação Faria Lima foi também fundamental na organização do II e III Fórum, foi via a Sílvia com quem a gente começou a mapear quem é quem na Educação Ambiental, o primeiro questionário, a primeira ficha cadastral que rolou na REBEA nasceu desse esforço.* (Guarnieri, informação verbal). Conhecer quem são os sujeitos e o que fazem em Educação Ambiental, tendo como contexto o Território Brasileiro, não é uma tarefa fácil de ser desenvolvida, mas que foi sendo facilitada com o surgimento da REBEA, e das Redes Regionais e Temáticas de Educação Ambiental.

Guarnieri comentou também sobre a importante parceria com Beth Ferreira, que ajudou para o desenvolvimento do II e III Fóruns, parceria que influenciou na parte cultural e artística, que com o tempo tornaram-se um grande atrativo dos

Fóruns. Os entrevistados de maneira geral comentaram a diversificação pela qual passaram os Fóruns de Educação Ambiental, principalmente a partir do II com a inclusão da dimensão artística: *o III já começa a ser outro o saldo, começa a ter outras abordagens de Educação Ambiental, por exemplo um olhar um pouco mais pela perspectiva da subjetividade, do universo das artes, outras da música, enfim, outras observações.* (Tamaio, informação verbal). Essas diferentes abordagens em Educação Ambiental de que fala o educador Irineu Tamaio, começam a ganhar visibilidade através dos Fóruns, que já nessa terceira edição reunia de acordo com os entrevistados, uma grande diversidade de Saberes e Fazeres da Educação Ambiental.

Frente ao crescente público que vinha marcando presença nos Fóruns, a questão do espaço passa a ser um fator relevante a ser equacionado para a realização de um evento com a dimensão que assumia. Neste sentido, um dos grandes parceiros para a realização do III Fórum, foi o professor Fernando Almeida, na época Vice-Reitor Acadêmico da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP, que viabilizou as dependências dessa Universidade para a sua realização.

Nessa edição, assim como nas duas primeiras, manteve-se um modelo mais acadêmico, questão essa influenciada pelo formato de evento que normalmente são desenvolvidos pelas Universidades: *apesar de ter parceiros, quem respondia pelos Fóruns era a USP.* (Guarnieri, informação verbal).

O caráter acadêmico que orientou os primeiros Fóruns propiciou espaços para a convivência de uma grande diversidade de indivíduos, em que diferentes perspectivas de Educação Ambiental puderam dialogar: *a gente favorecia esse espaço onde várias correntes pudessem ocorrer ao mesmo tempo, e a gente encaminhou os Fóruns nesse sentido, não havia uma única verdade... é a garantia de um espaço onde o debate pudesse acontecer... o ambiente universitário tinha que garantir isso.* (Guarnieri, informação verbal).

A questão do debate conceitual que havia nesses Fóruns esteve presente nas entrevistas, inclusive pensamos que esse tema possa ser retomado numa outra pesquisa, esforço futuro que poderá contribuir para dar visibilidade as diferentes perspectivas e referenciais do Horizonte da Educação Ambiental que estiveram presentes nesses Fóruns.

Segundo os entrevistados, nessa terceira edição já se podia perceber a consolidação da REBEA que, na Plenária de Encerramento, acena com a possibilidade de assumir a coordenação dos Fóruns seguintes: *o III Fórum aconteceu*

já para consolidar a REBEA, então a CECAE se retira, a USP, se retira da promoção, mas continua a parceria. (Guarnieri, informação verbal). Essa decisão sobre a coordenação foi articulada, conforme relata a entrevistada, encaminhamento importante que garantiu, novos sentidos aos Fóruns: *na hora que a gente saiu fora e foi proposital essa saída, doeu muito, mais foi fundamental que isso acontecesse, tanto para a Rede como para os Fóruns.*(Guarnieri, informação verbal).

Outro encaminhamento debatido e que foi aprovada na assembléia de encerramento do III Fórum, refere-se a indicação feita por Martha Tristão, que sugeriu o Estado do Espírito Santo para sediar a quarta edição do Fórum. A proposta foi feita em função da perspectiva de encontrar apoio no governo petista do Victor Buaiz, que assumiria o governo daquele estado, e também com o intuito de descentralizar os Fóruns de São Paulo, visto que o mesmo estava se Nacionalizando: *fizemos esta proposta e todo mundo topou, porque as pessoas que estavam presentes nesta plenária entendiam que o Fórum estava se Nacionalizando, era um evento que tinha uma possibilidade, uma perspectiva Nacional e não Regional ou Local.* (Tristão, informação verbal).

Naquele momento, Claudia Macedo, então representante da Facilitação Nacional da REBEA, assume o compromisso de articular a REBEA em torno da efetiva Nacionalização do IV Fórum, a ser realizado no Espírito Santo. Segundo os entrevistados, essa mudança na dinâmica dos Fóruns emergiu de uma demanda que naturalmente foi surgindo, pois ao longo da sua trajetória e ao final do III Fórum, podia-se perceber e constatar a sua Nacionalização.

Os Fóruns que se seguiram após os três primeiros organizados pela USP, inauguraram uma nova dinâmica, passando de Encontro Regional a Encontro Nacional, mudança efetivada não por uma diretriz da comissão de organização, como foi afirmado pelos entrevistados que estavam na coordenação dos Fóruns neste momento, mas sim pela demanda que foi se construindo a partir dos seus participantes.

Segundo Cristina Guarnieri, os registros oficiais dos três primeiros encontros são mínimos: *a gente era tão pobre, a organização do evento não deu conta de registrá-los.* (informação verbal). Muitos participantes eventualmente registram os eventos e essa é uma fonte não oficial da memória dos Fóruns que pretendemos estudar numa outra proposta de pesquisa.

Os três primeiros Fóruns não chegaram a ter de maneira mais sistematizada a elaboração de um projeto e de um relatório, eles nem sequer tiveram financiamento, foram exclusivamente sendo realizados através da articulação e boa vontade dos parceiros: *nós não tivemos financiamento para os três primeiros Fóruns, não existem projetos e nem relatórios, apenas os anais.* (Guarnieri, informação verbal). Atualmente, esses anais estão em mãos daqueles que participaram dos Fóruns, não existindo ainda um banco de informações que reúna as publicações de todas as edições. A REBEA pretende desenvolver um site para o VI Fórum, no qual apresentamos a nossa intenção de contribuir para reunir nesse mesmo espaço, a memória de todos os Fóruns.

Uma fonte de registro importante com relação ao III e o IV Fórum foi a elaboração de um material que recebeu o nome de *Cadernos do Fórum de Educação Ambiental*, nos quais foram disponibilizados textos de algumas das palestras e cursos levados à cabo, material este registrado em duas publicações, uma para cada Fórum. O *Caderno do III Fórum* vem acompanhado de um disquete contendo os Anais do II e do III Fórum, e o *Caderno do IV Fórum* de um disquete contendo os Anais do IV Fórum.

Outros registros que existem dos três primeiros Fóruns, podem ser encontrados em memórias que alguns dos participantes fizeram, mas que não estão organizadas num único lugar. A memória das reuniões que construíram esses primeiros Fóruns era feita em máquina de escrever e depois eram enviadas para os membros da sua coordenação, atividade que era realizada por Cristina Guarnieri, que não tem mais a posse desse material. Esses registros são alguns dos elementos que também pretendemos recuperar para uma segunda pesquisa.

3.4.4 IV FÓRUM

A realização dos Fóruns até a sua terceira edição foi de responsabilidade do CECAE/USP e de um crescente conjunto de instituições governamentais e não governamentais, como apresentamos anteriormente.

A organização do IV Fórum foi articulada de maneira descentralizada, tendo um ponto de convergência, que era a Associação Roda Viva, na qual estava localizada a Facilitação Nacional da REBEA, na época representada por Claudia Macedo: *no IV Fórum eu era a representante da REBEA e, assim, participei de todo o processo de construção desse encontro.* (Macedo, informação verbal). Neste

período a REBEA contava com mais de 40 sujeitos, dos quais muitos estão hoje em Brasília como gestores públicos no MMA e no MEC. Houve para esse Fórum, uma mudança na sua dinâmica de construção, pois havia a perspectiva da sua Nacionalização: *deixavam de ser os Fóruns realizados em São Paulo e houve essa opção coletiva de que a coordenação fosse assumida pela REBEA, e que eles comessem a ocorrer em outras regiões do país, então em 97 aconteceu no ES o IV Fórum.* (Mousinho, informação verbal). Esse processo de Nacionalização é colocado pelos entrevistados como uma demanda que surge de maneira espontânea entre os Educadores que participaram das primeiras edições: *foi uma coisa que emergiu naturalmente e as pessoas permitiram, e isso foi maravilhoso porque o Fórum é o grande evento da Educação Ambiental.* (Amaral, informação verbal).

O período que se estendeu entre o final do III Fórum (1994) e a realização do IV Fórum (1997), foi caracterizado por uma ampla movimentação da REBEA. Como constatamos pelas entrevistas, houve um significativo fortalecimento dessa Rede: *começou a ganhar uma dimensão fortalecedora, no meu ponto de vista, dessa articulação que a gente vinha tentando fazer desde o final dos anos 80.* (Sorrentino, informação verbal). O fortalecimento da Rede se reflete durante o IV Fórum que deixou de ser um Encontro Regional para tornar-se o maior Encontro em Educação Ambiental do Brasil: *de fato, no IV Fórum você tinha o Brasil ali, coisa que nos três primeiros não tinha, até porque não existia essa pretensão, agora o IV já foi com a pretensão de nacionalizar a discussão.* (Guarnieri, informação verbal).

A descentralização no processo de construção do IV Fórum foi importante para garantir a realização dos pré-Fóruns, que foram encontros regionais preparatórios para o Encontro Nacional. Organizar o IV Fórum segundo a entrevistada Claudia Macedo foi uma tarefa de grandes dimensões, mas que recebeu o esperado e importante apoio do Estado do ES: *organizar o IV Fórum foi uma loucura, mas o governo do Estado ajudou bastante.* (Macedo, informação verbal). Foram feitas algumas reuniões para a preparação do IV Fórum. Martha Tristão destaca a realizada em Santa Tereza (1995), onde existe o Museu da região montanhosa do Espírito Santo, que hoje é um pólo de Educação Ambiental, localidade em que se desenhou o escopo geral do Fórum. O evento foi plenamente apoiado pelo governo daquele estado: *nós tivemos várias reuniões que ocorreram no próprio Espírito Santo sensibilizando o Governador Vitor Buaiz, que deu apoio na ocasião, então em 97 conseguiu se fazer o IV Fórum Brasileiro de Educação*

Ambiental, aí genuinamente um Fórum Nacional de Educação Ambiental, e houve junto ao Fórum o I Encontro da Rede Brasileira de Educação Ambiental. (Sorrentino, informação verbal).

Em 1995, durante uma reunião da REBEA que teve lugar no âmbito do Encontro Latino Americano de Educação Ambiental, ocorrido no Rio de Janeiro - RJ, Tristão, apesar de ter o apoio da comissão Nacional da organização do Fórum, apresentou a sua preocupação com o fato de não conseguir articular a Rede Capixaba de Educação Ambiental, circunstância que a deixava um pouco isolada no ES: *devido uma questão de relacionamento e uma dificuldade enorme da gente criar uma Rede aqui no ES eu estava preocupada com esse meu isolamento.* (Tristão, informação verbal). Em função dessa situação, o Instituto Estadual do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos – IEMA, resolveu assumir a organização do IV Fórum junto com a Universidade Federal do Espírito Santo - UFES. Logo em seguida, Tristão ingressa na UFES e consegue o apoio da pró-reitoria de extensão para a organização do Fórum, o que gerou melhores condições para o seu engajamento na organização desse evento. Porém, justamente no período de realização dos pré-Fóruns, ela fez seleção e foi aprovada para o doutorado na USP, obrigando-a a uma mudança para a capital paulista. Mesmo à distância e quando possível, de forma presencial, continuou participando da comissão de organização do IV Fórum. A entrevistada entende que nesse período de organização não havia uma articulação local muito significativa, embora o Estado do Espírito Santo tivesse um histórico de participação na REBEA, um histórico da criação da Rede Capixaba, que começou logo após a Rio 92 com o Tratado de Educação Ambiental para as Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global.

Uma dificuldade que Tristão percebeu nesse processo de organização do IV Fórum, dizia respeito ao entendimento que os seus membros tinham com relação ao que seria a organização em Rede: *o grupo local da organização do Fórum tinha uma rejeição a compreender a REBEA, como é que esse grupo se diz articulador da REBEA, em nome de quem, como a cabeça ainda era e ainda continua sendo muito piramidal, dentro de uma proposta de funcionamento de organização linear, hierárquica, era difícil e ainda é para algumas pessoas compreenderem essa forma de organização que são as Redes.* (Tristão, informação verbal). Embora essa dificuldade gerasse alguns conflitos, no entendimento de Martha Tristão, não impediu a realização do Fórum, assim como tais circunstâncias acabaram sendo

significativas para o aprendizado do grupo: *o próprio processo de construção do evento torna-se compartilhado, coletivo e uma aprendizagem para todos que participam... eram momentos extremamente ricos embora houvesse o conflito.* (Tristão, informação verbal).

Uma questão que orientou a organização do IV Fórum foi o cuidado com a continuidade, a história dos Fóruns: *tínhamos uma preocupação muito grande com o que estava sendo construído, queríamos absorver o que vinha sendo discutido nesses anos todos. O IV Fórum precisava ser um espaço de maturação das idéias e processos em curso desde meados dos anos 80. Nossa intenção era não perder o acúmulo das três edições anteriores e preparar o terreno para o V Encontro.* (Macedo, informação verbal).

Cristina Guarnieri chegou a participar de uma reunião de organização do IV Fórum, para contar a sua experiência de ter organizado os três primeiros Fóruns: *a idéia era tentar não incorrer nos mesmos erros e equívocos que a gente tinha feito.* Uma das questões que Guarnieri tentou levar para o grupo que organizava a quarta edição, dizia respeito a não obrigatoriedade de existir sobreposição de atividades: *you não precisa ter muitas atividades acontecendo ao mesmo tempo, menos ansiedade, às vezes é bom que as pessoas não tenham o que fazer.* (Guarnieri, informação verbal). Essa informalidade que gradativamente passa a ser assumida pelo Fórum, permite, no nosso entendimento, que os participantes tenham mais tempo para interagir entre elas. São das conversas extra-oficiais (fora da programação) que saem muitos projetos, muitas articulações, é quando os participantes se conhecem.

Procurando apoio para a realização do IV Fórum, a REBEA, em 1997 tentou uma aproximação com o Governo Federal, que na época estava organizando a Conferência Nacional de Educação Ambiental, para acontecer naquele mesmo ano. Naquela ocasião, foi proposto por parte do Governo que o IV Fórum acontecesse junto a sua Conferência, o que não foi aceito pela REBEA. Entretanto, outras negociações entre a REBEA e o Governo tiveram continuidade ainda para essa Conferência. Nessa negociação, a REBEA ficou como responsável pelo processo de escolha de delegados nos diferentes estados da União, a quem representariam na conferência. Sendo que esse compromisso assumido exigiu uma rápida articulação dos diferentes elos da REBEA: *foi um demonstrativo do fôlego do campo da*

Educação Ambiental, só Sergipe não preencheu a cota de delegados para essa conferência. (Macedo, informação verbal).

Segundo o professor Marcos Sorrentino, chegou a existir uma tentativa de um encontro atuar no fortalecimento do outro, questão não tão fácil de ser encaminhada, visto a dificuldade de se articular dois Encontros Nacionais no mesmo ano: *ficou o compromisso então de um evento fortalecer o outro, estimular a participação no outro, mas foi um passo difícil de ser dado, porque ter em um ano dois eventos Nacionais de um setor que iniciava a sua articulação Nacional, a sua legitimação enquanto um setor que promovia um debate forte sobre a questão ambiental, a questão educacional, uma transformação nova no modo de organização e de produção da nossa sociedade.* (Sorrentino, informação verbal).

Segundo constatamos nas entrevistas, essa Conferência foi um encontro polêmico, pois parecia não reconhecer o movimento da Educação Ambiental que vinha se constituindo através dos Fóruns de Educação Ambiental: *a gente entendeu como uma iniciativa, a gente eu digo este grupo da REBEA, como uma iniciativa desarticulada dos Fóruns, como uma proposta de um governo que não estava entendendo a importância de um movimento que historicamente vinha se constituindo.* (Tristão, informação verbal).

O IV Fórum foi o primeiro a ter projeto e contar com apoio financeiro, estabelecendo-se então uma importante parceria com o Fundo Nacional de Meio Ambiente - FNMA, órgão do Ministério do Meio Ambiente responsável pelo financiamento de projetos socioambientais em todo o país, que também foi parceiro para a realização do V Fórum. Não houve o aporte de recursos financeiros da iniciativa privada para a realização desses Fóruns. Tinha-se a idéia de que as ONGs deveriam ser as mantenedoras da Rede que organizaria o Fórum.

A organização proponente do projeto foi a Associação Roda Viva que, dessa maneira, foi a responsável pela administração dos recursos e transferência de parcela desses fundos para os parceiros locais realizarem os pré-Fóruns, questão delicada de ser desenvolvida, visto que o Fundo não recomenda essas transações. Foram muitas negociações para se conseguir viabilizar o projeto: *justifica daqui e dali, esse projeto deu um prejuízo financeiro para a Roda Viva, eu não era gerente na época. Muitos projetos dão prejuízos financeiros e quando isso acontece é necessária uma negociação interna, uma vez que quem cobre os recursos faltantes é a administração da Roda Viva. Nessas ocasiões existe uma negociação interna onde é preciso*

justificar para os nossos pares por que a administração deve investir ali e não em um outro projeto qualquer. Como eu não tinha nenhum papel de coordenação na estrutura da Roda Viva era uma cadeia de negociações. Foi um período de muito trabalho. (Macedo, informação verbal). O Financiamento do FNMA, segundo os entrevistados, foi muito importante para a realização dos pré-Fóruns e para a impressão dos Cadernos do IV Fórum.

O processo de construção do IV Fórum contou com a realização de oito encontros pré-Fórum, nas diferentes regiões do país. A ONG Roda Viva coordenou o processo de construção do IV Fórum em articulação com outros parceiros: *apesar da Roda Viva estar conduzindo esse processo, o projeto do IV Fórum não era da Roda Viva ... tinha as contra partes locais, organizações que já estavam fomentando Redes nos seus lugares, que organizavam as suas atividades locais.* (Macedo, informação verbal).

Os Pré-Fóruns aconteceram de maneira descentralizada na medida em que contavam com coordenadores regionais, como por exemplo, Martha Tristão e Gabriela Prioli no Sudeste, Heitor Medeiros e Vivianne Amaral no Centro Oeste, Virgínia Muller e Lilith Cintra no Nordeste, Miriam Prochnow no Sul e a equipe do Fórum da Amazônia Oriental - FAOR no Norte: *tinha toda uma estrutura de pessoas no território Nacional ajudando a organizar os pré-Fóruns.* (Macedo, informação verbal).

Cristina Guarnieri comenta que Gabriela Prioli constituiu-se numa importante figura para a articulação do pré-Fórum na região Sudeste, estando envolvida no processo de criação da Rede Paulista de Educação Ambiental - REPEA, que semelhantemente ao processo de criação de outras Redes, nasceu da articulação dos sujeitos que estavam participando dos Fóruns. Nessa época, Gabriela atuava na Prefeitura de Santo André. Foi em meio ao processo de organização dos pré-Fóruns (1996-97) que a Vivianne Amaral efetivou a sua aproximação com a REBEA, contribuindo com Heitor Queiroz de Medeiros na coordenação do pré-Fórum da Região Centro Oeste.

Para Amaral, o processo do pré-Fórum foi considerado muito importante, porque existia nele a idéia de que a REBEA era um projeto que estava em construção, aberto a novos elos. Antes disso, a REBEA estava limitada a um grupo de conhecidos: *existia pouca articulação e eram só pessoas que se conheciam, hoje a REBEA é grande número de pessoas que, em sua maior parte, nunca se*

encontraram presencialmente, é uma articulação no processo da Rede, mudou muito o perfil dela, antes era uma Rede de amigos, agora não, superou esse lado da relação pessoal. (Amaral, informação verbal).

Um dos diferenciais advindos com a realização dos pré-Fóruns foi à possibilidade de se ampliar à discussão da Educação Ambiental em diferentes regiões do Brasil, discussão esta que definiu os temas a serem debatidos no IV Fórum. Para Martha Tristão, a realização dos Fóruns Regionais foram iniciativas extremamente significativas, pois quando chega o momento de ocorrer o IV Fórum, já existia toda uma discussão que estava em curso nas diferentes regiões do Brasil: *a idéia era a realização de pré-fóruns para mobilizar, tanto que tivemos um número extremamente significativo de pessoas, nessa época, nós tivemos 1.900 pessoas participando do IV Fórum.* (Tristão, informação verbal).

O IV Fórum de Educação Ambiental aconteceu em Agosto de 1997, ano bastante significativo para a Educação Ambiental, o final da década de 90 foi de muitas movimentações, como apresentamos no Capítulo I. Depois desse quarto Encontro, a REBEA se consolida como a responsável pelos Fóruns de Educação Ambiental.

A temática de discussão nesse IV Fórum esteve bastante voltada para a questão da elaboração de subsídios para a construção de uma Política Nacional de Educação Ambiental, bem como para à questão das possibilidades de organização dos Educadores Ambientais, tema em torno do qual se discutia o tipo de organização que poderia melhor responder as suas demandas. Outra questão bastante relevante que surge com os pré-Fóruns, foi a influência destes na criação e fortalecimento dos Encontros Regionais em Educação Ambiental, tanto que a partir do IV Fórum percebe-se um crescimento significativo no número de Encontros em Educação Ambiental no Território Brasileiro.

Os três primeiros Fóruns aconteceram no centro de São Paulo/SP, uma cidade grande, na qual os participantes muitas vezes tinham que enfrentar longos trajetos entre o local de hospedagem e o local do evento. Em Guarapari/ES a situação foi bastante diferente, pois os participantes ficaram hospedados ao lado do local onde aconteceu o Encontro. Essa proximidade entre os participantes durante todo o período do evento favoreceu a convivência entre os participantes: *o SESC tem uma ótima infra-estrutura, permitiu você conviver com as pessoas 24 horas por dia, dormir inclusive com algumas no mesmo quarto, possibilitou uma Rede de*

convivências muito melhor do que os outros três Fóruns, muitas coisas se fortaleceram no IV Fórum em função disso, a própria REBEA. (Guarnieri, informação verbal).

A questão da boa organização dessa quarta edição foi destaque entre os entrevistados, o que contribuiu para as discussões que nesse Fórum envolvia sujeitos de diferentes lugares do Brasil, assim como, ampliou-se a participação de diferentes movimentos que discutem a Educação Ambiental *no IV até por conta de ser um pouco fora de São Paulo, a gente percebe que estava mais estruturado, mais organizado e muita presença de movimento social, Guarapari foi uma marca do movimento social, uma presença muito grande do movimento social, com discussão de políticas públicas, com discussão do campo da Educação Ambiental, com a inserção da Educação Ambiental enquanto política pública no âmbito da gestão.* (Tamaio, informação verbal).

No IV Fórum pode-se dizer que todas as regiões do Brasil estavam representadas, questão fortalecida pela articulação feita pela REBEA: *os primeiros Fóruns pelo próprio caráter deles serem mais regionais e estarem mais restritos a uma realidade urbana, ... você tinha um olhar muito mais recortado do país, ... era muito restrito a SP, RJ, MG e um pouco do ES, o IV Fórum ampliou com a participação de outros estados, e a REBEA foi muito importante nesse sentido.* (Guarnieri) No seu nascimento, a REBEA era uma Rede de Educação Ambiental. Hoje, a REBEA é considerada uma Rede de Redes, característica que surge em função da criação das Redes Regionais e Temáticas. Segundo Cláudia Macedo, essa foi a chave para o crescimento e capilaridade da REBEA no país, bem como para o fortalecimento da cultura de Redes, ampliada e fortalecida pelos Fóruns de Educação Ambiental: *os Fóruns ajudaram muito nessa construção das Redes Estaduais e Regionais de Educação Ambiental, no IV Fórum já existiam várias Redes, a construção do IV Fórum já foi muito facilitada pelas redes locais, regionais e temáticas.* Em função do IV Fórum, ocorreu a formação de muitas Redes de Educação Ambiental, algumas durante o evento e outras em decorrência de uma articulação que teve início neste Fórum e que se estendeu para após o Encontro: *no IV Fórum a capilaridade da REBEA aumentou bastante, as Redes regionais também, de alguma forma, foram estimuladas neste Fórum, a Rede da Paraíba, a própria Rede de São Paulo, a Rede do Rio de Janeiro, a de Minas Gerais, muitas Redes surgem desses encontros.* (Guarnieri, informação verbal).

Em função da temática das Redes estar presente em muito do que foi narrado pelos entrevistados, questão que se justifica pela relevância que as Redes tiveram para a constituição destes Fóruns, entendemos a oportunidade de dedicar a última parte deste capítulo para apresentarmos a temática das Redes e a sua relação com os Fóruns.

No processo de Nacionalização dos Fóruns de Educação Ambiental, expressa na realização desse IV Fórum, Claudia Macedo destaca a importância do trabalho desenvolvido por Cristina Guarnieri e Marcos Sorrentino, que tiveram uma grande dedicação na construção deste espaço de integração: *esses dois sonhadores conseguiram fazer um Fórum que atraia multidões*. (Macedo, informação verbal).

O IV Fórum contou com a participação de mais de quatro mil pessoas, considerando aquelas que participaram dos oito Encontros Regionais preparatórios (pré-Fóruns), foi um sucesso para a REBEA que estava organizando o seu primeiro Encontro: *superlotou a cidade, a discussão foi linda, muitos grupos organizados, muita coisa interessante aconteceu lá, na fase preparatória a nossa preocupação, era de firmar o papel da REBEA, pois foi o primeiro Fórum organizado por ela*. (Macedo, informação verbal). Os entrevistados em geral fazem um destaque especial à contribuição dos Fóruns para a criação de um espaço de discussão Nacional quanto à questão da Educação Ambiental.

Após a realização do IV Fórum, Macedo encaminha o seu pedido pessoal de afastamento da REBEA. Afastada da facilitação nacional da REBEA há praticamente 10 anos, Macedo relata que o mais bonito desse trabalho foi perceber que a rede é mais forte do que qualquer indivíduo ou instituição: *fico muito feliz quando vejo que a minha presença não era imprescindível, porque existem muitas outras pessoas querendo fazer Rede, e Rede é isso, se saindo um a Rede acaba é porque não era Rede, e a REBEA provou que é uma Rede*. (Macedo, informação verbal). No período em que esteve na condição de facilitadora da REBEA, relata situações nas quais se tomou muito cuidado para tornar a Rede independente da sua facilitação Nacional, nesse caso a Roda Viva. Um dos exemplos foi a não colocação do logo da Roda Viva na capa dos anais do IV Fórum. Havia todo um cuidado para não caracterizar as ações que estavam em curso como produtos da Roda Viva: *as vezes as organizações ficam muito sedentas de mostrar o seu papel nesses processos e acabam matando o processo*. (Macedo, informação verbal).

3.4.5 V FÓRUM

Concluído o IV Fórum, começa a longa caminhada em direção da quinta edição: *que não acontecia nunca, ele quase foi no Pará, quase foi em Minas Gerais, ele quase foi e nunca acontecia.* (Mousinho, informação verbal). De acordo com Martha Tristão, foi difícil articular um grupo para a construção do V Fórum. Mesmo com a REBEA trabalhando de forma descentralizada, a articulação era frágil: *foi extremamente difícil encontrar um grupo que quisesse realizar o V Fórum, porque a gente entende que estes Fóruns são iniciativas da REBEA e hoje a REBEA é uma Rede de Redes.* (Tristão, informação verbal).

No período compreendido entre 1997 (IV Fórum) e 2004 (V Fórum) verificou-se, num primeiro momento, uma retração e posteriormente uma ampliação da malha da REBEA. Ao longo desse intervalo de sete anos, o V Fórum por algumas vezes quase aconteceu, mas na maioria das vezes foi inviabilizado por falta de financiamento e de articulação da sua organização. Logo após o IV Fórum, a REBEA passou por uma fase de retração, antes de voltar a crescer em 2000, momento em que pouco mais de 40 pessoas participavam da pouca discussão que se estabelecia na Rede: *a REBEA teve um refluxo enorme após o IV Fórum ... nesse momento a Rede contava com umas 40 pessoas que se conversavam aleatoriamente, não tinha uma comunicação estruturada, e misturava gente de ONG e gente de Universidade.* (Amaral, informação verbal).

Em 2000, Amaral, que já estava residindo em São Paulo, fator local facilitador da articulação com os parceiros do Sudeste, é feito a proposta de uma reunião com o grupo articulador do V Fórum para se discutir à realização do mesmo. Nesse mesmo ano, alguns membros desse grupo, deslocaram-se até Maceió, indicação que havia surgido na Assembléia Geral de encerramento do IV Fórum, para checar a viabilidade da realização, sendo que a situação avaliada não era favorável em função da falta da mobilização local. Neste período, Minas Gerais também tentou realizar o Fórum, que quase aconteceu, mas foi inviabilizado pela data do segundo turno das eleições presidenciais de 2002.

Naquela altura, já havia uma re-articulação da REBEA, na qual se estabeleciam novas parcerias e rearticulavam-se outras antigas: *a Cristina Guarnieri e eu trabalhamos juntos, e eles (Instituto Ecoar) conseguiram um recurso do WWF, e a RITS apoiou a gente, foram articulações que a gente foi conseguindo fazer.* (Amaral, informação verbal).

No início do ano 2000 foi realizado no Rio de Janeiro - RJ, uma reunião para se discutir a Educação Ambiental e a Cultura de Redes, tendo para isso a participação do Cássio Martinho, que trabalhava na Rits e acompanhou o processo da REBEA durante algum tempo (mais ou menos entre 2000- 2002). É ele o autor do livro *Redes: Uma Introdução às Dinâmicas da Conectividade e da Auto-Organização*, que a REBEA e a REPEA organizaram com o patrocínio da WWF, importante produção para a divulgação da cultura de Redes, estamos falando da obra de (MARTINHO, 2004): *esse foi um trabalho de base das Redes, porque muita gente precisava entender o que era Rede, porque a maior parte das pessoas que estão nas Redes não tem idéia das Redes como padrão interativo, de cultura.* (Amaral, informação verbal).

Apesar da re-articulação da REBEA no início dos anos 2000, não foi o suficiente para garantir condições de se realizar o V Fórum: *isso se tornou um fantasma na REBEA, não existia dinheiro, não existia projeto e existia esse fantasma de organizar o V Fórum sem nenhuma condição.* (Amaral, informação verbal).

Em Outubro de 2003, na cidade de São Paulo, houve uma reunião da Facilitação Nacional da REBEA, viabilizada pelo projeto Tecendo Cidadania, que recebeu recursos do Fundo Nacional de Meio Ambiente. Nessa reunião, o Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental – OG/PNEA manifestou o apoio do Governo para a realização do V Fórum. Já em 2004, contando com este apoio ao qual somaram-se o apoio do Governo do Estado de Goiás e da prefeitura da capital daquele estado, Goiânia, o V Fórum recebeu os recursos suficientes para a sua realização: *acredito que essa articulação só foi possível devido ao fato de Marcos Sorrentino e a Rachel Trajber estarem no Governo, essa articulação foi possível lá em Goiânia em função disso, porque a gente já tinha tentado em vários Estados, mas o que acontecia nesses Estados, pouca articulação.* (Tristão, informação verbal).

A garantia de apoio do governo federal através da DEA/MMA e da CGEA/MEC, possibilitou a construção do V Fórum de Educação Ambiental, maior Encontro Brasileiro de Educação Ambiental até então já realizado: *somente em 2004, nós fomos conseguir fazer o V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental, tomando aí uma decisão que a gente já fazia parte da diretoria de Educação Ambiental do MMA, ... tomamos a decisão de canalizar, combinar os esforços, para ao invés de fazermos a II Conferência Nacional de Educação Ambiental, oferecer condições para a Rede Brasileira fazer o V Fórum Brasileiro, assim decidimos que faríamos*

um único evento, fortalecendo o Fórum como uma instância representativa no sentido de aglutinar todas as forças e todos os setores que fazem e pensam a Educação Ambiental no país. (Sorrentino, informação verbal).

Essa relação entre o Governo Federal e as Redes de Educação Ambiental é reflexo da boa sintonia e diálogo que existe entre os ideais desses entes: *esse diálogo entre governo e sociedade civil foi realmente positivo, porque ambos saíram fortalecidos, tanto governo quanto as organizações independentes da Educação Ambiental.* (Sorrentino, informação verbal). Essa boa sintonia é influenciada pelo fato dos sujeitos que atualmente estão nesses Departamentos possuírem uma trajetória de atuação muito próxima aos movimentos de base de Educação Ambiental. Ainda dentro dessa parceria, o Governo apoiou a edição de dois números da *Revista Brasileira de Educação Ambiental: o recurso que o OG da Educação Ambiental no país colocou pra se organizar esse V Fórum, possibilitou que o evento tivesse um saldo financeiro, que foi positivo e possibilitou que a REBEA fizesse a impressão e o lançamento da Revista Brasileira de Educação Ambiental.* (Sorrentino, informação verbal).

Independente de ter o apoio do Governo Federal, a realização de um grande evento como o V Fórum demandou bastante trabalho. Mousinho comenta que para realizar esse Fórum foi necessária muita energia de quem estava envolvido na sua operacionalização: *foi muito difícil, muito penoso de realizar, quando você esta encarando a parte operacional fica muito complicado, mas o retorno gratifica.* (Mousinho, informação verbal).

A difícil tarefa de se realizar um Fórum de Educação Ambiental, se justifica pela complexidade que é organizar um grande evento, principalmente quando parte da articulação de indivíduos que estão geograficamente muito distantes, dificuldade que se amplia considerando-se que a REBEA não possui recursos financeiros próprios: *o problema é que a REBEA nunca tem dinheiro, o que dificulta as reuniões presenciais, e daí pela internet esses processos acabam ficando muito frágeis.* (Amaral, informação verbal).

No Grupo de Trabalho que se estabeleceu na REBEA para organizar o Fórum, Patrícia Mousinho é indicada para assumir a coordenação, sendo mais tarde convidada a assumir a coordenação do próprio Fórum: *me pediram para assumir a coordenação desse grupo de trabalho, assumi, mas isso não significava assumir a coordenação do Fórum, a coisa evoluiu de uma forma que quando vi não dava mais*

para fugir, as pessoas naturalmente começaram a dizer que eu tinha que assumir a coordenação do Fórum, então tá bom, não sou de fugir de responsabilidades, se é assim que o processo está se desenrolando eu vou respeitar o coletivo e assim eu assumi. (Mousinho, informação verbal).

Nesse momento, a Ecomarapendi era parceira do Instituto Ecoar no projeto do V Fórum, situação que intensificou o trabalho de Patrícia Mousinho em conjunto com Vivianne Amaral, que então estava na condição de Secretária Executiva da REBEA: *já vinha fazendo um trabalho grande, eu e a Vivianne, uma parceria muito grande, durante muitos anos, nesses anos do projeto do Fundo estávamos muito juntas trabalhando, independente de uma estar em São Paulo e a outra no Rio de Janeiro.* (Mousinho, informação verbal). Amaral, então Secretária Executiva da REBEA, chegou a trabalhar no início do GT para a construção do Fórum, mas com o tempo se afastou deste para atuar em outras frentes de articulação da Rede.

Para realizar o V Fórum, Mousinho pensou ser importante recuperar o material que tinha sido desenvolvido por Minas Gerais, pois o Fórum só não aconteceu lá em função da mudança da data das eleições presidenciais do ano de 2002, e que teria lugar na PUC de Minas. Esse Projeto teve de ser re-adequado, pois com o passar do tempo à malha da REBEA foi se rearticulando e crescendo, questões influenciadas pela criação e uso da lista de comunicação da internet, situação esta que implicou na apresentação de novas demandas para a sua participação: *estava tudo pronto para acontecer, mas não aconteceu, aí pensei que não havia o menor sentido apagar tudo isso que aconteceu, toda essa história, então vamos pegar a partir daí, só que fomos percebendo que o projeto de Minas era menor do que aquilo que estávamos imaginando, ou talvez já fosse pequeno para aquele novo momento da REBEA onde acontecia um movimento de rearticulação por conta da lista de comunicação na internet.* (Mousinho, informação verbal).

Patrícia Mousinho menciona a importância que Michèle Sato teve neste primeiro momento de re-articular o projeto do V Fórum, que foi viabilizado para acontecer em Goiânia: *a gente pensou muita coisa para o escopo geral do evento, sei que tive uma influência grande dentro disso, porque tenho uma preocupação muito grande de atender todo mundo da melhor maneira possível, estou na Ecomarapendi que é uma ONG que trabalha de forma horizontal muito legal, que tem um CEA há treze anos, então eu vinha de uma realidade que era essa aqui, que era a realidade de como que a gente vai fazer para atender a todo e qualquer tipo de público da*

melhor maneira possível, então eu sempre me preocupei com isso, essa era uma preocupação minha que eu projetei para o V Fórum. (Mousinho, informação verbal).

A preocupação expressa neste relato pode ser percebida no abrigo dado a grande diversidade de atividades que integraram o V Fórum.

A ampliação dos Fóruns de Educação Ambiental foi uma tendência que se manteve desde o seu surgimento, movimento no qual verificou-se a ampliação do número de atividades e de participantes de diferentes lugares do Brasil, o que implicou na ampliação da representação da dimensão Nacional da Educação Ambiental. Na organização do V Fórum essa tendência foi prevista, tanto que foi necessário ampliar o projeto de Fórum que havia sido pensado para Minas: *a gente olhou e pensou que tinha que ser uma coisa mais abrangente, olhando para a proposta do V Fórum de Minas, você não dirá que seja nem melhor ou pior, mas ele é diferente, eu acho que a gente já estava num outro momento e pensando maior, o V Fórum foi um grande ato de ousadia, a gente teve um ano para fazer um evento daquele tamanho.* (Mousinho, informação verbal).

Eram variados os temas que orientaram a construção desse Fórum, o que mostrava a necessidade por se fazer uma ampla discussão quanto o Horizonte da Educação Ambiental: *O ProNEA, a diversidade da Educação Ambiental valorizada, o conagraçamento, a Educação Ambiental Política, Crítica e Emancipatória, são ingredientes presentes no desenho do V Fórum.* (Sorrentino, informação verbal).

Para o V Fórum não foram realizados os pré-Fóruns, questão que se justificou pela fixação dos encontros regionais que tiveram uma continuidade após os pré-Fóruns que foram preparatórios para o IV Fórum. Segundo Martha Tristão, já existia uma continuidade dos encontros regionais em Educação Ambiental e cita como exemplo, a organização do IV Encontro Estadual de Educação Ambiental do Espírito Santo, que estava sendo preparado sob a sua coordenação: *já pensando na nossa participação no VI Fórum, o nosso tema é Educação Ambiental e Sustentabilidade Local e Planetária, é um tema que a gente quer discutir e aprofundar em função da proposta da UNESCO da Educação para o Desenvolvimento Sustentável e que a gente quer discutir e aprofundar para levar para o VI Fórum.* (Tristão, informação verbal).

Mesmo que o IV Fórum tenha sido Nacional, é só na quinta edição que ele foi batizado de Fórum Brasileiro de Educação Ambiental, até então era conhecido por Fórum de Educação Ambiental.

De acordo com os entrevistados, o V Fórum ficou marcado pela diversidade de perspectivas em Educação Ambiental que estavam sendo representadas: *eu vejo que Goiânia ficou muito mais o espelho da multiplicidade, da complexidade da Educação Ambiental, ficou mais presente, então você tinha lá leituras múltiplas de Educação Ambiental.* (Tamaio, informação verbal).

De todos os Fóruns, a quinta edição foi a que teve a sua memória melhor registrada, pois o mesmo chegou a contar com uma equipe de comunicação que foi responsável por fazer o registro desse evento. Segundo Mousinho, o V Fórum ficou caracterizado pelos abraços e pela alegria daquele momento: *o V Fórum foi um grande espaço de abraços e todo mundo fala isso, todo mundo ficou muito feliz de se encontrar e isso deu um outro gás para o movimento, e a gente tem trabalhado muito com isso.* (Mousinho, informação verbal).

Os participantes que iam chegando ao Fórum, em pouco tempo já iam se conhecendo, trocando informações e se tornando grandes amigos, questão que se repete nas suas diferentes edições: *recém se conhecem e parecem que se conhecem há décadas.* (Guarnieri, informação verbal). É em função dessa sinergia de idéias e da vontade dos sujeitos continuarem mantendo algum contato que as Redes de Educação Ambiental permanecem ativas.

O V Fórum não foi diferente dos demais quando o assunto é ampliação e fortalecimento das Redes de Educação Ambiental: *acredito que o V Fórum foi uma referência nesse processo, foi um grande estimulador de comunicação na rede, nas redes de Educação Ambiental, ampliou as redes, revigoraram-se algumas que estavam mambembes.* (Sorrentino, informação verbal).

Patrícia Mousinho sai da condição de coordenadora do V Fórum para se tornar Secretária Executiva da REBEA, questão proposta e aprovada na Assembléia de Encerramento desta última edição, neste mesmo momento foi proposta e aprovada a cidade do Rio de Janeiro para sediar a realização do VI Fórum de Educação Ambiental.

3.4.6 VI FÓRUM

As atividades de construção do VI Fórum de Educação Ambiental foram ampliadas na metade de 2006, considerando para tal uma articulação Nacional que envolve sujeitos de diferentes Redes de Educação Ambiental, que virtualmente interagem através de um grupo que foi criado no Yahoo, e também em reuniões

presenciais através de uma Comissão Local de Organização (CLO), que trabalha no Rio de Janeiro - RJ.

O Horizonte Utópico da Coordenação desse Fórum é de que mais sujeitos possam aderir ao processo dessa construção coletiva, agregando assim outros movimentos e identidades, de maneira a não restringir a participação daqueles que se sentem pertencentes ao Horizonte da Educação Ambiental. Mousinho lembra da aproximação das Redes com os Coletivos Jovens como exemplo de uma parceria que vem se estabelecendo para a construção do VI Fórum: *a aproximação das Redes com os Coletivos Jovens, é isso, é a possibilidade de encontros presenciais já trabalhando essa construção a caminho desse encontro maior, para que todos cheguem lá se sentindo assim, isso aqui faz parte de mim.* (Mousinho, informação verbal).

A realização do VI Fórum (Novembro de 2007 no Rio de Janeiro - RJ), coincidirá com o aniversário de 15 anos do Tratado de Educação Ambiental, documento que foi adotado como Carta de princípios da REBEA, fruto de uma articulação de Educadores Ambientais de diferentes Nações que se reuniram nessa cidade em 1992, para o VI Fórum, que terá como tema central o próprio Tratado.

Para a preparação deste Fórum, busca-se estabelecer um diálogo com os encontros regionais na tentativa de se iniciar um debate com relação a esse Tratado, para que, nesta sexta edição, este diálogo possa ser retomado em escala Nacional.

3.5 OS FÓRUNS E AS REDES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: ARTICULAÇÕES NO HORIZONTE DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A partir das entrevistas, percebemos que a temática dos Fóruns de Educação Ambiental estão intimamente articuladas as Redes de Educação Ambiental. Chegamos a esta constatação, frente ao significativo destaque que os entrevistados atribuíram ao tema e, sendo assim, pensamos ser importante apresentá-lo no contexto do presente capítulo. Buscamos aqui aprofundar a discussão sobre os Fóruns de Educação Ambiental e algumas das suas relações com as Redes de Educação Ambiental.

Percebeu-se a partir das entrevistas, que a história da Rede Brasileira de Educação Ambiental – REBEA foi se construindo junto ao contexto dos Fóruns de Educação Ambiental, no qual há quase quinze anos, ambos os movimentos, Fóruns e

Redes, se articulam produzindo e sendo produzidos por Saberes e Fazeres que constituem o Horizonte da Educação Ambiental.

Escrever sobre os Fóruns de Educação Ambiental se mostrou um grande desafio, visto a complexidade de Eventos que se articularam ao longo da sua existência. Algumas das articulações envolvendo particularmente a relação dos Fóruns com a REBEA foram focadas nesta seção da dissertação.

Tanto os Fóruns quanto a REBEA nascem com o objetivo de agregar sujeitos em torno da Educação Ambiental, sendo que esta última, já na sua origem, tinha em vista abranger o Contexto Brasileiro, enquanto os Fóruns, inicialmente, pretendia abranger o Contexto do Estado de São Paulo.

A discussão quanto à criação da REBEA, pelo menos de maneira mais sistematizada, é atribuída a vivência que se deu no Grupo de Trabalho de Educação Ambiental – (GT) que articulava na preparação da Jornada Internacional de Educação Ambiental, evento este que ocorreu no Fórum Global dos Movimentos Sociais – (Fórum Global), Encontro paralelo a Conferência Intergovernamental sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida por Rio 92. Essa discussão também ganhou espaço no II Fórum de Educação Ambiental, que aconteceu apenas dois meses antes da Jornada, no qual também estiveram presentes muitos dos indivíduos que faziam parte do mencionado Grupo de Trabalho. O facilitador deste Grupo, em todos os seus encontros, foi Nilo Diniz, que trabalhava ao lado de Moema Viezzer na preparação da Jornada, atividade que reuniu um número enorme de indivíduos e instituições dos cinco continentes. Houve para essa Jornada, um movimento muito interessante em torno de uma iniciativa brasileira, que foi a construção de uma Carta Internacional, que pretendia apresentar para o mundo uma Educação Ambiental referenciada nos ideais dos movimentos da sociedade civil.

O Fórum Global reuniu uma série de outras Jornadas, cada uma com o foco em determinado tema, no contexto das quais também foram construídas Cartas pelos movimentos da sociedade civil, todas elas vinculadas as temáticas que também estavam sendo discutidas entre os Chefes de Estado, que se reuniam na Rio 92. Algumas Jornadas discutiram questões que não estiveram presente na Rio 92, entre estes temas estava a questão da dívida externa, do comércio internacional de armas e energia nuclear, e outros, temas estes que os movimentos da sociedade civil consideravam ter relação com a questão central desta Conferência que era “Meio Ambiente e Desenvolvimento”. Houve um acerto entre as diferentes discussões que

se estabeleceram no Fórum Global, para que essas Cartas recebessem uma conformação de Tratado, visto que existia o interesse por parte dos movimentos sociais em fazer as idéias apresentadas nesses Tratados repercutir nas agendas dos Chefes de Estado, presentes na Rio 92. É neste contexto que a Jornada de Educação Ambiental publicou o Tratado de Educação Ambiental para as Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Porém, houve uma particularidade com relação ao Tratado que foi publicado em Inglês e em Francês, nos quais retirou-se o ponto (4), relativo aos Princípios da Educação Ambiental, pois consideraram que este princípio pudesse comprometer nas atividades dos Movimentos Sociais nesses países do Norte. Esse princípio expressa que *A educação ambiental não é neutra, mas ideológica. É um ato político, baseado em valores para a transformação social.* Apesar de ter sido suprimida na edição do Tratado impresso nesses idiomas, o documento constitui-se numa importante referência para muitas das práticas em Educação Ambiental, principalmente no Contexto da América Latina.

O Tratado de Educação Ambiental é um documento que começou a ser produzido dois anos antes do Fórum Global, num processo de construção que surge no Brasil e que ganha os cinco continentes, o que se efetivou pro meio de uma articulação Internacional entre os movimentos sociais. Pretendia-se com esse Tratado reunir contribuições de diferentes Educadores nos cinco continentes para alimentar a discussão da Jornada de Educação Ambiental no Fórum Global, no qual tentou-se firmar uma Carta de Princípios e de Diretrizes da Educação Ambiental, que se pretendia colocar em prática. Para isso, entendia-se que esse Tratado deveria ser vinculado de maneira a repercutir nas decisões políticas Nacionais e Internacionais.

De acordo com os entrevistados, parecia haver um consenso quanto a importância de haver uma aproximação e integração dos Educadores que atuavam nas diferentes Bases do Território Nacional. Porém, a maneira que esta integração deveria acontecer é que gerava algumas dúvidas: *em 92, já se iniciou o movimento para a formação de Redes, mas a gente não tinha ainda compreensão de como essa Rede poderia funcionar.* (Tristão, informação verbal). Essa questão parece não ser restrita ao início do seu processo de formação, pois ainda hoje existem posicionamentos diversos quanto a sua estrutura organizacional e atribuições, nos quais são feitos alguns questionamentos quanto a esta organização em Rede.

Embora existissem algumas dúvidas, como atualmente ainda existem, foi no contexto da Rio 92 e dos Fóruns de Educação Ambiental, que nasceu a Rede

Brasileira de Educação Ambiental - REBEA, advinda de um esforço coletivo em se afirmar uma Carta contendo os valores que se desejava para a Educação Ambiental, e em se garantir um coletivo Brasileiro de Educadores Ambientais, que pudessem se articular de maneira horizontal. Por estas circunstâncias que até hoje a REBEA possui o Tratado de Educação Ambiental como a sua Carta de Princípios e Diretrizes, e a organização em Rede, como meio de articulação. A aproximação entre os Fóruns e a REBEA foi num primeiro momento mediada pela discussão que se fazia em torno da construção do Tratado, sendo que esse mais tarde, tornou-se tema do próprio Fórum: *já no início dos anos 90, a gente começou esse grupo de trabalho pra organizar a participação brasileira na Rio-92 e, boa parte das pessoas que estavam envolvidas com o Fórum da Sociedade Civil da Rio-92, com a Jornada de Educação Ambiental nesse Fórum, eram pessoas que estavam envolvidas também com a organização do III e depois com o IV Fórum de Educação Ambiental, então as discussões que a gente fazia auxiliava a se pensar o Tratado de Educação Ambiental e, também a temática do III Fórum Brasileiro de Educação Ambiental.* (Sorrentino, informação verbal). Recomendamos a leitura de (AMARAL, 2004), no qual é relatada a trajetória da REBEA, desde sua criação até o período em que Amaral ficou na função de Secretária Executiva desta Rede.

Segundo a maioria dos entrevistados, o grupo que estava se reunindo em torno da REBEA, num primeiro momento, era predominante de educadores que tinham uma aproximação com a Universidade, principalmente vinculadas a Universidade do Estado de São Paulo - USP, instituição que coordenou os três primeiros Fóruns, e que foi contexto no qual se articulou muitas parcerias para a constituição da REBEA: *era um grupo de pessoas que participavam desses Fóruns de São Paulo e que participavam também da Rio 92 e que estão ligadas a questão das pós-graduações da USP.* (Amaral, informação verbal). No entendimento de Amaral, a REBEA se constituiu assentada em dois objetivos: de fazer Educação Ambiental e o de difundir a cultura de Redes, questões que estão relacionadas a um trabalho precursor de Educação Ambiental no Brasil desenvolvido por Moema Viezzer: *as Redes de Educação Ambiental tem uma característica que é essa reflexão sobre o que é Rede, e esse é um dos objetivos, a difusão da cultura de Redes, além de trabalhar com a Educação Ambiental a REBEA tem como objetivo difundir essa idéia do que é trabalhar em Rede, e isso está ligado ao trabalho pioneiro em redes de uma figura que quase nunca aparece que é a Moema Viezzer.*

(Amaral, informação verbal). A Rio 92 estimulou uma série de organizações paralelas, entre elas os encontros preparatórios para o Fórum Global. De acordo com os entrevistados, foram intensos exercícios de aprendizado coletivo, negociação e aprofundamento do debate sobre as vertentes da Educação Ambiental que se pretendia fortalecer: *a Rio 92 foi um trator que passou e levou muita gente, foi um grande catalisador, propiciou muita convergência.* (Macedo, informação verbal).

Muito do que é percebido com relação ao surgimento da REBEA e das demais Redes de Educação Ambiental, está relacionado a uma demanda que é comum nos Encontros nessa temática, nos quais muitas pessoas buscam interagir com outros Saberes e Fazeres do Horizonte Educação Ambiental, interação essa, que muitas vezes pretende-se manter por mais tempo: *havia uma demanda no país e o Fórum absorveu isso, e paralelamente a isso foi se constituindo uma Rede de relações de pessoas que trabalhavam com Educação Ambiental, que quando acabavam os Fóruns elas queriam continuar articuladas, esse é o espírito da REBEA, é essa articulação Nacional, desde o início ela tem esse espírito.* (Amaral, informação verbal). Este entendimento expresso pela entrevistada Vivianne Amaral, foi também esteve bastante presente nas demais narrativas que nos ajudam a dar visibilidade a este movimento da Educação Ambiental Brasileira.

O encontro presencial sempre foi muito valorizado pela REBEA, tanto que decisão importante com relação a sua organização e seus objetivos foi estruturada ao longo desses Encontros. Importantes articulações foram sendo construídas no sentido de estruturar e fortalecer a REBEA, sendo que o II Fórum (1992) e o III Fórum (1994) são lembrados pelos entrevistados como momentos em que a REBEA cresceu e se fortaleceu muito, a ponto de no encerramento da terceira edição, a REBEA em parceria com a organização dos três primeiros Fóruns, anunciarem a vocação dos Fóruns e o comprometimento da REBEA em garantir o processo de Nacionalização dos Fóruns de Educação Ambiental. Naquele momento, Claudia Macedo era responsável pela Facilitação Nacional da REBEA, tornando-se então a responsável pela coordenação do IV Fórum de Educação Ambiental, o primeiro a ser organizado por esta Rede. Macedo esteve na Facilitação Nacional da REBEA de 1992 (sua criação) a 1997 (IV Fórum). Todo o processo de criação do IV Fórum foi importante para a articulação e re-articulação de educadores ambientais nas diferentes regiões do Território Brasileiro, questão que foi estimulada pela realização dos Encontros Regionais (pré-Fóruns). Estes Encontros foram importantes para a criação das Redes

Regionais e Temáticas em Educação Ambiental. O IV Fórum simboliza a sua transição de Encontro Regional para se tornar em Encontro Nacional: *pra* *marcadamente deixar de ser um Fórum paulista, tanto no local de realização quanto também na equipe organizadora a Rede Brasileira (REBEA) com o total apoio da Universidade de São Paulo e das instituições que trabalharam nos Fóruns anteriores deliberaram que o IV seria em Guarapari em parceria com o governo do Estado do Espírito Santo, com a Prefeitura Municipal de Guarapari, de Vitória, da Rede Capixaba de Educação Ambiental, e de vários outros parceiros.* (Sorrentino, informação verbal).

O surgimento de novas Redes e a re-articulação das que já existiam estão muito relacionadas com a ocorrência dos Fóruns. O IV Fórum foi muito lembrado pelos entrevistados, visto a articulação de um número grande de Redes que se processou ao longo da organização e realização desse Encontro: *em Guarapari, eu acredito que um tema muito forte, pelo menos que eu me envolvi muito, era a questão da organização dos educadores e educadoras ambientais brasileiras, então a ocorrência dentro do IV Fórum do I Encontro da Rede Brasileira de Educação Ambiental era significativa, demonstrava um interesse muito forte em se pensar como é que os educadores e educadoras se organizavam sem ser na forma de federação, sem ser nas formas convencionais de organização, como é que amplia aquilo que era muito caro dentro do movimento ambientalista e dentro do movimento da Educação Ambiental que era a organização horizontal, sem chefe e sem padrão, onde todos podiam se comunicar com todos, sem passar por um centro de triagem, um centro de poder diferenciado, só que era muito difícil encontrar esse modelo organizacional e isso era muito presente durante o IV Fórum Brasileiro.* (Sorrentino, informação verbal). Segundo os relatos reunidos, ficou bastante evidente esta preocupação que Marcos Sorrentino apresenta, pois nesse processo de articulação das Redes, tinha-se o cuidado em não permitir que existisse qualquer relação de hierarquização entre as Redes que estavam se constituindo. Logo após o IV Fórum, foi sugerido o nome do Heitor Medeiros, que hoje está na Diretoria de Educação Ambiental no Ministério do Meio Ambiente – DEA/MMA, para a Facilitação Nacional da REBEA, que na época estava no Mato Grosso, onde articulava em parceria com a Vivianne Amaral a Rede Mato-grossense de Educação Ambiental – REMTEA. Heitor Medeiros ficou por três anos nesta função da Facilitação. Todos os Educadores que foram entrevistados nesta pesquisa, de alguma

maneira participaram da criação de Redes, sendo que muitos ainda hoje atuam na sua manutenção.

Dando continuidade a história da articulação entre as Redes e os Fóruns, estamos no final da década de 90, onde Amaral foi indicada para assumir a representação da REBEA. Amaral já atuava na Rede deste o período de organização do IV Fórum e foi neste mesmo ano que realizou a sua transferência do Mato Grosso para São Paulo, onde reside atualmente. De acordo com Amaral, no período que antecedeu o IV Fórum houve uma grande mobilização das Redes que estavam se constituindo, porém, logo após esse evento, houve uma grande desarticulação nas/entre estas Redes. No processo de rearticulação das Redes, foi criada na REBEA uma “estrutura” administrativa, que se tornou referência para os processos de gestão da Rede, ficando conhecida como Secretaria Executiva, assumida por Amaral em 1999, na qual permaneceu até o ano de 2004: *um dos trabalhos que foi feito foi de rearticular as Redes que haviam parado, ver se havia uma possibilidade local disso, se havia interesse, a secretaria da REBEA apoiava esse processo, fazia palestra, assessorava a rearticulação, foi o que aconteceu com a Rede do ES, a Rede da Bahia, a Rede do Rio de Janeiro, foram todos processos em que houve investimento da Secretaria Executiva da REBEA para que fossem rearticulados.* (Amaral, informação verbal). Ainda nesta tentativa de se rearticular as Redes, a REBEA enviou em Maio de 2001, um projeto para a Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente – DEA/MMA, que na época tinha Ênio Fernandes como seu diretor. Este projeto buscava por apoio financeiro, visando a sustentação da Secretaria Executiva e o desenvolvimento de um programa de comunicação. Naquele mesmo momento, a DEA estudava um projeto de construir o Sistema Brasileiro de Informações sobre a Educação Ambiental - SIBEA. E esse foi o contexto no qual a REBEA iniciou um diálogo com o Governo Federal, no sentido de discutir alternativas e estratégias para a integração entre as Redes e o SIBEA. Representantes da REBEA e das outras seis Redes de Educação Ambiental que existiam no Brasil foram convidadas para uma reunião com a equipe da DEA, na qual foi acordado o apoio do Governo à estruturação das Redes, tendo estas em contrapartida o compromisso de desenvolverem um diagnóstico da Educação Ambiental no Brasil, trabalho este que estaria alimentando o banco de dados do SIBEA. Esse foi parte do processo que influenciou para a construção do edital 007/2001 do FNMA/MMA, que financiou a estruturação de Redes de Educação

Ambiental no Brasil. O edital atendeu a cinco projetos, tendo recebido apoio financeiro: a Rede Brasileira de Educação Ambiental - REBEA, Rede Paulista de Educação Ambiental - REPEA, Rede Pantanal de Educação Ambiental – Rede Aguapé, Rede Sul Brasileira de Educação Ambiental - REASul e Rede Acreana de Educação Ambiental - RAEA. Com esse edital, algumas Redes se estruturaram, outras se re-estruturaram. Existe um movimento de fluxo e refluxo nas Redes de Educação Ambiental, no qual se verificam momentos caracterizados por uma grande mobilização e outros por pouca mobilização. Este projeto apoiado pelo Fundo recebeu o nome de Tecendo Cidadania, no qual previa uma série de recursos para equipar as secretarias executivas, para a realização de encontros presenciais e bolsas para os articuladores.

Outro movimento importante para a rearticulação da REBEA foi em 2001 com a proposta da Michèle Sato em se criar a lista de comunicação aberta da REBEA, na qual foi utilizado o ambiente de construção e manutenção de grupos virtuais no provedor do Yahoo. Essa lista permitiu uma maior integração entre os sujeitos que estavam na Rede, reafirmando o seu compromisso em oferecer condições para que os educadores de diferentes lugares do país pudessem se relacionar: *o grande lance da democratização e maior abrangência da Rede foi a lista... embora a gente tenha uma grande preocupação em alertar que listas de comunicação não são Redes, as nossas Redes são processos de organização social, a criação da lista do Yahoo foi um marco muito importante, é gente do Brasil todo que pode estar em contato mais assiduamente.* (Mousinho, informação verbal). A questão das listas virtuais é sem dúvida um importante meio de comunicação, embora ainda esteja longe do acesso de muitos Educadores Ambientais no Território Brasileiro. Outro problema refere-se aos sujeitos que possuem acesso a lista, mas que ainda encontram dificuldade para o seu uso, que vai desde o ato comunicativo, ao uso da ferramenta virtual. Da mesma maneira, percebemos que essas questões se refletem nos encontros presenciais, nos quais nem todos os educadores têm condições de se deslocarem. Alguns que conseguem se fazer presentes, muitas vezes pouco interagem com o mesmo.

Nesse período de rearticulação e descentralização da REBEA (2001), houve uma proposta da Secretaria Executiva, a de se trabalhar por temáticas dentro da Rede, atividade que se organizou por meio de Grupos de Trabalho. De acordo com os entrevistados, uma das maiores dificuldades nesse processo foi a falta de recursos

para viabilizar os encontros presenciais, visto que ainda existia uma série de entraves na comunicação virtual, prejudicando assim os processos de descentralização e de fortalecimento da Rede. A ausência de recursos financeiros foi apontada muitas vezes como sendo a grande vilã da história, pois sem esta disponibilidade a organização das informações e a realização dos encontros presenciais ficou por inúmeras vezes prejudicada. Os ambientes virtuais oferecem atualmente uma série de alternativas para reunir pessoas que vivem distanciadas geograficamente umas das outras, o que acarretou na diminuição do custo no processo de interação. Porém, segundo os entrevistados, ainda há muito que se avançar com relação ao seu uso, questão que é entendida não como possibilidade de se substituir os Encontros presenciais, mas no sentido de poder contribuir para a manutenção das relações nos períodos que se estendem entre os Encontros.

A respeito das relações que se estabelecem nas Redes, os entrevistados alertaram para o reconhecimento da existência de uma diversidade de idéias, nas quais o estranhamento a elas não necessariamente signifique que estas idéias sejam ruins. Chamam também a atenção para a noção equivocada de que a ação coletiva se caracterizaria pela presença de todos os integrantes de um grupo num mesmo movimento ou processo: *se você não confrontar não tem como haver cooperação, você tem que confrontar as idéias e vai haver um estranhamento, tem que lutar por essa diversidade nas Redes, o problema é que a cabeça das pessoas ainda é muito piramidal, e tem essa idéia da ação concertada, todo mundo junto, essa idéia de que a ação coletiva é todo mundo junto, fazendo a mesma coisa tem que ser revista.* (Amaral, informação verbal).

Com relação ao perfil dos sujeitos que participam tanto nas listas como nos encontros, foi feita a observação de que no início das Redes havia uma maior presença de educadores com alguma inserção no ambiente acadêmico das universidades e nas esferas do poder público. Entretanto, a presença da sociedade civil foi se ampliando gradativamente com o tempo. Esta questão está muito relacionada com a própria realização dos Fóruns, que nas suas primeiras edições contavam com uma maioria de educadores relacionados à academia e ao poder público, sendo que nas últimas edições já havia uma considerável presença de atores vinculados aos movimentos sociais.

Na palavra dos entrevistados, desde o surgimento dos Fóruns de Educação Ambiental e da REBEA, existe uma movimentação política com relação à

implementação ou não de determinadas políticas públicas neste Horizonte. Para alguns, essa questão é encarada como um tabu, algo que não pode ser discutido. Já para outros, acaba sendo o tema principal do debate nas Redes: *essa questão gera um certo desconforto, é inerente ao processo político, as Redes envolvem processos políticos, as vezes se vê pessoas querendo esvaziar essa dimensão política das Redes, mas não tem como, sem dúvida existe uma disputa política.* (Macedo, informação verbal).

Para ilustrar algumas das atuações políticas da REBEA, os entrevistados lembraram de alguns envolvimento efetivos: a discussão em torno da implementação do Decreto nº 4.281/2002, documento este que regulamenta a lei 9795/99, na qual a REBEA participou ativamente, organizando reuniões em várias Redes de inúmeros estados; - os inúmeros debates na Câmara Técnica de Educação Ambiental do CONAMA, onde uma educadora ambiental, que ocupava assento como representante de ONG, também estava vinculada a REBEA; - a mobilização virtual que promoveu com vistas à reativação da Coordenaria Geral de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente CGEA/MEC, que havia sido extinta em 2003 pelo então ministro da Educação, Cristóvão Buarque, e que obteve êxito com a reversão da decisão; - a mobilização que desencadeou, em 2005, para o embargo do projeto de Educação Ambiental proposto pela parceria entre Monsanto e a Revista Horizonte Geográfico.

A atuação política dos membros da REBEA se reflete na posição política que muitos deles alcançaram junto ao Poder Público Federal nesta gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o que estabelece, no entendimento dos entrevistados, um contexto muito interessante para a diálogo entre os Educadores Ambientais e o Governo Federal: *os educadores começaram a pensar: - bom, mas nós não queremos ficar só à margem do que é feito pelo Estado brasileiro, nós queremos que o Estado brasileiro responda a toda essa aprendizagem, e aí nós estamos nesse processo agora, nós estamos aprendendo a traduzir políticas públicas, e traduzir em políticas públicas as demandas e propostas dos educadores, das educadoras ambientais organizados das mais diversas formas, em todo o país, seja nas instâncias de governo, nas esferas de governo federal, estadual, municipal, seja na sociedade civil, nas empresas, como é que você promove essa multiplicidade, promove o diálogo dessa multiplicidade e sistematiza isso, traduz em política pública, e monitora, avalia, essa política pública, nós não conseguimos ainda fazer tudo isso,*

mas hoje a gente tem claro que esse processo é essencial, pra que o recurso que a sociedade brasileira canaliza pro estado brasileiro reverta no empoderamento, no fortalecimento Educação Ambiental, que está sendo feita pela sociedade brasileira, na qualificação dessa Educação Ambiental. (Sorrentino, informação verbal).

As negociações políticas sempre estiveram muito presentes na formação das Redes de Educação Ambiental e nas articulações para a realização dos Fóruns. Após a realização das entrevistas, percebemos que todos os Fóruns realizados tiveram um grande apoio do Poder Público nas Esferas Municipais, Estaduais e Federais.

Desde o momento da criação da REBEA até os dias de hoje, existem diferentes entendimentos quando o assunto é a sua estrutura organizacional. Existem posições favoráveis e não favoráveis à existência de documentos reguladores, tais como: estatutos, regimentos, secretarias, cargos, e uma série de questões que aproximam ou não a REBEA da sua institucionalização: *não sou contra a institucionalização, eu acho que a REBEA precisa de foco e de estrutura para poder funcionar. Todos querem Rede tanto por sua capacidade de empoderar os atores envolvidos, quanto pela simpatia que as redes causam hoje. Uma entidade dificilmente nega um convite para participar de uma rede, exceto quando a rede tem claras tendências políticas que entram em conflito com os seus possíveis membros. Entretanto, a adesão a esta ou aquela rede não representa participação. Para que a participação exista de fato é preciso que a rede ofereça benefícios claros. Você só investe de fato em uma rede se no teu dia-a-dia o seu investimento fizer diferença, se a Rede não te dá respostas, você foca ali a cada dois, três ou quatro anos quando aquela Rede fizer um encontro e então você vai, mas você não vive a dinâmica da Rede.* (Macedo, informação verbal). Existe uma série de entendimentos quanto a esta questão apresentada por Cláudia Macedo, que por vezes alimentam conflitos. A entrevistada ressalta que no período em que esteve à frente da Facilitação Nacional, de 92 a 97, o tema chave foi o debate quanto à horizontalidade e a representação pública: *existia um temor o tempo inteiro de que a Rede se tornasse uma instância hierarquizada, cujos facilitadores se apresentassem como representantes dos afiliados a Rede. Eu penso que apenas a participação poderá impedir a apropriação desse espaço.* (Macedo, informação verbal).

De modo geral, percebemos nas entrevistas que os educadores entendem que as Redes sejam processos que visualizam uma “nova” forma de organização social, e que não existe por si só. As Redes se organizam em função de um tema que seja

comum a um grupo de indivíduos, que atraia estes, e que ao mesmo tempo junto com a participação destes acabam por gerar uma identidade a essa Rede, que deve sempre estar sendo alimentada e revisada: *A rede é dinâmica, portanto, é natural que seja preciso rever permanentemente seu desenho, seu funcionamento. Mas sem perder de vista o principal, nosso projeto compartilhado, uma Educação Ambiental pela construção de sociedades sustentáveis. Não adianta dar atenção demais à forma e função da rede, se não estivermos voltados à sua essência.* (Mousinho, informação verbal).

O surgimento das Redes Locais e Temáticas em Educação Ambiental, questão muito influenciada pela articulação da REBEA com os Fóruns, fez com que a Rede Brasileira fosse adquirindo uma dupla característica, constituindo-se atualmente numa Rede que permite a articulação de sujeitos dentro do seu contexto, e do contexto de outras Redes. A REBEA caracteriza-se hoje por ser uma Rede de Redes: *a gente entende que estes Fóruns (IV, V, e agora o VI Fórum) são iniciativas da REBEA e hoje a REBEA é uma Rede de Redes.* (Tristão, informação verbal).

Em geral as Redes possuem como tema de discussão e atuação os Saberes e Fazeres do Horizonte da Educação Ambiental, entretanto existem momentos, em que ganha maior evidência as discussões mais estruturais, como por exemplo, os seus mecanismos de comunicação. Quanto a essa questão, a maioria dos entrevistados alertaram para a importância dos Educadores articulados nas Redes, não perderem de vista as discussões da Educação Ambiental: *Essas organizações não se dão no vazio, necessariamente elas têm um mote que a conduz. A Educação Ambiental é um mote que conduz, conduziu por muito tempo as Redes, o diferencial das Redes foi trazido pela Educação Ambiental, não foi o mecanismo de comunicação que trouxe o diferencial, eu acho que é essa perspectiva que está se perdendo, a REBEA quando foi criada tinha muita clareza da perspectiva e do foco da Educação Ambiental ser o grande mote da Rede, a Rede se constitui em função de um foco, senão não tem sentido ... se eu me perco na discussão de me organizar em Rede por me organizar em Rede aí acontece isso, a identidade vai por água abaixo, o que traz identidade a uma Rede é o que a mobilizou a existir, o seu conteúdo,... são as pessoas que trazem vida para ela e não a organização pela organização.* (Guarnieri, informação verbal).

Os entrevistados, de maneira geral, chegaram ao entendimento de que a Educação Ambiental que se realiza no Brasil apresenta uma ampliação e um fortalecimento quanto aos seus Saberes e Fazeres, promovendo assim o seu

“amadurecimento”: *as dificuldades de organização dos educadores hoje não são comparáveis com o que vivemos no início da formatação da REBEA e dos Fóruns. Hoje, o acúmulo de discussão e conhecimento é muito maior. No início da década de 90 ainda eram poucos os trabalhos acadêmicos sobre o tema, não existiam instâncias coletivas acadêmicas, ou não. As agências financiadoras não aportavam um tostão para a Educação Ambiental.* (Macedo, informação verbal).

O V Fórum foi muito comentado nas entrevistas em função da grande dimensão que ele alcançou, no qual pode-se constatar uma grande diversidade de experiências em Educação Ambiental, nas quais as Redes tiveram um grande destaque pela sua capacidade de articulação e mobilização que resultou no maior encontro em Educação Ambiental que o Brasil já realizou: *a Rede Brasileira de Educação Ambiental esteve muito mais presente nesse fórum de Goiânia de 2004, porque até então quem puxava era universidade e governo. A Rede Brasileira de Educação Ambiental foi desenhada inclusive junto ao período dos Fóruns, a Rede nasce desse processo dos Fóruns. Então ela vai se aprimorando na instância dos Fóruns, eu vejo que Goiânia ficou muito mais o espelho da multiplicidade, da complexidade da Educação Ambiental.* (Tamaio, informação verbal).

Atualmente, a intenção da Secretaria Executiva da REBEA é a de apresentar a Educação Ambiental em Rede para o maior número de sujeitos possível, procurando oportunizar esse conhecimento, para que, ao se reconhecerem neste movimento, possam se juntar aos coletivos de Educadores Ambientais que já se articulam através das Redes. Patrícia Mousinho entende as Redes de Educação Ambiental numa perspectiva de espaço de convivência e aprendizado, dos quais podem se desdobrar outros processos: *o nosso trabalho é em Educação Ambiental e os espaços de articulação acabam também sendo esses espaços de convenção, porque a formação de pessoas não acontece somente em espaços formais e por projetos específicos, o contato entre as pessoas da Rede, o debate, as discussões e as trocas que acontecem nesse ambiente das Redes são um trabalho de formação, desse espaço de Redes podem se desdobrar outros processos mais formais ou informais.* (Mousinho, informação verbal). No contexto desses “processos” mencionados no relato acima, desenvolve-se hoje uma série de projetos. Entre aqueles que estão sendo articulados pela REBEA, foi mencionado o projeto do Canal de Educação Ambiental pela Internet - EA.Net, que foi lançado em Abril de 2006, durante o V Congresso Ibero de Educação Ambiental, realizado em Joinville/SC. Este canal pretende se tornar um

espaço de democratização das produções audiovisuais sobre Educação Ambiental, buscando com essas produções contribuir para a reflexão e mobilização da sociedade. Um outro lembrado é o processo de divulgação e formação de cultura de Redes, que esta acontecendo nos Encontros em Educação Ambiental, nos quais, geralmente algum integrante da REBEA se faz presente para desenvolver atividades buscando dar visibilidade a Cultura de Redes. Existe também uma série de outros projetos que são desenvolvidos por indivíduos que estão na REBEA, mas que não se caracterizam como projetos da REBEA, como é o caso do projeto da Recicloteca, que é desenvolvida na ONG Ecomarapendi. Atualmente, a Secretaria Executiva da REBEA esta sob os cuidados de Patrícia Mousinho, que assumiu esta função após ter sido indicada e aprovada pela plenária final do V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental (2004).

Como podemos perceber, são muitos os processos que aproximam as Redes dos Fóruns de Educação Ambiental. Esperamos que esse Capítulo tenha contribuído para ampliar visibilidade à alguns desses processos, que entendemos ser complementares a muitos dos Eventos que foram apresentados no primeiro Capítulo. Para o próximo Capítulo, serão propostas algumas considerações quanto a esta interdependente trama entre os Fóruns, as Redes, demais Eventos em Educação Ambiental, e algumas das suas articulações com a constituição do Horizonte da Educação Ambiental.

3.6 COMPILANDO E EVIDENCIANDO A TRAJETÓRIA DOS FÓRUNS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Os Fóruns de Educação Ambiental surgiram através de uma parceria da USP com diferentes movimentos da sociedade e do poder público. Nas três primeiras edições do Fórum preponderou uma maior formalidade, característica do ambiente acadêmico no qual foram realizados. Os primeiros dois encontros tiveram uma grande participação de pessoas relacionadas ao ensino formal, já o terceiro contou com outras dimensões da Educação Ambiental, que foram consideravelmente ampliadas no IV e V Fórum. A ampliação da presença de diferentes perspectivas da Educação Ambiental é percebida através do ganho de visibilidade e valorização dos aspectos artísticos, da economia solidária, das comunidades alternativas, e de uma série de outros aspectos que estão relacionados às práticas que contribuem para o repensar da nossa própria existência.

O que se percebe ao longo dos Fóruns é uma redução da sua formalidade a cada Encontro, pois de uma programação mais voltada para as questões formais do ensino, vão somando-se as questões do ensino não formal, o que se reflete num planejamento mais diversificado a cada novo Encontro. A cada edição dos Fóruns percebemos uma ampliação da disponibilidade de atividades, acolhendo assim a diversidade de perspectivas educacionais que caracterizam os Educadores Ambientais.

O I Fórum foi estruturado em torno de uma discussão que era sobre as políticas de inclusão da dimensão da Educação Ambiental no Ensino Formal, o que induziu a uma discussão bastante acadêmica. No II Fórum, também havia uma discussão acadêmica, porém a programação já oferecia atividades culturais (artística), que ganharam mais espaço no III Fórum, ampliando-se consideravelmente no IV Fórum, sendo que no V Fórum o cultural e o informal receberam grande destaque.

Consideramos que os Fóruns propiciaram espaços variados na sua programação, situação que foi sendo ampliada com o avançar desses Encontros, viabilizando assim a coexistência de debates no âmbito formal e informal. Essa diversidade de espaços facilitou que houvesse desde uma discussão quanto à implementação da dimensão da Educação Ambiental nas políticas públicas e no ensino formal, variando até discussões com relação a esta dimensão relacionada aos meios alternativos de alimentação, de vestimenta, junto as questão da economia solidária, enfim, há uma série de questões que foram ganhando visibilidade na medida que os espaços foram ampliados e diversificados.

Participando dos Encontros em Educação Ambiental, percebemos que as possibilidades de aprendizagem se apresentam em variadas oportunidades de convívio com diferentes sujeitos, que trazem consigo diversificados Saberes e Fazeres do Horizonte da Educação Ambiental. Consideramos que essa diversidade esteve muito presente no V Fórum, percebida (diversidade) por nós como sendo a maior de todos os Fóruns, no qual se apresentavam possibilidades de aprendizado das mais diversas, dentro e fora da programação oficial do Encontro. Uma transformação significativa pode ser percebida entre o I Fórum, estruturado dentro de um modelo bastante acadêmico, até o V Fórum, que foi organizado prevendo variados espaços para os diferentes sujeitos que discutem a Educação Ambiental.

Os três primeiros Fóruns não contaram com nenhum tipo de financiamento, tendo sido estruturados a partir das parcerias que se estabeleceram entre as instituições que o constituíam. O apoio para infra-estrutura, material e logística foi favorecido com a participação e envolvimento do Poder Público. A USP viabilizou nas suas dependências, espaço para a realização do I Fórum, a Prefeitura de São Paulo viabilizou espaço no Anhembi para a realização do II Fórum, com o apoio da PUC/SP pode-se realizar nas suas dependências o III Fórum, o IV e V Fórum tiveram a sua realização em centros de eventos, sendo respectivamente o Centro de Eventos do SENAC (Guarapari/ES) e o Centro de Eventos da cidade de Goiânia/GO. Estes dois últimos locais foram viabilizados com recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente e com o apoio dos Governos Municipais e Estaduais, destas localidades.

Com a exceção da publicação dos *Cadernos do III Fórum* que receberam apoio do Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA, a impressão dos anais e dos materiais para os três primeiros encontros receberam o apoio do Estado e do Município de São Paulo. A produção de materiais do IV e V Fórum tiveram o apoio do Fundo Nacional de Meio Ambiente. Essa parceria com o Poder Público esteve muito presente em todas as edições dos Fóruns de Educação Ambiental, questão que está muito relacionada ao fato de ter presente nas esferas do Poder Público, pessoas que compartilhavam dos propósitos da Educação Ambiental, e que tinham estruturas e recursos públicos que muito contribuíram para a ampliação deste espaço de fortalecimento da Educação Ambiental Brasileira. Essas parcerias foram fortalecidas com a aproximação de sujeitos que vinham de um movimento da sociedade pela Educação Ambiental, com o Poder Público Federal. Muitas das pessoas que tiveram esta aproximação estão a mais de uma década atuando na formação de organizações e de jornadas para se discutir e implementar a Educação Ambiental no Brasil, muitas delas lutaram por articular a REBEA e os Fóruns. O contexto que é criado a partir da presença destes Educadores junto ao Poder Público Federal é bastante interessante para a estruturação dos Fóruns, e de uma série de outros Eventos que são demandados pelos Educadores Ambientais.

Os espaços criados com os Fóruns foram importantes para viabilizar o encontro de um grande número de pessoas, sendo que muitas delas fizeram novas parcerias a partir destes Encontros. As três primeiras edições dos Fóruns ocorreram numa área central da cidade de São Paulo/SP, questão que gerou certo transtorno

para o acesso dos participantes. O IV Fórum ocorreu numa cidade bem menor, em Guarapari/ES, e o V Fórum ocorreu na capital Goiânia/GO.

Para o IV Fórum foi possibilitado aos participantes que se hospedassem ao lado do Centro de Eventos, no qual as atividades aconteciam, para o V Fórum, o mesmo não foi possível, porém em Goiânia/GO, uma cidade bem estruturada, foi disponibilizado o Centro de Eventos local, possibilitando assim a concentração dos participantes e das atividades. O IV e o V Fórum ocorreram em cidades menores e bem estruturadas, com centros de eventos que comportaram bem o enorme público que se reuniu em torno destes Encontros. Independente do IV e o do V Fórum terem acessado recursos do Fundo Nacional de Meio Ambiente, também contaram com o apoio estrutural e de logística, respectivamente do Estado do Espírito Santo e do Estado de Goiás, assim como das correspondentes prefeituras municipais de Vitória e Guarapari, no ES, e de Goiânia-GO.

Para o VI Fórum que irá acontecer no Rio de Janeiro-RJ, em 2007, foi retomada uma discussão em torno da necessidade de se ter um amplo espaço que possa abrigar um público estimado em torno de quatro mil pessoas. Por enquanto o lugar mais cogitado para a ocorrência deste encontro é a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

Uma dinâmica que se instituiu deste o I Fórum, foi à realização de uma Assembléia Geral de Encerramento do Encontro. Na primeira Assembléia foi definido que os Fóruns de Educação Ambiental ocorreriam a cada dois anos, tendo sempre uma nova temática para ser discutida. Visto a complexidade envolvida na organização destes Encontros, o intervalo de dois anos só foi respeitado entre o II e o III Fórum. O I Fórum aconteceu em 1989, o II em 1992, o III em 1994, o IV em 1997 e o V em 2004.

O I Fórum nasceu regional e teve uma participação de Educadores do Estado de São Paulo, participação que foi ampliada já na sua segunda edição, com Educadores de diferentes lugares da região Sudeste, sendo que no III Fórum, já se percebia a presença de sujeitos de diferentes lugares do Brasil, revelando assim a sua vocação em ser um Encontro Nacional. A partir da terceira edição, com a indicação da nacionalização dos Fóruns e com a sua coordenação sob a responsabilidade da REBEA, incluiu-se nessa dinâmica a escolha do local sede do evento seguinte, e dos grupos que estariam articulando a sua construção. A partir do IV Fórum se instituiu

também neste momento de Assembléia, a escolha de quem assumiria a gestão da Secretaria Executiva da REBEA.

Os registros oficiais dos quatro primeiros encontros estão resumidos aos anais e duas publicações, uma que traz textos de algumas das atividades que aconteceram no III Fórum, acompanhada de um disquete contendo os anais do II e do III Fórum (Cadernos do III Fórum de Educação Ambiental). A outra, em formato bastante semelhante, com conteúdo referente ao IV Fórum, acompanhada de um disquete contendo os anais do IV Fórum (Cadernos do IV Fórum de Educação Ambiental).

Os três primeiros Fóruns não chegaram a contar com a estruturação de um projeto, o que existia foram algumas anotações da época, material este que se perdeu. O uso das tecnologias da Computação, no Brasil, foram ampliadas na metade da década de 90, portanto para os primeiros três Fóruns, os registros foram feitos em máquina de escrever e a mão, sendo que boa parte deles encontram-se dispersos.

A parceria que se estabeleceu com o Fundo Nacional de Meio Ambiente – FNMA no IV Fórum, favoreceu uma qualificação com relação a organização do Evento, questão que foi ampliada para o V Fórum com a parceria estabelecida com o Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental – OG/PNEA. Esta parceria promoveu a afinação do diálogo com a Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente – DEA/MMA - e com a Coordenadoria Geral de Educação Ambiental do Ministério da Educação – CGEA/MEC. Estas parcerias com o Poder Público Federal criaram uma situação bastante favorável à realização das duas últimas edições dos Fóruns, consideradas as melhores em termo de estrutura disponível, bem como as que tiveram a maior dimensão de participantes entre todos os Fóruns.

Outra questão qualificada com a melhor estruturação dos Fóruns foi à área de comunicação. O IV e V Fóruns contaram com um bom sistema de divulgação do Encontro, bem como foi adotada a prática de registrar as suas atividades. O V Fórum inclusive contou com uma equipe de comunicação que fez um amplo registro do que aconteceu durante o encontro, sendo que muito deste material encontra-se disponível no site da REBEA.

No IV Fórum surge um diferencial com relação às edições anteriores, que foi a realização dos Pré-Fóruns, encontros bastante significativos no processo de nacionalização da discussão em Educação Ambiental. Esses encontros, que antecederam o IV Fórum, ocorreram nas cinco Regiões Brasileiras, contribuindo

assim para o posterior estabelecimento de Encontros Regionais em Educação Ambiental nestas Regiões. Essa dinâmica exigiu da Coordenação do Fórum uma atenção muito grande visto a complexidade do processo, que contou com coordenações regionais que descentralizavam medidas para que a discussão dos pré-Fóruns contribuíssem para a discussão que seria desenvolvida no IV Fórum.

Participar dos Fóruns, desse rico espaço de convivência, ainda não se tornou de fácil acesso a todos os interessados. Vivemos num país de grandes extensões territoriais, onde o custo de deslocamento, de alimentação e hospedagem, muitas vezes supera as reais possibilidades econômicas de muitos dos interessados em participar. Embora existam hoje na internet, meios de saber o que está acontecendo em Educação Ambiental no Território Brasileiro, nada substitui os encontros presenciais e as possibilidades que neles emergem.

O Território Brasileiro é bastante amplo, assim como são amplas as perspectivas de Educação Ambiental que são praticadas no país. Chegamos a essa constatação a partir da visibilidade que os Fóruns deram a Educação Ambiental Brasileira, nos quais muitas das atividades que vinham acontecendo nesse Horizonte ficaram sendo conhecidas. Muito desse processo foi facilitado pelas ações da REBEA, que atuou no sentido de garantir a consolidação do IV Fórum como um espaço de discussão nacional sobre a Educação Ambiental. Além de contribuir para a nacionalização dos Fóruns de Educação Ambiental, a REBEA também auxiliou para o surgimento e articulação das Redes Regionais e Temáticas de Educação Ambiental. Existem atualmente 46 Redes Temáticas e Regionais, que reúnem um número muito grande de Educadores de diferentes lugares do país.

Esteve bastante presente no IV e V Fórum, a temática da organização dos educadores ambientais em Rede, questão que se estabeleceu em função do processo de ampliação e diversificação das Redes de Educação Ambiental no Brasil. Entendemos que o processo de crescimento das Redes pode significar uma contribuição importante para a ampliação da visão do Horizonte da Educação Ambiental no Território Brasileiro.

As Redes atualmente abrangem diferentes lugares e Educadores do Território Brasileiro, em muitas delas já foram iniciados processos de “mapeamento” das atividades em Educação Ambiental no seu Território ou na sua Temática, fornecendo assim elementos para se conhecer os diferentes grupos e movimentos que constituem e que são constituídos pela Educação Ambiental.

As trajetórias das Redes de Educação Ambiental iniciaram-se com a formação da REBEA, que foi influenciada pelos encontros de Educação Ambiental, que ocorreram no final da década de 80 e início da de 90. Desses encontros, se destaca a Jornada de Educação Ambiental, que ocorreu paralelo a Rio 92, e os Fóruns de Educação Ambiental. Em 2000, a REBEA consistia-se numa lista de discussão, hospedada pelo servidor da USP, da qual participavam aproximadamente 40 pessoas, sendo que, em 2003, foi criada a lista aberta de discussão da REBEA que hoje reúne centenas de educadores de todo o Brasil.

Consideramos que os processos de articulação nas Redes e entre as Redes de Educação Ambiental sejam da maior importância, principalmente para o fortalecimento e para a capilaridade dos Saberes e dos Fazeres em Educação Ambiental no Território Brasileiro. Reforça esta constatação, por exemplo, o fato do VI Fórum de Educação Ambiental estar sendo construído com a participação de pessoas que estão em diferentes Redes de Educação Ambiental do Brasil.

Ao longo dos Fóruns, percebemos uma crescente presença de diferentes perspectivas conceituais em Educação Ambiental, que entendemos serem ampliadas com a possibilidade que os Fóruns geraram ao criar um espaço para dar visibilidade e aproximação entre estas diferentes perspectivas, o que também permitiu o debate e o tencionamento entre essas diferentes perspectivas. Nesse panorama, nem sempre o debate é solidário, sendo que em muitos momentos não identificamos a busca por uma mediação dos conflitos, mas sim a afirmação de uma perspectiva em relação à outra, situação que entendemos agravar-se muito quando percebemos, em alguns casos, existir contradições entre aquilo que é dito e aquilo que é feito pelas partes que estão debatendo.

Entendemos que os processos de constituição do Horizonte da Educação Ambiental sejam dinâmicos e instáveis, nos quais presenciamos alguns tencionamentos e contradições, porém, também presenciamos suavidades e coerências, nos quais todos fazem parte de um processo que se articula em posicionamentos favoráveis e não favoráveis aos diversificados Saberes e Fazeres da Educação Ambiental. Ampliaremos e aprofundaremos algumas das questões apresentadas aqui, na segunda parte destas considerações, nas quais empreendemos um esforço em ampliar ainda mais a visibilidade que se tem a respeito dos Fóruns de Educação Ambiental e a sua articulação na constituição do Horizonte da Educação Ambiental Brasileira.

4 CONSIDERAÇÕES QUANTO A TRAJETÓRIA DOS FÓRUNS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: LIMITES E POSSIBILIDADES NO HORIZONTE DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL BRASILEIRA

A partir deste estudo, podemos construir o entendimento de que os Fóruns contribuíram muito para o encontro presencial de diferentes Educadores Ambientais, pessoas com origem nas mais variadas localidades do Território Brasileiro. Além de advirem de diferentes lugares, estes educadores traziam consigo experiências variadas em Educação Ambiental, e que ganharam visibilidade ao serem manifestadas nesses Encontros. Os Fóruns tornaram-se assim espaços de uma grande multiplicidade de Saberes e Fazeres em Educação Ambiental que, ao ganharem visibilidade, nos permitiram visualizar um Horizonte Polifônico e Polissêmico da Educação Ambiental, no qual percebemos ser um rico contexto para se estabelecer significativas relações de ensino/aprendizagem. Atribuímos grande importância a esses espaços, pois participando de uma série de encontros regionais e nacionais, percebemos neles o seu caráter educativo. Esses espaços de ensino/aprendizagem atualmente se fazem presentes não somente no momento do acontecimento do Encontro, que evoluíram de tal maneira que conseguem, hoje, garantir a participação de pessoas de diferentes lugares na própria organização e construção dos Fóruns, um espaço que consideramos significativo para as experiências de ensino/aprendizagem. A participação dos sujeitos na construção dos Fóruns, atualmente se efetiva por meio das Redes de Educação Ambiental.

Para além do contexto formativo (aprendizagem), consideramos que esses Fóruns sejam importantes para a formação de coletivos, que podem continuar articulados mesmo depois de passado o encontro presencial. O que aproxima as pessoas não é necessariamente a unicidade de pensamento, mas o sentimento que partilham na busca de construção de uma sociedade ambientalmente e socialmente justa. São pessoas de diferentes lugares que juntas passam a fazer esta caminhada no Horizonte da Educação Ambiental. Nesse meio, nos sentimos acolhidos. Historicamente, os Fóruns contribuíram para a formação das Redes de Educação Ambiental, sendo que as Redes, em contrapartida, desempenham papel fundamental no fortalecimento dos Fóruns. Elas estimulam uma série de processos que resultam

em ações que reforçam a participação cidadã no contexto das práticas em Educação Ambiental.

Uma importante contribuição que percebemos emergir das Redes são as suas contribuições para a realização de “diagnósticos” nos quais contribuem para apresentar um panorama da Educação Ambiental. No V Fórum, por exemplo, foram apresentados os diagnósticos das Redes financiadas pelo Fundo Nacional de Meio Ambiente. As redes também desempenham o papel de minimizar a barreira das distâncias geográficas. Nos espaços de interação que propiciam, as nossas inquietações podem ser lançadas, ecoando em outros espaços, redundando no recebimento de contribuições e, da mesma maneira, podemos contribuir com pessoas que estejam próximas ou distantes, questão facilitada pelo uso da internet.

O debate que se coloca atualmente no âmbito da REBEA diz respeito ao cuidado necessário para que não seja confundida com uma Rede que escolheu a Educação Ambiental como temática. Esta questão se faz importante para se reafirmar a sua origem e identidade, pois ela se constitui enquanto um coletivo de Educadores Ambientais que compartilham um projeto de Educação Ambiental, que está focado na construção de Sociedades Sustentáveis. Esse projeto está alicerçado no Tratado de Educação Ambiental, presente na filosofia da REBEA desde o seu início, momento em que este grupo de educadores escolheu a Rede como forma de organização social. A REBEA vem atuando a quase quinze anos na disseminação da cultura de Redes e no fortalecimento da Educação Ambiental brasileira, questões que passam pelo reconhecimento da existência de uma coletividade de educadores ambientais que compartilham ideais e afetividades. A questão da afetividade apareceu de forma recorrente nas entrevistas, sendo considerada fundamental para a manutenção das relações e para o desenvolvimento da Educação Ambiental em Rede. Boas relações pessoais e profissionais fortalecem o coletivo, pois é da vontade de estarem juntas virtual e presencialmente que surgem as conexões que sustentam e fortalecem as Redes.

Na REASul, estamos tentando organizar um material para divulgar a cultura de Redes junto aos elos que a constituem. O que percebemos é uma visão e ação reduzida perto do que as Redes de Educação Ambiental podem efetivamente ser. Quase não existe mobilização no sentido de pensar possibilidades e limites para a organização em Rede, nem o de debater de que maneira a Rede pode contribuir para o fortalecimento da Educação Ambiental. Esta questão está relacionada à dificuldade

em se mobilizar as pessoas em torno de um objetivo específico, pois existe um fluxo de interesses individuais e coletivos que são dinâmicos e múltiplos, influenciados de acordo com o momento e contexto no qual as pessoas estão inseridas. Percebemos um movimento de fluxo e de refluxo nas Redes, o que caracteriza uma dinâmica na qual existem momentos de muita e pouca discussão. O padrão organizacional das sociedades sempre se deu em redes de relações, pois nenhuma sociedade sobrevive sem estabelecer relações de troca com o lugar e com as outras pessoas. Hoje, este padrão é estudado e emerge como uma possibilidade de organização de coletivos que compartilham objetivos em comum.

Um movimento que observamos nessa pesquisa foi o da migração de muitas pessoas que estavam nas Redes de Educação Ambiental para ocupar espaços na administração pública Federal. Entendemos que essa situação possa ser de extrema valia, pois assim poderíamos ampliar as possibilidades de fortalecer a Educação Ambiental no contexto Nacional por meio do encaminhamento e da gestão das políticas públicas. Com relação a esse movimento, podemos perceber na fala de muitos educadores, que existe muito presente um entendimento de que com a atual gestão pública da Educação Ambiental no Brasil, surge uma possibilidade maior para se concretizar idéias, projetos e estabelecer as condições necessárias para que os mesmos sejam desenvolvidos, justamente em função do apoio de gestores públicos que possuem trajetórias pessoais vinculadas aos movimentos de base da Educação Ambiental Brasileira. Evidenciamos aqui uma das características do movimento da Educação Ambiental no Brasil, ou seja, a sua inserção na discussão das políticas públicas, questão que se reflete na história da REBEA e dos Fóruns.

Percebemos na idealização e desenvolvimento desses Fóruns, a participação de pessoas (Civis e do Estado) próximas e comprometidas com os movimentos da sociedade civil, e que desenvolvem uma atuação em busca de direitos às condições de vida digna, trabalhando para que as pessoas possam exercer a sua cidadania, questão esta bastante presente no Horizonte da Educação Ambiental, principalmente alimentada pelo Diálogo Crítico quanto às questões socioambientais. Chegamos ao entendimento de que esta perspectiva crítica esteve bastante presente nos Fóruns, fato que percebemos enquanto um movimento político/cidadão (tanto dos organizadores quanto dos participantes) mostrando uma forte tendência à ação coletiva. Reforçamos essa perspectiva mais crítica que encontra uma referência importante no movimento da Educação Popular, no qual Paulo Freire é uma grande

referência. Assim como em Freire, pensamos numa Educação que intervenha no devir da sociedade:

Quando falo em educação como intervenção me refiro tanto à que aspira a mudanças radicais na sociedade, no campo da economia, das relações humanas, da propriedade, do direito ao trabalho, à terra, à educação, à saúde, contra à que, pelo contrario, reacionariamente pretende imobilizar a história e manter a ordem injusta. (FREIRE, 1996, p. 122/123).

Nessa pesquisa, surgiram novos posicionamentos, novas possibilidades de vir a ser, nas quais nos percebemos, não apenas sendo influenciados, mas também influenciando os discursos que permeiam e sustentam o Horizonte da Educação Ambiental.

É o saber da história como possibilidade e não como determinação. O mundo não é. O mundo esta sendo. Como subjetividade curiosa, inteligente, interferidora na objetividade com que dialeticamente me relaciono, meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da historia, mas seu sujeito igualmente. No mundo da história, da cultura, da política, constato não para me adaptar, mas para mudar. (Ibid., p. 85)

Paulo Freire traz nessa idéia muito do sentimento que vem sendo alimentado ao longo dos nossos estudos, tornando-se uma grande referência para o trabalho. Pensamos que este olhar crítico com relação aos acontecimentos da vida seja necessário para que possamos pensar a nossa própria existência e intervenção no mundo, como diz Paulo Freire: *Não sou apenas objeto de história, mas seu sujeito igualmente.* (Ibid., p. 77) Com o desenvolvimento dos estudos, percebemos que esta perspectiva crítica que interpretamos em Freire possa ser aproximada e entendida como complementar à perspectiva hermenêutica que encontramos em Gadamer. Outra questão que se apresenta como igualmente complementar a perspectiva crítica, é o respeito ao Outro, a outridade das coisas que compõem esse planeta que chamamos Terra. Para esse entendimento, consideramos importantes as contribuições do pensador brasileiro Mauro Grün:

Não tem sentido buscar uma relação mais harmoniosa com a natureza se nós não possuímos a mínima boa vontade para compreendê-la como Outro. Se, ao invés disso, nós nos esforçamos sempre para impor um significado, predição ou controle sobre a natureza, nós estaremos entrando em um tipo de conquista e não em um diálogo. A aceitação da outridade da natureza envolve necessariamente um desejo sincero de compreendê-la. (2003, p. 8)

Pensamos que esse seja um grande desafio, pois nos questionamos como será possível se estabelecer uma relação que não esteja alicerçada na visão dualista, aquela que separa e se coloca enquanto Ser dominador das Coisas do Mundo. Para agravar essa situação, percebemos o aceleração do ritmo da produção e do consumo de bens materiais, sendo que existe uma rápida substituição daquilo que é consumido hoje por um novo modelo amanhã, questão que parece se refletir também nas relações humanas, nas quais o sujeito tem que constantemente inovar, ou participar dos modismos para não ter a sua visibilidade diminuída, pois, perdendo visibilidade, logo se reúne ao grupo dos esquecidos.

Nessa pesquisa, realizamos muitos movimentos de ir e vir, de repensar e refazer. Os conceitos tomados como referência no início deste trabalho ampliaram-se em função das possibilidades compreensivas que se estabelecem nas nossas reflexões.

[...] na busca de compreender um texto, não podemos simplesmente lhe impor convicções, opiniões ou perguntas motivadas por experiências estranhas a ele. O texto, por assim dizer, nos fala, provocando perguntas. Simultaneamente, vale dizer que o acesso ao sentido de um texto é determinado, em parte, por uma certa pré-compreensão, isto é, por pré-conceitos nossos, que condicionam a possibilidade de qualquer condicionamento adequado, devido a colocação do horizonte da compreensão junto aos pré-conceitos iniciais. (FLICKINGER, 1994, p. 205)

Consideramos que essa dinâmica compreensiva esteja refletida nesse texto que construímos, no qual buscamos apreender e refletir aquilo que foi dito pelos entrevistados, ao mesmo tempo em que manifestamos nossos entendimentos.

Percebemos uma série de Saberes e Fazeres referenciando e sendo referenciados por diferentes entendimentos de Educação Ambiental, nos quais os entrevistados, em geral, “classificaram” em duas tendências maiores, uma crítica e outra conservadora. Dentro delas, existiriam diferenças menores, que poderiam

caracterizar outras tendências. Essas diferentes tendências da Educação Ambiental estiveram presentes em todos os Fóruns, situação que consideramos extremamente significativa para que haja, a partir do seu ganho de visibilidade e abertura ao questionamento, uma situação de aproximação e diálogo entre estas tendências, podendo assim haver a ampliação do Horizonte da Educação Ambiental. Esta ampliação significa, na constituição e transformação dos Saberes e Fazeres que se articulam nesse Horizonte, dinâmica que acompanha a Sociedade e o Meio no qual vivemos, caracterizados pelos seus históricos processos de transformações, nos quais os sujeitos, ao mudarem o seu olhar, mudam também a maneira como significam os Saberes e Fazeres deste Horizonte. De acordo com a maneira que esses Saberes e Fazeres são significados pelos Educadores, pode haver uma maior ou menor correspondência por parte das pessoas que estiverem envolvidas com os mesmos (Educadores). Portanto, entendemos que seja extremamente importante haver uma abertura ao diálogo, no qual esse Horizonte possa ser apresentado e questionado pelos Educadores que se situam nas diferentes perspectivas da Educação Ambiental. A reflexão sobre o tema nos permitiu perceber que as diferentes perspectivas da Educação Ambiental se constituem baseadas em diferentes referenciais do pensamento humano. Entendemos que seja através de uma abertura para a aproximação entre os diferentes Saberes e Fazeres da Humanidade, e através do diálogo entre estes, que poderemos vir a contribuir para um “trocar de lentes”, estas que utilizamos para ver o mundo. É desse “trocar de lentes” que acreditamos surgir críticas importantes ao modo fragmentado de leitura das “coisas” do mundo e da sua mercantilização, processo que transforma qualquer “coisa” em mercadoria.

Contextualizamos alguns Saberes e Fazeres que entendemos influenciar na constituição de um Horizonte para a Educação Ambiental, no qual se problematizou o “atual modelo” ocidentalizado de Mundo, que contribui para ampliar o fosso que separam as pessoas (individualismo) e estas do meio onde vivem (sentido de não pertencimento no Mundo). Alertamos para a necessidade de questionar qualquer “Modelo” de desenvolvimento que alimente, ou seja alimentado pela exclusão, pela miséria, pela fome, e pelas guerras.

Com esta pesquisa, percebemos que existe um movimento de pessoas muito interessante sendo articulado, principalmente ao longo das últimas três décadas, em diferentes regiões do Planeta, estabelecendo convergências importantes no que diz respeito à crítica e a proposição de novas maneiras de se repensar as relações

socioambientais. Entre esses movimentos, destacamos os Fóruns de Educação Ambiental, espaço no qual foram geradas discussões que propiciaram contribuições para o pensamento humano como um todo, questão característica da Educação Ambiental, quando a percebemos como uma construção e uma ação baseada em diferentes conhecimentos e interpretações dos Saberes e Fazeres da Humanidade.

Nos Fóruns de Educação Ambiental, aconteceram encontros orientados por discussões previstas na programação e outros não planejados, que se constituem nas habituais conversas paralelas. Nem sempre se efetivam em locais paralelos, o que as vezes atrapalha quem esta tentando sintonizar na conversa da programação. Em alguns casos, essas conversas estabelecem verdadeiros encontros, sendo que a dinâmica e a pauta muitas vezes fogem completamente da temática do evento. Com relação a esses encontros paralelos, é consenso que eles costumam ser muito produtivos, seja pela divulgação, conhecimento e articulação de projetos, ou pela ocorrência do inusitado. Os Fóruns historicamente propiciaram muitas oportunidades de trocas, não só a dos palestrantes com os participantes, mas entre os participantes. O primeiro sentimento que nos vem à tona quando participamos desses encontros é a felicidade de conhecer e rever pessoas que também estão atuantes pela sustentabilidade socioambiental.

Todos os Fóruns de Educação Ambiental envolveram a perspectiva acadêmica, principalmente os primeiros, com espaços dedicados para a apresentação de trabalhos, conferências e das atividades dos grupos de trabalho. Porém, esta metodologia de trabalho nunca inviabilizou o encontro das pessoas para a discussão de outras coisas, que muitas vezes não estavam contempladas na programação oficial.

Atualmente, o VI Fórum está sendo concebido de maneira que o encontro entre as pessoas não fique sendo visto como uma consequência da ocasião (Fórum), mas que este encontro fique entendido como o propósito da ocasião, ou seja, o encontro das pessoas se torna o objetivo principal desse Fórum, com os temas acadêmicos passando a se constituir em consequência do Encontro.

Evidenciamos aqui o debate sobre a Educação Ambiental enquanto um Horizonte que envolve disputas e contradições, questão que aparece com recorrência, na fala dos educadores que estão a mais tempo nesse movimento. Este tema emerge no contexto das reflexões sobre as diferentes vertentes políticas e ideológicas que orientam os posicionamentos e até desentendimentos entre os educadores que atuam

nesse Horizonte. Para uma próxima pesquisa, que já está sendo iniciada, pretendemos estudar e evidenciar algumas das diferentes perspectivas que se nomeiam de Educação Ambiental.

De modo geral, os entrevistados apontam entre os objetivos dos Fóruns: a constituição de espaço e desenvolvimento de idéias que possam influenciar e/ou contribuir na concepção de políticas públicas em Educação Ambiental e a viabilização de espaços para reunir e potencializar a ação dos Educadores Ambientais de diferentes regiões do Brasil. Embora não exista uma deliberação direta dos Fóruns para a construção de projetos, programas e políticas públicas em Educação Ambiental, estes Encontros agregaram conhecimentos, fortaleceram e ampliaram a capilaridade da Educação Ambiental de maneira que, indiretamente, entende-se que estes Fóruns tenham produzido efeitos que acabam por repercutir mais cedo ou mais tarde, em projetos, programas e políticas públicas em Educação Ambiental.

De acordo com os entrevistados, embora a Educação Ambiental esteja assentada no princípio de processos educativos que sejam contínuos e permanentes, é recorrente a crítica de que a Educação Ambiental se resume em eventos e atividades pontuais e isoladas. Embora esta crítica encontre correspondência em alguns casos, existem outros em que a aparente pontualidade da ação não é percebida por todos os participantes da mesma maneira. Como exemplo, citamos as situações que podem emergir dos encontros presenciais pontuais, nos quais algumas pessoas sentem-se potencializadas, gerando aí uma motivação em dar continuidade a um movimento de articulação junto a outras pessoas. Essa Dissertação é exemplo dessa potência, cujo estímulo foi provocado a partir da nossa participação no V Fórum. A experiência foi tão significativa que resolvemos estudar a história desses Encontros.

Embora haja disputas dentro desse Horizonte, construímos com essa pesquisa o entendimento de que os processos que se estabelecem nos Fóruns geram contribuições para o Horizonte do Pensamento Humano como um todo e, com decorrência, para a Educação Ambiental que, por sua vez, alimenta a constituição daquele próprio Horizonte. Ao longo do processo de constituição da Educação Ambiental, diferentes significados foram sendo atribuídos a essa Educação que hoje conta com um enorme aporte de conhecimentos e que fundamentam diferentes perspectivas. Visualizamos no Brasil, nesse começo de século XXI, uma fase de intenso crescimento da Educação Ambiental, fato justificado pelo significativo

incremento de trabalhos teóricos e práticos que estão sendo propostos nesta temática. Entendemos serem questões centrais nesses trabalhos, a reflexão quanto às relações que se estabelecem nos espaços que ocupamos e nos quais nos relacionamos no nosso dia a dia, desta maneira, entendemos que estes trabalhos podem ser pensados nos mais, e para os mais variados espaços.

Muitos são os Saberes e Fazeres que referenciam as ações em Educação Ambiental, mas, em muitos casos, essas ações ainda não adquiriram visibilidade, o que dificulta o acesso das experiências resultantes a quem interessar. Com a ampliação do número de Eventos em Educação Ambiental, sejam locais ou globais, foram abertos espaços valiosos que podem proporcionar visibilidade a essas diferentes experiências. Pensamos que esses Eventos possam contribuir de maneira significativa para avaliação e melhor compreensão do Horizonte da Educação Ambiental. Entendemos aqui que essa ampliação do Horizonte surge a partir da problematização das situações criadas e criadoras da sociedade, que entendemos se encontrar imersa no que se convencionou chamar de paradigma reducionista. Consideramos que esse paradigma reduza as possibilidades do ser humano se ver e interagir na teia socioambiental. Prevaecem então, modelos de relações socioambientais que foram sendo constituídos por ideologias individualistas e competitivas, sendo que percebemos em diferentes perspectivas da Educação Ambiental, surgir elementos que fazem um contraponto questionando estas ideologias e propondo uma nova postura interpretativa, para que possamos compreender e interagir com o planeta de maneira a não colocar em risco a própria continuidade da vida, situação que presenciamos nesse caótico início de século XXI.

De acordo com todas as pessoas entrevistadas, assim como outras com quem também estabelecemos alguma interlocução nessa pesquisa, não existem registros substanciais da história dos Fóruns de Educação Ambiental. De acordo com essas pessoas, este estudo será uma contribuição importante para o resgate da memória de um processo (Fóruns) que faz parte do sócio-histórico movimento de constituição da Educação Ambiental no Brasil. Há, da nossa parte, a intenção em dar continuidade a essa pesquisa, reunindo para tal, outros materiais relacionados aos Fóruns, tentando recuperá-los, digitalizá-los e disponibilizá-los na Internet e em meio impresso. Essa intenção de pesquisa já foi apresentada a Patrícia Mousinho, atual Secretária Executiva da REBEA, que demonstrou interesse nessa pesquisa e que apóia essa iniciativa. Nesta nova pesquisa, pretendemos fazer contato com as diferentes Redes

de Educação Ambiental do Território Brasileiro, na tentativa de recuperar junto aos Educadores que participaram destes Fóruns, ainda mais elementos para a compreensão da trajetória dos mesmos.

Ao longo das entrevistas surgiu uma série de questões com relação aos referenciais teóricos da Educação Ambiental e as suas diferentes perspectivas epistemológicas. Esse é um assunto sobre o qual também temos grande interesse em refletir numa próxima pesquisa, para qual já existe uma série de informações que estão sendo reunidas. Consideramos que das experiências que surgiram ao longo dessa pesquisa, possam estar alimentando reflexões que avancem de um modelo reduzido e fragmentado de olhar o mundo, para uma “nova” visão, mais complexa e integradora, que orientam e sejam orientadas pelos Saberes e Fazeres que buscam a sustentabilidade socioambiental. Reforçamos para isso a importância da abertura ao diálogo entre os diferentes Saberes e Fazeres, como via na qual possa emergir uma “nova” maneira de compreensão da teia das relações socioambientais.

Os entrevistados consideraram que, geralmente, aquilo que foi proposto nos Fóruns acabou sendo efetivado, apesar dos imprevistos sempre marcarem presença. Entretanto, essa questão do imprevisto em momento algum inviabilizou o processo dos Fóruns.

Para concluir esse trabalho, ressaltamos as contribuições dos Fóruns para a geração de oportunidades de discussão, avaliação e redimensionamento dos trabalhos que vêm sendo realizados pelos Educadores Ambientais no Território Brasileiro.

Os Fóruns mostraram-se importantes espaços para se discutir Programas e Políticas Regionais, Nacionais e Internacionais em Educação Ambiental, contexto em que se ampliou e aprofundou uma discussão quanto os princípios e as ações em Educação Ambiental que se pretende fortalecer no país.

Consideramos os Fóruns como espaços que oferecem grandes oportunidades de encontrar e fazer amigos, de conhecer, avaliar e articular ações, muitas vezes sustentadas e estruturadas numa perspectiva horizontal, abrindo assim caminhos para uma maior participação coletiva.

Por fim, chegamos ao entendimento de que os Fóruns tornaram-se espaços capazes de potencializar pessoas e idéias, que se aproximam por meio do favorecimento de contextos nos quais se estabelecem relações de ensino/aprendizagem, tendo como contribuição maior, o fortalecimento e a ampliação do Horizonte da Educação Ambiental no Brasil.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Vivianne. Rebea – apontamentos pessoais para uma história de ação coletiva. *Revista brasileira de educação ambiental Rede Brasileira de Educação Ambiental*, Brasília, n. 0, 2004.

BARCELOS, V. *Império do Terror: Um Olhar Ecologista*. Porto Alegre: Sulina, 2004.

BRASIL. *Lei 9.795 de 27 de Abril de 1999*, 2006. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legislacao>> Acesso em: 21/11/06. 13h.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação. Coordenação Geral de Educação Ambiental. *Programa Nacional de Educação Ambiental – PRONEA*. 3. ed. Brasília, 2005.

CARVALHO, I. C. de M. *A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da Educação Ambiental no Brasil*. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

CARVALHO, I. C. de M. *Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico*. São Paulo: Cortez, 2004.

COON, C. S. *A história do Homem*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1960.

DIAS, G. F. *Educação Ambiental: Princípios e Práticas*. São Paulo: GAIA, 1992.

FLICKINGER, H. O ambiente epistemológico da educação ambiental. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 19, n. 2, jul./dez. 1994.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 26. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADAMER, H. *Verdade e Método*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. A Incapacidade para o Diálogo. In: ALMEIDA, C. L. S. de et al. *Hermenêutica Filosófica*. Porto Alegre: Edipucrs, 2000. p. 131 – 140.

_____. Sobre o Círculo da Compreensão. In: ALMEIDA, C. L. S. de et al. *Hermenêutica Filosófica*. Porto Alegre: Edipucrs, 2000. p. 141 – 150.

GONÇALVES, C. W. P. *O desafio ambiental: os porquês da desordem mundial - mestres explicam a globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GUIMARÃES, M. *Educação Ambiental: no consenso um embate?* 3. ed. Campinas: Papirus, 2000.

GRÜN, M. *Ética e Educação Ambiental: a conexão necessária*. 7. ed. Campinas: Papirus, 2001.

_____. In: 26^a Reunião Anual da ANPED. Poços de Caldas, 2003 / Texto Completo em CD-ROM, 2003.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HERMANN, N. *Hermenêutica e Educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente. Disponível em: <www.ibama.gov.br> Acesso em: 16/12/06. 15:30h.

LAYRARGUES, P. P. (Coord.). *Identidades da Educação Ambiental Brasileira*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

LEEF, E. *Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável*. Blumenau: FURB, 2000. (Coleção Sociedade e Ambiente, 5).

_____. *Pensar a Complexidade Ambiental*. In: LEFF, E. (Coord.). *A Complexidade Ambiental*. São Paulo: Cortez, 2003.

LOUREIRO, C. F. B. *Trajetórias e fundamentos da educação ambiental*. São Paulo: Cortez, 2004.

MACEDO, C. J. *Cadernos do IV Fórum de Educação Ambiental. I Encontro da Rede Brasileira de Educação Ambiental*. Rio de Janeiro: 1997.

MARTINHO, C. (Org.). *Redes: uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização*. 2. ed. Brasília: WWF Brasil, 2004.

MEC - Ministério da Educação. Disponível em: <www.mec.gov.br> Acesso em: 05/12/06. 18h.

MEC/COEA. *A Implantação da Educação Ambiental no Brasil, Brasília – DF – 1998*, 2006a. Disponível em:

<<http://mecsrv04.mec.gov.br/se/educacaoambiental/eabra001.shtm>> Acesso em: 06/09/06. 14h.

MEC/COEA. *Textos da Série Educação Ambiental do Programa Salto para o Futuro, Brasília – DF – 2000*, 2006b. Disponível em:

<<http://mecsrv04.mec.gov.br/se/educacaoambiental/salto01.shtm>> Acesso em: 06/09/06. 16h.

McCORMICK, J. *Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

MININI, N. Breve histórico da Educação Ambiental. In: PÁDUA, S.; TABANEZ, M. *Educação Ambiental: caminhos trilhados no Brasil*. Brasília: IPE, 1997.

MMA - Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <www.mma.gov.br> Acesso em: 04/12/06. 19:30h.

MORIN, E. *O Método*. Porto Alegre: Sulina, 2001.

MORIN, E.; LOUIS, J. *A Inteligência da Complexidade*. São Paulo: Petrópolis, 2000.

ONU. *Carta das Nações Unidas – 1945*, 2006a. Disponível em:

<http://www.onu-brasil.org.br/documentos_carta.php> Acesso em: 06/12/06. 19:30h

ONU. *Declaração Universal dos Direitos Humanos – 1948*, 2006b.

Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php> Acesso em: 06/11/06. 19h.

ONU. *Declaração de Estocolmo – 1972*, 2006c. Disponível em:

<http://www.vitaecivilis.org.br/anexos/Declaracao_Estocolmo_1972.pdf> Acesso em: 26/10/06. 15h.

ONU. *The Belgrade Charter – 1975*, 2006d. Disponível em:

<<http://portal.unesco.org/education/en/ev.php> > Acesso em: 06/11/06. 19:30h.

ONU. *Conferência de Tbilisi – 1977*, 2006e. Disponível em:

<<http://unesdoc.unesco.org/images/0003/000327/032763eo.pdf>> Acesso em: 16/12/06. 17h.

ONU. *Projeto do Milênio – 2002*, 2006f. Disponível em:

<<http://www.pnud.org.br/milenio/index.php>> Acesso em: 15/12/06. 19h.

ONU. *Las Naciones Unidas Y La Sociedad Civil – 2006*, 2006g. Disponível em: <http://www.un.org/spanish/civil_society/index.html> Acesso em: 22/11/06. 16h.

REPORT, The Founex. *Development and Environment: Founex, Switzerland, 4-12 June 1971*, 2006. Disponível em: <www.isc.niigata-u.ac.jp/~miyatah/nu/2004/N-S_relations/founex_report1971.pdf> Acesso em: 06/10/06. 21:30h.

ROME, Club of. *The Limits of Growth – 1972*, 2006. Disponível em: <<http://www.clubrdofrome.org/archive/reports.php>>. Acesso em: 03/12/06. 19:30h.

SANTOS, J. E. dos; SATO, M. *A contribuição da educação ambiental para a esperança de Pandora*. 2. ed. São Carlos: RiMa, 2001.

SATO, M. *Educação ambiental*. São Carlos: EdUFSCar, 1996.

SATO, M.; CARVALHO, I. C. M. & col. *Educação ambiental - Pesquisa e desafios*. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SOLIDARITY. *Paris: Maio de 68*, 2006. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/maio68.pdf>> Acesso em: 15/11/06. 19h.

SORRENTINO, M.; TRAJBER, R.; BRAGA, T. *Cadernos do III Fórum de Educação Ambiental*. São Paulo: Gaia, 1995.

SOUZA, I. V. *Transitando por alguns movimentos do pensamento humano: um movimento do pensar na complexidade*, 2006. Revista Eletrônica Didática Sistêmica, v. Disponível em: <www.redisis.furg.br> Acesso em: 22/12/06. 20h.

TESTA, E. *Hermenêutica filosófica e história*. Passo Fundo: UPF, 2004.

VIEZZER, M. *Somos todos aprendizes: Lembranças da construção do Tratado de Educação Ambiental. Rede Brasileira de Educação Ambiental – 2004*, 2006.

Disponível em: <www.rebea.org.br> Acesso em: 13/11/06. 10h.

WCED. *Our Common Future*, 1987, 2006. Disponível em: <http://www.are.admin.ch/imperia/md/content/are/nachhaltigeentwicklung/brundtland_bericht.pdf?PHPSESSID=d235472deb84076b2611f620d1150135> Acesso em: 25/11/06. 23h.